

Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação

**Ivanise Melo de Souza**

**AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA:  
UMA ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA DE RESERVA DE  
VAGAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIMONTES-UAB**

Brasília/DF  
2013

Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação

**AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA:  
UMA ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA DE RESERVA DE  
VAGAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIMONTES-UAB**

**Ivanise Melo de Souza**

Orientadora: Dra. Raquel de Almeida Moraes

Dissertação de Mestrado

Brasília/DF  
12/12/2013

Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação

**AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA:  
UMA ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA DE RESERVA DE  
VAGAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIMONTES-UAB**

**Ivanise Melo de Souza**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra Raquel de Almeida Moraes – Orientadora – UnB

---

Prof. Dr Carlos Alberto Lopes de Souza – Examinador – UnB

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Fabia Magali Santos Vieira – UNIMONTES

---

Prof. Dr Bernardo Kipnnis – Suplente – UnB

Brasília/DF  
12/12/2013

Souza, Ivanise Melo de.

S729a Ações Afirmativas na educação superior à distância  
: uma análise do impacto social do Sistema de Reserva  
de Vagas no curso de Pedagogia da UAB/UNIMONTES /  
Ivanise Melo de Souza. -- 2013.  
172 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,  
Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Raquel de Almeida Moraes.

1. Universidade Estadual de Montes Claros. 2. Educação  
e estado. 3. Ensino a distância. 4. Política pública  
- Educação (Superior). I. Moraes, Raquel de Almeida.  
II. Título.

CDU 378.014

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pelas conquistas nesta caminhada. “Em tudo, dai graças.”

Aos meus pais (*In memoriam*), que, mesmo ausentes, estiveram presentes no meu coração.

Ao meu esposo Disney e a meus filhos Thaís Emanuelle e Guilherme Matheus, pelo apoio e compreensão da minha ausência nos períodos de estudo. Amo vocês!

À minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Raquel de Almeida de Moraes, pela oportunidade de realização deste sonho, pelo carinho, paciência com minhas inseguranças e orientações que possibilitaram a “reconstrução” de conhecimentos imprescindíveis para a conclusão desta dissertação.

Ao meu sogro e minha sogra, irmãs e cunhadas, pelo incentivo e cuidado com meus filhos na minha ausência.

A Ramony, pelo apoio e presença, tanto nos momentos difíceis quanto nos momentos alegres, nesta caminhada.

Aos meus companheiros Maircon, Silmar, Ana Cristina Castro, Dirce e Elisângela que contribuíram significativamente nas diversas etapas desta trajetória.

Aos meus colegas de mestrado e professores Cleide Quixadá, Bernardo Kipnnis, Olgamir Carvalho, Carlos Alberto Souza e Patrícia Pederiva que contribuíram na minha formação.

Aos meus colegas da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros, UNIMONTES e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais pelo incentivo.

Aos egressos do Curso de Pedagogia, que responderam ao questionário e contribuíram para a realização desta pesquisa.

À Coordenação da UNIMONTES-UAB e à Coordenação do Curso de Pedagogia, pelo apoio na realização da pesquisa.

À FAPEMIG, pelo apoio à pesquisa.

A todos que contribuíram para a concretização deste sonho. Muito obrigada!

**“(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito a ser diferentes, quando a igualdade os descaracteriza.” (SANTOS, 1997)**

## RESUMO

A questão norteadora desta pesquisa é: Qual o impacto social das Políticas de Ações Afirmativas para os estudantes do Curso de Pedagogia da UAB na UNIMONTES? Em vista disso, seu objetivo geral é investigar o impacto social das Políticas de Ações Afirmativas na UNIMONTES em relação ao Sistema de Reserva de Vagas, no Curso de Pedagogia ofertado pela UAB no período de 2008 a 2012. A partir de então, empreendeu-se uma pesquisa empírica, de base qualitativa, cuja amostra foi o curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB. Os procedimentos técnicos adotados foram a análise documental, aplicação de questionários aos alunos e realização de entrevista semiestruturada à Coordenação Geral da UNIMONTES-UAB. A análise e a descrição dos dados permitem concluir, sem a intenção de generalizar, que a implantação do Sistema de Reserva de Vagas no curso de Pedagogia a distância, nessa Universidade, representa um avanço na inclusão e mobilidade social de estudantes afrodescendentes, carentes; egressos da escola pública, carentes; considerando a singularidade/totalidade dos estudantes beneficiados pela política de cotas. No entanto, as contradições existem, o Sistema de Reserva de Vagas traz, em si, a possibilidade de reprodução e, ao mesmo tempo, de superação das desigualdades nas relações sociais, que configura a luta dos contrários em uma sociedade de classe e a possibilidade de transformação da realidade. Assim, pela importância e complexidade da questão norteadora deste trabalho, a conclusão obtida pela análise e descrição dos dados denota que há necessidade de uma discussão mais aprofundada, por parte das autoridades e comunidade acadêmica, quanto a otimização do Sistema de Reserva de Vagas nos cursos de licenciatura a distância na UNIMONTES.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Políticas de Ação Afirmativa; Universidade Aberta do Brasil

## ABSTRACT

The question guiding this research is: what is the social impact of Affirmative Action Policies of the students of the Pedagogy Course at UAB UNIMONTES? In view of this, your overall goal is to investigate the impact of social policies on Affirmative Action in relation to UNIMONTES Reserve System Jobs in Pedagogy Course offered by UAB in the period 2008-2012. From then on, was undertaken empirical research, qualitative base, wich sampled the Pedagogy Course at UNIMONTES-UAB. The technical procedures used were documents analysis, questionnaires to students and conducting semi-structured interview the General Staff of the UAB / UNIMONTES. The analysis and description of the data allows us to conclude, without intent to generalize, the deployment of the Reserve Jobs in Pedagogy course distance, this University represents a breakthrough in inclusion and social mobility of students of African descent, needy; graduates public school, needy, considering the singularity all students benefit from the quota policy. However, there are contradictions, the Reserve System Jobs brings in itself the possibility of reproduction and, at the same time, overcoming inequalities in social relations, which configures the struggle of opposites in a class society and the possibility of transformation of reality. Thus, the importance and complexity of the research question of this study, the conclusion obtained by the analysis and description of the figures show that there is need for further discussion on the part of the authorities and the academic community, as the optimization Reserve System Jobs in courses of distance degree in UNIMONTES.

**Keywords:** Social Policies; Policies on Affirmative Action; Open University of Brazil

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Mapa de localização dos Campi da UNIMONTES - Cursos Presenciais

FIGURA 2 – Mapa de localização dos Polos UNIMONTES-UAB

FIGURA 3 – Estrutura Institucional de Educação a Distância

FIGURA 4 – Organograma da Estrutura Organizacional da UNIMONTES-UAB

Figura 05 – Virtualmontes: Ambiente Virtual de Aprendizagem da UNIMONTES

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 01 – Quantitativo de alunos do Sistema UAB – Ano 2012

TABELA 02 – Quantitativo de Polos distribuídos por região brasileira – Ano 2012

TABELA 03 – Panorama da EAD no Brasil

TABELA 04 – Licenciaturas a distância e número de Cursos

TABELA 05 – Os principais motivos da escolha do Curso de Pedagogia a distância na UNIMONTES

TABELA 06 – Os motivos predominantes da escolha do Curso de Pedagogia

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Modelos organizacionais de EAD

QUADRO 02 – Modelos de Educação a Distância

QUADRO 03 – Estruturas de mídias típicas de EAD

QUADRO 04 – Elementos Essenciais para a construção de Ambientes de Aprendizagem em EAD

QUADRO 05 – Delineamento das Ações Afirmativas no Brasil

QUADRO 06 – As universidades brasileiras com programas de Ação Afirmativa

QUADRO 07 – Descrição dos recursos humanos

QUADRO 08 – Categorias da Modalidade I – Sistema de Reserva de Vagas

QUADRO 09 – Distribuição de cursos e vagas – 1/2008

QUADRO 10 – Provas de múltipla escolha

QUADRO 11 – Distribuição de cursos e vagas - 2/2008

QUADRO 12 – Provas de múltipla escolha

QUADRO 13 – Distribuição de cursos e vagas – 1/2013

QUADRO 14 – Especificação das provas de múltipla escolha

QUADRO 15 – Distribuição de vagas – curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB

QUADRO 16 – Total de inscritos e aprovados no curso de Pedagogia/UAB por modalidade

QUADRO 17 – Notas mínima e máxima obtidas pelos estudantes no Sistema de Reserva de Vagas por categoria e Sistema Universal – Pedagogia/UAB 2008

QUADRO 18 – Distribuição de cursos e vagas e código de inscrição

QUADRO 19 – Quantitativo de inscrição e aprovação, por modalidade, no curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB

QUADRO 20 – Notas mínima e máxima obtidas pelos estudantes no Sistema de Reserva de Vagas por categoria e Sistema Universal – Pedagogia/UAB 2013

## LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 01 – Evolução número de matrículas por modalidade de ensino Brasil – 2001-2010
- GRÁFICO 02 – Evolução do número de matrículas por modalidade de ensino Brasil – 2001-2010
- GRÁFICO 03 – Número de matrículas por modalidade presencial e a distância – Brasil – 2011
- GRÁFICO 04 – Distribuição do nº de Matrículas de Graduação por Modalidade de Ensino, segundo o Grau Acadêmico 2011
- GRÁFICO 05 – Acadêmicos matriculados no curso de Pedagogia/por sexo
- GRÁFICO 06 – Quantidade de horas da semana dedicadas aos estudos
- GRÁFICO 07 – Execução das tarefas e atividades do curso de Pedagogia no Virtualmontes
- GRÁFICO 08 – Renda mensal familiar dos egressos do curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB
- GRÁFICO 09 – Profissões dos pais e mães dos egressos
- GRÁFICO 10 – Atividade econômicas dos egressos
- GRÁFICO 11 – Profissão dos Egressos
- GRÁFICO 12 – Renda dos Egressos
- GRÁFICO 13 – Tipos de escolas que os egressos frequentarem o ensino médio
- GRÁFICO 14 – Cursos de Graduação concluídos ou em curso
- GRÁFICO 15 – Quantitativo de matrículas/índice de evasão do Curso de Pedagogia
- GRÁFICO 16 – Opinião dos alunos em relação a adoção das cotas no cursos de licenciatura a distância na UNIMONTES
- GRÁFICO 17 – Opinião dos egressos quanto a qualidade do Curso de Pedagogia
- GRÁFICO 18- Opinião dos alunos em relação a adoção das cotas no cursos de licenciatura a distância
- GRÁFICO 19- Grupos que deveriam ser contemplados no Sistema de Reserva de Vagas

## LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação-
CAE	Coordenadoria de Apoio ao Estudante
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COTEC	Comissão Técnica de Concursos-
EAD	Educação Aberta Distância
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEAB	Núcleo de Estudos afro-brasileiros
NUSI	Núcleo de Educação Inclusão

PAES	Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior
PAPO	Programa de Apoio Psicológico e Orientacional
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PEPS	Programa Estudantil de Prestação de Serviços
PIBIC–Af	Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC nas Ações Afirmativas
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais
PROUNI	O Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SisUAB	Sistema de Gestão da UAB
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNIAFRO	Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior -
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA</b> .....	25
1.1 Educação a Distância: os condicionantes sócio-históricos e psicopedagógicos.....	32
1.1.1 Educação a distância: O Sistema Universidade Aberta do Brasil em questão .....	42
1.1.2 Políticas públicas de formação de professores na Educação a Distância .....	50
1.1.3 Formação de Pedagogos na modalidade a distância.....	56
1.2 Políticas Públicas de Ações Afirmativas no ensino superior: pontos e contrapontos .....	59
1.2.1 As Ações Afirmativas no Ensino Superior no Brasil .....	65
1.2.2 O Sistema de Reserva de Vagas: Relações e contradições na universidade.....	72
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	75
<b>3 RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL</b> .....	79
3.1 A institucionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil na UNIMONTES .....	79
3.2 As Políticas de Ações Afirmativas na UNIMONTES.....	86
3.3 A Institucionalização do Sistema de Reserva de Vagas na UNIMONTES.....	91
3.4 O Sistema de Reserva de Vagas nos processos seletivos dos cursos de licenciatura e bacharelado na UNIMONTES .....	92
3.5 O Curso de Pedagogia: uma análise do processo seletivo do curso na modalidade presencial e a distância na UNIMONTES.....	106
3.5.1 O Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB: estrutura e dinâmica do curso na modalidade a distância .....	112
3.6. Educação e Tecnologias: uma análise da utilização do Ambiente virtual no curso de Pedagogia da UNIMONTES-.UAB .....	118
<b>4 RESULTADOS DA ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA</b> .....	122
4.1 As opiniões dos egressos do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB sobre as Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior a distância .....	122
4.1.1 Dados de identificação.....	122
4.1.2 Informações sobre a família.....	122

4.1.3 Atividades econômicas dos egressos.....	124
4.1.4 Nível de escolaridade dos egressos.....	126
4.1.5 Forma de ingresso na universidade .....	131
4.1.6 Sobre o curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB.....	133
4.1.7 Sobre o Sistema de Reserva de Vagas na UNIMONTES.....	137
4.2 A Educação a distância e o Sistema de Reserva de Vagas na perspectiva da Coordenação Geral da UAB na UNIMONTES.....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXO B .....</b>	<b>171</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a temática **Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior**, tendo como objeto de estudo o Sistema de Reserva de Vagas, no curso de Pedagogia ofertado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB na UNIMONTES, surgiu da experiência na Assessoria Técnica da Coordenadoria de Ensino da UNIMONTES em 2007, ao participar das discussões acerca do Sistema de Reserva de Vagas e das ações que deveriam ser desenvolvidas junto aos alunos cotistas dos cursos presenciais. Pôde-se observar a resistência dos alunos em participarem das atividades propostas pela Coordenadoria, no intuito de se manterem no anonimato e não se autodeclararem cotistas, com receio de serem discriminados pelos colegas de curso.

Posteriormente, no acompanhamento do processo de implantação dos cursos de licenciaturas pela Universidade Aberta do Brasil, em particular o Curso de Pedagogia, foi possível participar das ações referentes à elaboração e tramitação de Convênios, planilhas, Plano de Trabalho – PTA, Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de licenciaturas, Editais de Seleção interna e externa, reuniões com os Prefeitos e Secretários Municipais de Educação dos municípios envolvidos, visita aos polos de apoio presencial, estruturação da equipe multidisciplinar e do Ambiente Virtual de Aprendizagem e Elaboração de Material Didático.

Na função de Coordenadora de Tutoria da Universidade Aberta do Brasil – UAB, em 2008, foi possível a observação de manifestações de apoio de profissionais envolvidos no processo de implantação da UAB e de resistência de alguns professores e coordenadores de cursos de licenciatura da modalidade presencial. No acompanhamento das atividades realizadas pela coordenação geral da UNIMONTES-UAB e equipe multidisciplinar, nos polos de apoio presencial nos municípios, pôde-se constatar alguns fatores que facilitaram e/ou dificultaram a inserção dos cursos de licenciatura à distância na Universidade, a partir do registro de reivindicações e sugestões dos estudantes em relação à gestão do sistema e gestão pedagógica da UNIMONTES-UAB e a análise de dados obtidos na avaliação institucional, realizada ao término de cada semestre dos cursos.

Enquanto pedagoga e professora das disciplinas de Estágio Supervisionado e das disciplinas de dependências de Fundamentos e Metodologia da Matemática I e II, Tecnologia Aplicada a Educação e Educação de Jovens e Adultos, foi possível conhecer a dinâmica da estrutura e de funcionamento do Curso de Pedagogia no Ambiente virtual de Aprendizagem –Virtualmontes e das aulas nos polos de apoio presencial e identificar as expectativas e desafios enfrentados pelos estudantes em diferentes situações e períodos do

curso. Observou-se que os professores não tiveram informações quanto aos alunos que ingressaram na universidade, através do Sistema de Cotas e que, aparentemente, não houve mudança na dinâmica do curso em relação às práticas pedagógicas e conteúdos disciplinares, em função dos estudantes cotistas ou mesmo o desenvolvimento de programas e/ou ações de assistência estudantil (alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação) que favorecem a permanência e sucesso dos estudantes cotistas e não cotistas na universidade.

Ao refletir sobre as Políticas de Ações Afirmativas e a implantação do Curso de Pedagogia, ofertado pela Universidade Aberta do Brasil na UNIMONTES, surgiram os questionamentos que nortearam esta investigação: o Sistema de Reserva de Vagas e o Sistema Universidade Aberta do Brasil têm efetivamente promovido a democratização, a permanência e aprendizagem dos estudantes no ensino superior? Quais as expectativas e conflitos enfrentados pelos acadêmicos ingressantes na UNIMONTES, através Sistema de Reserva de Vagas e do Sistema Universidade Aberta do Brasil? Quais as ações desenvolvidas pela UNIMONTES para garantir o acesso, a permanência e aprendizagem dos estudantes cotistas do Curso de Pedagogia? Qual o perfil dos egressos formados no Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB? Isso posto, problematizou-se a seguinte questão: Qual o impacto social das Políticas de Ações Afirmativas para os estudantes do Curso de Pedagogia da UAB na UNIMONTES?

Para leitura, análise e aprofundamento teórico sobre as Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior, foram realizadas buscas de pesquisas em diversos autores, por configurar pesquisas e informações mais recentes nos eixos analíticos desta pesquisa: Eixo analítico Educação e Trabalho: MARX (1982), SCHULTZ (1967), VASCONCELLOS E GARCIA (1998), CARNOY (1987), Eixo analítico Políticas Públicas: BONETTI (2007), AZEVEDO; AGUIAR (1999), OLIVEIRA (2010), BITTAR (1999) e TEIXEIRA (2010); Eixo analítico Políticas de Ações Afirmativas: SANTOS (1999), GOMES (2004); REZENDE (2005), MENEZES (2001) MOEHLECKE(2002); Eixo analítico Educação a Distância: PEREIRA; MORAES (2009,) MORAES (2010), BELLONI (2003) PETERS (2009), ALMEIDA E MORAES (2009), PRETI (1996), VIEIRA (2003), VALENTE E MORAN (2011), WILSA RAMOS (2009), MILL (2012), MORAN (2009), FETIZON E MINTO (2007); Eixo analítico Políticas Públicas Educacionais de Formação de Professores: DOURADO (2008), SAVIANI (2006), SILVA E JUNIOR (2003), FREITAS (2007), VEIGA (2004), LIBÂNEO (2006), SEVERINO (2006), PIMENTA (1999), SCHEIBE (2006).

A pesquisa geradora desta dissertação teve, como objetivo geral, investigar o impacto social das Políticas de Ações Afirmativas na UNIMONTES, em relação ao Sistema de Reserva de Vagas, no Curso de Pedagogia ofertado pela UAB no período de 2008 a 2012.

Os objetivos específicos consistiram em:

1. Caracterizar as políticas públicas de educação superior a distância e de ações afirmativas em geral e na UNIMONTES, em particular.
2. Descrever o perfil dos egressos do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB.
3. Analisar as opiniões dos estudantes do curso Pedagogia ofertado pela Universidade Aberta do Brasil na UNIMONTES, sobre as Políticas de Ações Afirmativas, tendo como foco central o Sistema de Reserva de Vagas.
4. Verificar, junto à gestão da UAB na UNIMONTES, se as ações afirmativas adotadas pela universidade têm assegurado, além do acesso, a permanência e aprendizagem dos estudantes.

A Universidade Estadual de Montes Claros, *lócus* de pesquisa, está localizada no município de Montes Claros (UNIMONTES). Foi criada através da Lei Estadual nº 2.615/1962 e resultou da transformação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM) em universidade estadual, sendo instituída através do Decreto Estadual nº 30.971, de 09/03/1990. A UNIMONTES é a principal Instituição do Ensino Superior da região Norte de Minas, atendendo aproximadamente 11.000 cursistas, em mais de 20 cursos de graduação oferecidos na sede e nos campi universitários, nas cidades de Almenara, Brasília de Minas, Espinosa, Janaúba, Januária, Pirapora, Salinas e São Francisco.



Figura1 – Mapa de localização do Campi da UNIMONTES – Cursos Presenciais  
Fonte: Disponível em: <http://www.unimontes.br>

Na perspectiva da inclusão social, a Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES tem, progressivamente, contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões de sua abrangência, tornando-se fator de integração regional, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse processo, a universidade tem adotado Políticas de Ações Afirmativas<sup>1</sup> e implementado políticas públicas voltadas para a formação de professores na modalidade a distância, configurando-se num esforço para o enfrentamento de práticas discriminatórias e de desigualdades sociais e raciais. Dentre elas, destaca-se o Sistema de Reserva de Vagas e o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

A UNIMONTES implantou o Sistema de Reserva de Vagas, em seus cursos de graduação, a partir da Lei Estadual 15.259, de 27/07/2004 que instituiu no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG e na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. O Sistema foi instituído através da Resolução Nº 104, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), em 28 de setembro de 2004. No ano letivo de 2005, das 902 vagas oferecidas no processo seletivo, 45% foram preenchidas pelos candidatos beneficiados pelo Sistema de Reserva de Vagas: 20% das vagas foram preenchidas por afrodescendentes carentes, 20% por egressos de escolas públicas carentes, e 5% por portadores de deficiência e indígenas, totalizando 45% das vagas ofertadas no processo seletivo da UNIMONTES. O Sistema de Reserva de Vagas é contemplado nos processos seletivos dos cursos de graduação na modalidade presencial e a distância.

Além das Políticas de Ações Afirmativas, a UNIMONTES tem implementado políticas públicas voltadas para a formação de professores, na modalidade a distância, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil. A prioridade do Sistema UAB é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública e, ainda, sem curso de graduação, bem como, reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior.

A UNIMONTES oferece cursos de licenciatura, na modalidade a distância, em parceria com o MEC e as prefeituras municipais do norte de Minas Gerais, Vales do Jequitinhonha e Mucuri<sup>2</sup>. A UNIMONTES implantou o Programa Universidade Aberta do Brasil/UAB, criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas Políticas e na Gestão da Educação, sendo instituído, oficialmente, pelo Decreto 5800, de 8 de junho de 2006, por meio da oferta de 1.690 vagas, distribuídas em nove cursos de graduação em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Geografia, História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português e Pedagogia,

<sup>1</sup> Segundo o Ministério da Educação e Cultura, as ações afirmativas são medidas especiais temporárias tomadas pelo Estado, com o objetivo de eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização

<sup>2</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.cead.unimontes.br> Acesso em 20/ 02/ 2012

tendo como apoio um corpo qualificado de professores e tutores e, ainda, a infraestrutura de 15 municípios, conforme mostra a figura 02:



Figura 02 - Mapa de localização dos Polos UNIMONTES-UAB  
Fonte: Disponível em: <http://www.unimontes.br>

No presente estudo, foi escolhida, como amostra, o Curso de Pedagogia. O termo Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB será utilizado no intuito de diferenciar o Curso de Pedagogia presencial ofertado nos campus da Universidade e o curso de Pedagogia ofertado a distância nos polos de apoio presencial. O universo investigado foi composto por egressos das primeiras turmas que cursaram o curso de Pedagogia na modalidade a distância no período de 2008 a 2012 e coordenadora geral da UAB na UNIMONTES.

O curso de Pedagogia a distância foi implantado na UNIMONTES, nos polos de apoio presencial em Almenara, Buritizeiro, Cristália, Pedra azul, São João da Ponte e Urucua, contemplando aproximadamente 300 (trezentos) cursistas na região do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. De acordo com Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil/UNIMONTES (2008) o objetivo geral do curso é formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais de Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. O Pedagogo poderá atuar como docente e, ainda, no planejamento, execução e avaliação de programas e projetos pedagógicos em sistemas e unidades de ensino e em ambientes não escolares.

Para Pereira e Moraes (2009), os processos de globalização da economia, na sociedade contemporânea, geram novas demandas por formação inicial e continuada, representando um grande desafio para as instituições educacionais, o que requer a reorganização do trabalho docente e dos processos educativos, no ensino superior, com a implementação de uma política voltada para a oferta regular de cursos a distância, como propõe a Universidade Aberta do Brasil. As autoras ressaltam que a educação a distância tem a sua base na democratização, mas, apesar das possibilidades emancipatórias e democratizantes das tecnologias, há um risco de utilização desses meios para fins comerciais e propagandísticos. Nesse sentido, tornam-se relevantes estudos e pesquisas sobre o processo de expansão do ensino superior a distância nas instituições públicas e privadas, principalmente dos cursos de formação docente e a efetivação de políticas públicas que garantam, além do acesso, a permanência e uma formação emancipatória.

Aires e Lopes (2010) ressaltam a necessidade de dimensionar a contribuição da EAD e o significado da organização e gestão de sistemas de EAD, no atendimento às demandas educacionais e formação da sociedade contemporânea, considerando o seu processo em contextos específicos. Para tanto, faz-se necessária a análise dos pressupostos sócio-históricos e políticos da educação a distância e a realização de pesquisas que possibilitem a compreensão da verdadeira dimensão dessa modalidade educacional, bem como sua origem, evolução, função social, preconceitos em relação à mesma, fundamentos legais e psicopedagógicos, formas de organização e tecnologias adotadas, configurando os modelos de organização e gestão adotados pelos sistemas de ensino, dentre eles, o Sistema UAB.

As ações afirmativas e o Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB assumem um papel fundamental no processo de democratização e interiorização do ensino superior e o desenvolvimento social e econômico dos diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, pesquisas sobre as ações afirmativas no ensino superior e as políticas públicas de formação de professores a distância vêm se consolidando cada vez mais no cenário nacional e internacional. Assim, acredita-se que a relevância desta pesquisa se constitui na possibilidade de que a mesma propicie a ampliação das discussões que tenham como objeto de estudo as Políticas de Ações Afirmativas adotadas nos cursos de licenciatura, na modalidade a distância nas universidades. Sendo este um tema atual, recorrente nas discussões sobre a melhoria da qualidade da educação no país e que necessita, cada vez mais, de reflexão/crítica e busca de respostas e proposições aos problemas relacionados à formação docente na contemporaneidade e o acesso, permanência e sucesso dos estudantes no ensino superior.

O mérito deste estudo está na discussão necessária para a sistematização de conhecimentos sobre a atuação da UNIMONTES na efetivação de políticas e ações afirmativas, com foco central no Sistema de Reserva de Vagas, do Curso de Pedagogia ofertado pela UAB nos polos de apoio presencial. A proposta está em sintonia com a necessária discussão com as políticas públicas, no sentido de apontar melhorias no processo de adoção de Políticas de Ações Afirmativas nas universidades públicas e formação de professores na modalidade a distância, considerando que as pesquisas divulgadas, em sua maioria, enfatizam a análise das ações afirmativas na modalidade presencial.

Buscando, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (<<http://bdtd.ibict.br/>>), a associação dos temas que constituem o núcleo desta pesquisa (políticas educacionais, ações afirmativas no ensino superior, Sistema de Reserva de Vagas, Educação a Distância, Sistema Universidade Aberta do Brasil e Formação de professores na modalidade a distância) não foi encontrada nenhuma dissertação ou tese, o que justifica sua relevância acadêmica. Os resultados podem contribuir para essa discussão e para o enfrentamento de desafios, na construção e efetivação de políticas públicas que propiciem uma educação de qualidade nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórica e fundamentação legal sobre Políticas Públicas e Educação. Inicialmente, foram abordados os aspectos referentes às Políticas de Ações Afirmativas e Educação a Distância, no processo de democratização e interiorização do acesso ao Ensino Superior, em uma perspectiva de inclusão dos segmentos sociais excluídos dos processos educacionais no Brasil. Abordou-se os condicionantes sócio-históricos e psicopedagógicos da educação a distância, breve histórico do Sistema Universidade Aberta do Brasil, os desafios e perspectivas das políticas públicas de formação de professores e pedagogos na modalidade a distância. Foram discutidos, ainda, os pontos e contrapontos das Políticas de Ações Afirmativas, identificando suas origens e sua implantação no Brasil, bem como a sua adoção no ensino superior, tendo como foco central o Sistema de Reserva de Vagas nas universidades públicas.

No segundo capítulo, delineou-se o percurso metodológico da pesquisa, explicitando a natureza qualitativa da pesquisa, apresentando os procedimentos e instrumentos utilizados no levantamento dos dados, identificando o objeto de estudo, sendo este as ações afirmativas no Ensino Superior. O *lócus* da pesquisa é a UNIMONTES; os sujeitos desta são os egressos do Curso de Pedagogia e a Coordenadora Geral da UAB na UNIMONTES. Para análise da pesquisa, foram identificadas as categorias metodológicas e de conteúdo.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados obtidos na pesquisa documental. Na discussão dos dados, foram abordados os aspectos referentes à institucionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil, as Políticas de Ações Afirmativas e a Institucionalização do Sistema de Reserva de Vagas na UNIMONTES e nos processos seletivos dos cursos de licenciatura e bacharelado. Foi analisado, ainda, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia, com o objetivo de identificar os princípios norteadores do currículo, perfil do profissional que se pretende formar e discutir suas implicações na formação inicial docente.

No quarto capítulo, foram analisados os dados do perfil socioeconômico, as formas de ingresso na UNIMONTES, o desempenho e opiniões dos egressos cotistas e não cotistas do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB sobre as Políticas de Ações Afirmativas, enfocando o Sistema de Reserva de Vagas na universidade e as percepções da Coordenação Geral da UAB, nesta universidade, quanto a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil e o Sistema de Reserva de Vagas, considerando as possibilidades e limites da implementação destes sistemas na universidade. Na discussão e interpretação dos dados foram tecidas considerações e a busca de um diálogo com autores que abordam a temática em questão.

Nas considerações finais, são tecidas as contribuições e limitações das Políticas de Ações Afirmativas e do Sistema Universidade Aberta do Brasil para a democratização e interiorização do acesso ao ensino superior na região de atuação da UNIMONTES, sendo discutido o impacto social do Sistema de Reserva de Vagas, para os egressos do curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB, conforme objetivo proposto neste estudo, e a possibilidade de novas pesquisas, em busca de respostas e proposições aos problemas relacionados ao acesso, permanência e sucesso dos estudantes na universidade, considerando que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito a ser diferentes, quando a igualdade os descaracteriza. (SANTOS, 1997, p 122).

## 1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA

As reformas na organização do Estado encontram-se articuladas com uma série de reformas educacionais que refletem o anseio das lutas de vários grupos, entre eles, os grupos discriminados e excluídos<sup>3</sup> do processo de desenvolvimento social e econômico do país. Os debates promovidos, pelos diversos setores da sociedade, evidenciam a necessidade premente de elaboração e efetivação de políticas públicas no enfrentamento das práticas discriminatórias e de exclusão social.

A articulação das políticas públicas, no âmbito das universidades, visa promover a igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior e preconizam a melhoria no nível de renda e na qualidade de vida da população, considerando que as mudanças constantes na sociedade requerem uma universidade dinâmica, que valorize as diferenças individuais e a realidade sociocultural dos acadêmicos, utilizando diferentes estratégias de ensino-aprendizagem que possibilitem o acesso aos instrumentos necessários para a efetiva participação dos ingressantes e egressos das universidades públicas no desenvolvimento social, político e econômico do país.

As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado. Para Teixeira (2010), as políticas públicas visam responder a demandas da sociedade, principalmente dos setores marginalizados. As políticas públicas podem ser caracterizadas:

Quanto à natureza ou seu grau de intervenção:

- a) estrutural – buscam interferir nas relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc.;
- b) conjuntural ou emergencial – objetivando amainar uma situação temporária, imediata.

Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:

- a) universais – para todos os cidadãos;
- b) segmentais – para um segmento da população, caracterizada por um fator determinado (idade, condição física, gênero, etc.);
- c) fragmentais – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

Quanto aos impactos que podem causar aos seus beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:

- a) distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;
- b) redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;

---

<sup>3</sup> Os excluídos não constituem, propriamente, um grupo homogêneo. São mais precisamente conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade estrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência, etc (CASTEL, 2004, p.63).

c) regulatórias – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo. (TEIXEIRA, 2010, p.3).

Segundo Bonetti (2007) as políticas públicas são elaboradas e efetivadas a partir de uma determinada concepção de sociedade ou de um fundamento teórico. O projeto do capitalismo globalizado também se constitui um agente definidor de políticas públicas de um país. “As políticas sociais do Estado, enquanto políticas públicas tem origem na dinâmica determinadas pelas mudanças ocorridas na organização e nas relações de poder nas esferas nacional e global.” (BONETTI 2007, p. 52). As elites internacionais são agentes determinantes nas políticas públicas nacionais. Para o autor,

a partir de uma nova dimensão social das últimas décadas e sua repercussão direta na organização social e política da sociedade, é possível compreender como políticas públicas as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer um investimento ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. (BONETTI, 2007, p 74)

As Políticas Educacionais<sup>4</sup> fazem parte das políticas sociais do país. Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Oliveira (2010, p. 93) considera que “se as políticas públicas é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação”. Enquanto que para Azevedo e Aguiar (1999),

as políticas educacionais fazem parte do conjunto de políticas públicas sociais, expressão da ação (ou não ação) social do Estado e que têm como principal referente a máquina governamental no movimento de regulação do setor de educação. Elas expressam os referenciais normativos subjacentes às políticas e que podem se materializar nas distintas filosofias de ação. Neste processo interagem distintos atores sociais e as ações são explicitadas através de programas (AZEVEDO; AGUIAR, 1999, p.74-75).

Em outra perspectiva, Libâneo (2006) argumenta que o governo brasileiro vem implementando suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, adotando diretrizes e medidas pelas quais o país se moderniza e adquire as condições de inserção no mundo globalizado e, assim, ajusta-se às exigências de globalização da economia estabelecidas pelas instituições financeiras e pelas corporações internacionais. E todas essas políticas

---

<sup>4</sup> As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado.

educacionais são elaboradas na ótica das reformas neoliberais de adequações às demandas e exigências do mercado.

As políticas públicas educacionais adotadas pelo Governo Federal têm redimensionado a função social das escolas e universidades. A LDB/96, em seu art 43º, estabelece as finalidades da educação superior:

- I estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
  - II formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
  - III incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
  - IV promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
  - V suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
  - VI estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
- (BRASIL, 1996)

Para Bittar (1999), as políticas públicas de educação superior têm, por objetivo, atender a crescente demanda popular pelo direito à educação. No Brasil, desde a segunda metade do século XX, verifica-se um crescimento gradual das instituições privadas, mas pode-se constatar que o Sistema Nacional de Educação Superior teve um processo de expansão e consolidação entre 1930 e 1970, principalmente nas instituições públicas. Mas é na década de 1990, que a expansão centrada no setor privado ocorre de forma mais enfática, do mesmo modo que o declínio do financiamento das instituições públicas, o que se relaciona com a política neoliberal de educação. Houve uma expansão na educação superior, expressa pelo crescimento de matrículas, de cursos e de instituições de educação superior. Para o autor,

Políticas de Educação Superior: definem direitos e deveres, preferências, objetivos, princípios e formas de organização do nível terciário de Educação, compreendendo as funções de ensino, pesquisa e extensão. Dentre as principais questões da política educacional no Brasil estão as relativas à democratização do acesso e à qualidade do ensino, frequentemente imbricadas na polêmica entre os deveres e prerrogativas do Estado (o público) e os interesses privados. Logo, as políticas de Educação Superior estabelecem quem é autorizado a criar e gerir as instituições e os programas acadêmicos; quem é autorizado a deles participar e por estes ser diplomado ou certificado; quem tem legitimidade para a prática acadêmica e

quais práticas e produtos acadêmicos são legítimos. Em outras palavras, as políticas de Educação Superior definem os territórios, as práticas e os signos acadêmicos, reconhecidos pelo Estado e pela sociedade; deverão sempre ter como referência a missão pública da Educação Superior para a formação política dos cidadãos, a Cultura, a Ciência & Tecnologia, o desenvolvimento sustentável, a soberania nacional e a justiça social, assim como a crescente demanda popular pelo direito à Educação, inclusive Superior. (BITTAR, 2006, p. 165)

Para Preti (1996), a crescente demanda por educação, devido à expansão populacional como, sobretudo, as lutas das classes trabalhadoras por acesso à educação, com a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos, está exigindo mudanças em nível da função e da estrutura da escola e da universidade. Devido ao aumento do número de concluintes do ensino médio e a necessidade de aquisição de competências para enfrentar o mercado de trabalho, dentre outros fatores, a expansão do ensino superior tornou-se um dos grandes desafios das políticas públicas educacionais: garantir o acesso, a permanência e uma formação de qualidade.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2010, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, mostram que 5.746.762 alunos estão matriculados no ensino presencial e 992.927 na Educação a Distância. Desses, 95% (6,7 milhões) cursam a graduação: 1,7 milhão em universidades e instituições públicas de ensino e 5 milhões em universidades privadas. As matrículas continuam concentradas (74%) nas instituições privadas, mas houve um crescimento de 12% no número de alunos das escolas públicas. Entre as instituições públicas de ensino superior, as municipais respondem por 1,6% do total das matrículas, as estaduais por 9,4% e as federais por 14,7%. O número de formandos, em 2010, (973 mil) é mais que o dobro do registrado em 2001.

As regiões Norte e Nordeste registraram um aumento do número de estudantes, no ensino superior, entre 2001 e 2010. O Sudeste é responsável por 48,7% das matrículas, o Sul fica com 16,9%, o Centro-Oeste concentra 9,1% e o Norte e o Nordeste, 6,5% e 19,3%. Nos cursos presenciais, 3,9 milhões de matrículas estão no bacharelado, 928 mil nas licenciaturas e 545 mil na modalidade tecnológica, enquanto que, na Educação a Distância, as matrículas de licenciatura são 426 mil, de bacharelado, 268 mil, e nos tecnológicos, 235 mil matrículas.

Os indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que, de 1998 a 2008, dobrou o número de jovens de 18 a 24 anos (alunos na idade adequada) cursando universidade. A proporção passou de 6,9% para 13,9%, e a taxa bruta, independente da idade, de frequência à universidade, chegou a 30% no Brasil. Para Barreto e Leher (2008), a expansão das universidades deve-se, em parte, ao crescimento das instituições privadas que estão acelerando a sua conversão para universidade, mesmo sem possuir pesquisa institucionalizada, o que descaracteriza a universidade. A privatização e a

comodificação da educação vem de encontro aos interesses de uma fração burguesa que já possuía negócios sólidos na área.

De acordo com os dados do INEP, houve um crescimento no número de matrículas na educação por graduação nas instituições públicas, porém, há predominância de matrículas nas instituições privadas. O gráfico 01 demonstra que, no período 2010-2011, a matrícula cresceu 7,9% na rede pública e 4,8% na rede privada. As Instituições de Ensino Superior privadas têm uma participação de 73,7% no total de matrículas de graduação, sendo que 14,6% das matrículas, na graduação, foram em cursos a distância e 80% das matrículas foram feitas em instituições privadas.

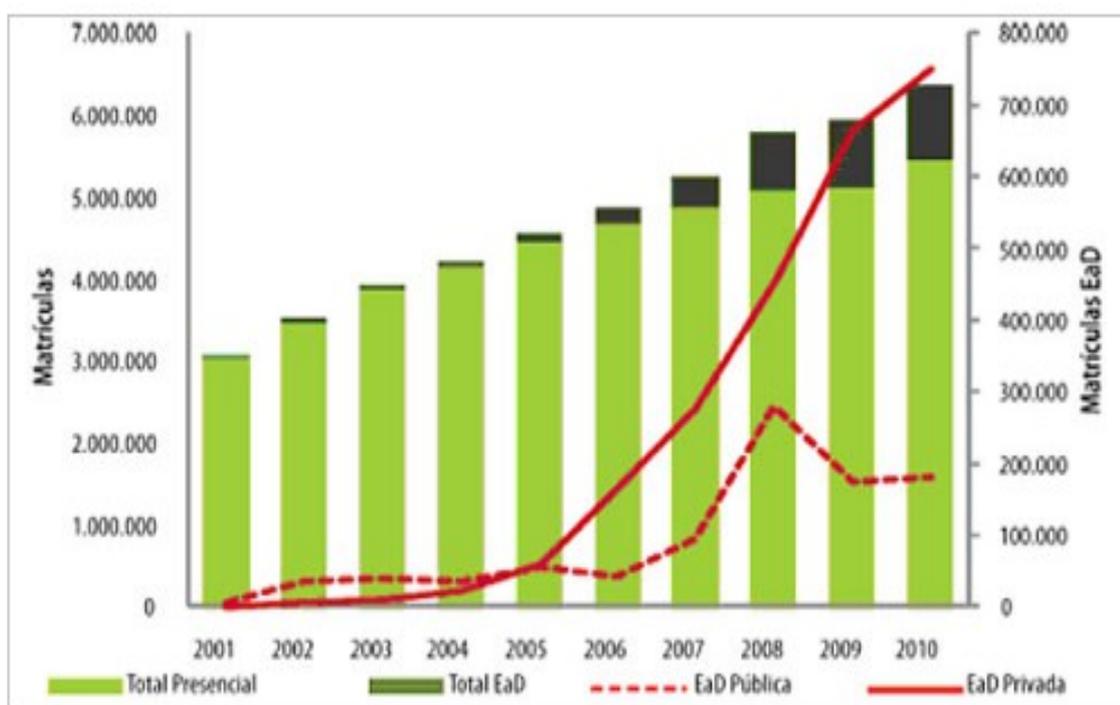


Gráfico 01 – Evolução do número de matrículas por modalidade de ensino Brasil – 2001-2010  
Fonte: MEC/INEP- Ano 2010

Nesse cenário de expansão do ensino superior, a Educação a Distância torna-se, no discurso constituído, um agente de democratização do acesso ao ensino superior. Para Valente e Moran (2011), considerando as dimensões do Brasil e a quantidade de pessoas a serem educadas, a EAD tem sido vista como uma importante alternativa educacional. Enquanto que Peters (2004) considera que a Educação a Distância despontou como mais uma modalidade de ensino e como uma solução solidária e igualitária para compensar a escassez de vagas nas universidades e dificuldades enfrentadas por uma grande parcela da população de todos os países em relação à conciliação das necessidades individuais, de estudo e qualificação, com as exigências diárias familiares e de trabalho, da educação.

Os órgãos internacionais exercem influências na elaboração e efetivação das políticas públicas, no Brasil, promovendo ações no sentido de implantar a Educação a Distância como uma possibilidade educacional. Segundo Sá (2003), para a UNESCO,

a Educação a Distância facilita o cumprimento do princípio de igualdade de oportunidade. Leva a educação a grupos sociais com poucas possibilidades de acesso ao ensino: populações dispersas e alijadas geograficamente, com escassos recursos financeiros e grupos em condições desvantajosas, bem como explora as possibilidades das novas tecnologias da informação e da comunicação. (SÁ, 2003, p. 76).

Moraes (2010) considera a Educação a Distância como fator de desenvolvimento, inclusive como fator de desenvolvimento da própria educação. A EAD amplia as oportunidades para indivíduos e grupos sociais confinados pelo seu ritmo de vida e trabalho e amplia o poder de fogo da educação, em geral, como fator de desenvolvimento.

Nas últimas décadas do século XX, aos indicadores do puro crescimento econômico têm-se acrescentado critérios de aferição que dizem respeito à sustentabilidade ambiental e sociopolítica, isto é, aos fatores de equidade e equilíbrio que tornariam esse processo estável, sem comprometer o futuro. Contudo, existe ainda outra dimensão a considerar, quando tratamos da Educação a Distância, especificamente: pensá-la como fator de desenvolvimento, inclusive como fator de desenvolvimento da própria educação, em sentido amplo. Os experimentos de EAD – em instituições a ela dedicadas com exclusividade ou em instituições dual-mode – já permitem um balanço razoavelmente seguro de aquisições e desdobramentos. (MORAES 2010, p 548)

A Educação a Distância constitui um instrumento que amplia as condições de acesso ao ensino superior em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos e, concomitantemente, possibilita o acesso dos grupos excluídos historicamente dos processos educacionais em regiões próximas aos centros universitários. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2011, em média, o aluno ingressante em curso de graduação presencial tem 26 anos e, no curso a distância, 33 anos. Na graduação presencial, metade dos matriculados tem até 24 anos, sendo a idade mais frequente a de 21 anos, enquanto que, na graduação a distância, metade dos matriculados tem até 32 anos e a idade mais frequente é a de 30 anos. Estas informações permitem dizer que 25% dos matriculados, na graduação presencial, têm mais de 29 anos e que, na modalidade a distância, perfaz uma diferença de dez anos.

Muitos estudantes não conseguem ingressar na universidade por não terem acesso a uma educação básica de qualidade e, conseqüentemente, não conseguem concorrer nos processos seletivos das universidades públicas. Devido à alta seletividade dos vestibulares, muitas pessoas não têm condições de estudar e trabalhar ao mesmo e/ou

não possuem recursos financeiros para custear a sua formação em instituições públicas e/ou privadas ou residem em regiões distantes dos centros urbanos e das instituições de ensino superior.

Neste sentido, a Educação a Distância, aliada às Políticas de Ações Afirmativas, visam promover a igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior e preconizam a melhoria no nível de renda e na qualidade de vida dos segmentos excluídos dos processos educacionais no Brasil. As Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior tem, como objetivo, favorecer a mobilidade social, promover a igualdade entre as minorias historicamente submetidas a condições de vida precárias e com poucas oportunidades profissionais e educacionais e elevar o número de alunos, oriundos de classes excluídas, no ensino superior, podendo contribuir, de maneira significativa, para a ascensão e inclusão social dos diversos segmentos da sociedade. Para Santos,

as ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar, desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (SANTOS, 1999, p.43).

As Políticas de Ações Afirmativas são necessárias para desnaturalizar as desigualdades raciais<sup>5</sup> e sociais na sociedade brasileira e no atendimento às demandas específicas do ensino superior. O Brasil é um país que apresenta uma injusta distribuição de renda e de benefícios sociais, o que dificulta a mobilidade social de determinados segmentos, em função da exclusão pela cor, raça e origem social. A educação superior constitui um meio de promoção social e de acesso aos bens necessários para efetiva participação no desenvolvimento político, econômico e social. Gomes (2004), afirma que

entrar para a universidade, sobretudo para uma universidade pública, não se traduz em uma questão de mérito, é uma questão de direito. O fato de termos um maior acesso à universidade de alunos negros, pobres e oriundos de escola pública não quer dizer que teremos uma universidade de baixa qualidade e alunos com menor mérito, mesmo porque, como sabemos, o mérito é uma construção social e acadêmica. (GOMES, 2004, p.50).

As políticas públicas de ações afirmativas para o ensino superior surgem da problemática da inserção social de determinados grupos sociais e incidem nas questões raciais, de gênero, de origem, de inclusão dos deficientes. No entanto, não basta garantir o

---

<sup>5</sup> Raça refere-se ao uso de diferentes fenotípicas como símbolo de distinção social. Significados raciais são, nesse sentido, culturalmente e não biologicamente construídos, distinguindo – se, a partir da inserção nestas categorias, lugares sociais dominantes e dominados. (HANCHARD, 2001, p.243)

acesso, é necessária a efetivação de políticas públicas que garantam, além do acesso, a permanência e aprendizagem dos alunos. O Documento Base da Conferência Nacional de Educação – CONAE esclarece que:

[...] a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade... (BRASIL, 2010, p. 57).

Neste sentido, torna-se necessário compreender os condicionantes e determinantes históricos, legais, políticos, culturais, sociais e ideológicos, implícitos nas políticas públicas de democratização e interiorização do ensino superior e nas Políticas de Ações Afirmativas e repensar o processo de tomada de decisões na elaboração e efetivação de políticas públicas e, concomitantemente, os investimentos do Estado nos processos formativos dos discentes e docentes a distância, considerando que a educação retrata e reproduz a sociedade, mas também traz, em si, possibilidade da transformação social.

### 1.1 Educação a Distância: os condicionantes sócio-históricos e psicopedagógicos

Nesse cenário de mudanças da sociedade, a Educação a Distância ganha foro privilegiado. Para Peters (2004), a Educação a Distância despontou como mais uma modalidade de ensino e como uma solução solidária e igualitária para compensar a escassez de vagas nas universidades e dificuldades enfrentadas por uma grande parcela da população, de todos os países, em relação à conciliação das necessidades individuais de estudo e qualificação com as exigências diárias familiares e de trabalho da educação. Diferentes terminologias têm sido utilizadas na conceituação da Educação a Distância ao longo dos anos. Peters (2004) define a Educação a Distância como

(...) um processo pedagógico constituído por docência e discência, isto é, ensino e aprendizagem. A importância de trazer à tona essa compreensão de educação está no nosso desconforto da utilização, no âmbito da Educação a Distância, dos termos ensino ou aprendizagem. Consideramos inadequado o emprego de ensino a distância ou aprendizagem a distância, pois ignora a imprescindível junção do ensinar com o aprender. Somente a terminologia educação abarcaria essa concepção. (PETERS, 2004, p. 24)

A Educação a Distância não é um fenômeno recente e foi revigorada com o uso dos computadores e da internet. Segundo Riscal (2009), foi, na última década, que a Educação a Distância adquiriu maior relevância. Sua institucionalização deu-se, como

modalidade de ensino, na década de 1990, com oferta em estabelecimentos oficiais de ensino. A EAD correspondeu à adoção de uma modalidade educacional que tem sido marcada por mudanças administrativas: a racionalização organizacional e mudanças de padrões de gestão. Preti (1996, p. 26-27) apresenta as principais características da EAD:

- Abertura: uma diversidade e amplitude de oferta de cursos, com a eliminação do maior número de barreiras e requisitos de acesso, atendendo a uma população numerosa e dispersa, com níveis e estilos de aprendizagem diferenciados, para atender à complexidade da sociedade moderna;
- flexibilidade: de espaço, de assistência e tempo, de ritmos de aprendizagem, com distintos itinerários formativos que permitam diferentes entradas e saídas e a combinação trabalho/estudo/família, favorecendo, assim a permanência em seu entorno familiar e laboral; adaptação: atendendo às características psicopedagógicas de alunos que são adultos;
- eficácia: O estudante, estimulado a se tornar sujeito de sua aprendizagem, a aplicar o que está aprendendo e a se auto avaliar, recebe um suporte pedagógico, administrativo, cognitivo e afetivo, através da integração dos meios e uma comunicação bidirecional;
- formação permanente: há uma grande demanda, no campo profissional e pessoal, para dar continuidade à formação recebida “formalmente” e adquirir novas atitudes, valores, interesses, etc.
- economia: evita o deslocamento, o abandono do local de trabalho, a formação de pequenas turmas e permite uma economia de escala. (PRETI, 1996, p. 26)

A Educação Aberta e a Distância possibilitou a flexibilização do tempo e espaço. No entanto, Fetizon & Minto (2007) assinalam que há uma diferença importante entre o termo educação e ensino:

A educação é um processo social que, do ponto de vista mais amplo, representa o instrumental de que o grupo humano dispõe para promover a autoconstrução da humanidade de seus membros e do ponto de vista individual, a possibilidade de desenvolver atributos que permitam ao indivíduo construir-se humano (ou construir sua própria humanidade), a partir de seu equipamento pessoal e da ação do grupo. Tais construções individual e coletiva, exigem a adoção de políticas públicas adequadas, que, por sua vez, implicam a necessidade de articular as várias áreas que constituem os direitos sociais. Já o conceito de ensino diz respeito à forma sistematizada que se constitui num conjunto organizado, envolvendo a seleção de conteúdos e métodos, de trabalho pedagógico, que é adotada com o objetivo de disponibilizar, a todos os membros da sociedade, a informações, os conhecimentos e as teorias que já compõem um acervo de saberes que, por sua vez, é patrimônio da humanidade. Ou seja, quando se fala de ensino, trata-se do meio pelo qual se busca garantir às pessoas, via escolarização formal numa instituição específica, a escola, aquilo que lhes é essencial para construir suas próprias visões de mundo e poder agir de forma consciente, influenciando na história e na cultura da sociedade em que vivem (FETIZON & MINTO, 2007, p. 94).

Para Belloni (2003, p.57), a educação aberta e a educação a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada para atender às novas demandas educacionais,

decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial. Belloni (1999) argumenta que passaram a coexistir duas orientações teóricas filosóficas no campo da educação e, particularmente, da EAD: o modelo antigo, baseado nos processos fordistas <sup>6</sup>de ensino e o modelo mais moderno, cujos objetivos e estratégias visam a se afastar do comportamento de massa em direção a um modelo mais aberto, flexível, humanista e menos tecnocrata, que refletem na organização e divisão do trabalho nos Sistema de EAD. O quadro abaixo demonstra os modelos organizacionais de EAD, conforme definidos por Moraes (2010, p. 557):

Modelos	Características	Vantagens	Riscos e desvantagens
1. Instituições exclusivamente a distância, incluindo “megauniversidades”	Centralizadas; produção maciça de materiais didáticos; cursos homogêneos, oferta mais ou menos “tradicional”; instituições de grande alcance (nacional e internacional)	Grandes escalas aproveitam melhor a infraestrutura existente e reduzem custos (produção/materiais/tutoria); tendência a formar pessoas com dedicação específica, exclusiva, especializada	Diminui Possibilidade de interação; difícil atualização dos materiais de estudo e difícil adequação regional/local.
2. Unidades dentro das instituições “tradicional”, mas com organização e currículos específicos e independentes	Cada modalidade (EAD e presencial) tem seu próprio currículo, pessoal e administração	Espaços, materiais e pessoal específicos para EAD	Precisa de investimento adicional
3. Unidades dentro da instituição tradicional, mas compartilhando recursos, grade curricular etc.	Instituições e cursos tradicionais que incorporam recursos de TIC/EAD para diversificar os modos de aprendizagem e ampliar opções	Aproveita recursos existentes; fortalece, enriquece, flexibiliza os programas educativos presenciais	“Escolariza” a EAD; dificuldade de encontrar pessoal que consiga atender ao mesmo tempo modalidades diferentes
4. Consórcios e redes	Todos os membros do consórcio produzem, recebem e certificam.	Aproveitamento ótimo de recursos, escalas apropriadas de produção, adequação regional e institucional.	Exigem políticas complexas de colaboração e cooperação (condição de sucesso)

Quadro 01 Modelos Organizacionais de EAD  
Fonte: (MORAES, 2010, p.557)

<sup>6</sup> O fordismo pode ser caracterizado como “uma prática de gestão na qual se observa a radical separação entre concepção e execução, baseando-se no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operatórios muito curtos, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores.” (LARANJEIRA, 2002, p.123).

Moraes (2010) apresenta modelos de EAD que constituem a descrição daquilo que existe no mundo na atualidade e sintetiza, no quadro acima, as alternativas organizacionais para a criação e manutenção de um sistema de EAD. Os modelos recentes, redes e consórcios, indicam caminhos mais adequados para novas iniciativas. Assim, o modelo 01, das megauniversidades, parece absorver algumas das vantagens do modelo 04, redes e consórcios. Os modelos 02 e 03 também parecem evoluir nessa direção, conforme apresentado no quadro acima.

A Educação a Distância vem crescendo em ritmo acelerado na sociedade contemporânea. Pereira; Moraes (2009) argumentam que a primeira tecnologia que permitiu a EAD foi a escrita. Posteriormente, a tecnologia tipográfica e as tecnologias de comunicação e telecomunicações ampliaram, ainda mais, o alcance e as possibilidades de EAD. Na antiguidade, na Grécia e depois em Roma, existia uma rede de comunicação que permitia o desenvolvimento significativo da correspondência. Com o surgimento da imprensa, ao redor do ano de 1450, o livro tornou-se o foco do ensino por correspondência, que deixou de ser epistolar. A EAD surge, como escola formal para ensino por correspondência, no cenário mundial, a partir do século XIX. O livro, seja manuscrito, seja impresso, representa o segundo estágio da EAD. O surgimento do rádio, da televisão e, mais recentemente, o uso do computador, como meio de comunicação, veio dar nova dinâmica ao ensino a distância.

Segundo Pereira e Moraes (2009, p. 65), a Educação a Distância rompe com a relação espaço/tempo, que tem caracterizado a escola convencional, e se concretiza por intermédio da comunicação mediada, por meio da mídia. A evolução da EAD pode ser identificada no quadro 02, a partir de estudos realizados pelas autoras que identificam diferentes modelos de Educação a Distância, historicamente vinculados ao desenvolvimento das tecnologias de produção, distribuição e comunicação.

Gerações	Características
1ª Geração de EAD Modelos por Correspondência	A primeira geração teve sua origem no século XIX, com a criação de instituições, em diferentes países, que ofereciam cursos por correspondência. Os materiais escritos continuam a ser utilizados em larga escala, até os dias atuais. A sua finalidade é, fundamentalmente, possibilitar o acesso à educação, especialmente aos setores da população que tiveram negadas oportunidades educacionais anteriores.
2ª Geração de EAD Modelo Multimídia	A segunda geração desenvolveu-se desde o início da década de 1970, logo após a criação da <i>Open University</i> britânica. A sua ênfase, como a geração anterior, consiste na democratização do saber, pela oferta de uma segunda oportunidade de estudos à população adulta. A característica básica da segunda geração é a de promover a mediação pedagógica utilizando diversos recursos de

	mídia. Assim, os materiais escritos passaram a ser acompanhados por emissões radiofônicas, de televisão ou apresentação de vídeos.
3ª Geração de EAD Modelo de Aprendizagem por Conferência	A terceira geração, correspondente ao Modelo de Aprendizagem a Distância por Conferência, utilizada em pequena escala desde o final dos anos 1980, caracteriza-se pelo potencial interativo das novas tecnologias da informação e da comunicação, inclusive para prover oportunidades de comunicação sincrônica. Note-se que, nesse modelo, se perde a flexibilidade de tempo, de local e de ritmo, uma vez que as sessões sincrônicas obrigam também à fixação de um espaço adequado, onde as facilidades para a realização de conferências estejam instaladas.
4ª Geração de EAD -Modelo de Aprendizagem Flexível	A quarta geração é decorrente da exploração do uso das novas tecnologias, particularmente dos recursos da Internet e WEB. Os programas de quarta geração desenvolvem-se em ambiente de aprendizagem virtual, mediante um processo interativo, não linear e colaborativo. Outras características do modelo são os recursos de aprendizagem relativos à base de dados, que servem de referência para os estudantes. O estudante é encorajado a participar dos grupos de discussões assíncronicas, estabelecidos para os conteúdos de áreas específicas, assim como para comunicações em caráter informal.
5ª Geração de EAD -Modelo de Aprendizagem Flexível	A quinta geração, ainda emergente, o modelo de aprendizagem flexível inteligente, vem sendo desenvolvida na <i>University of Southern Queensland</i> , Austrália, como parte integrante do projeto global de informatização da instituição. Esse modelo, como o da quarta geração, baseia-se na utilização do Computador Mediando a Comunicação, e, diferentemente do anterior, segundo os seus idealizadores, possibilita maior economia de escala na administração do ensino e suporte acadêmico mediante um sistema de respostas automatizadas.

Quadro 02 Modelos de Educação a Distância

Fonte: Adaptação a partir do texto das autoras (PEREIRA; MORAES, 2009).

Peters (2009) discute as três modalidades possíveis de se organizar a Educação a Distância: a oferta de cursos em universidades tradicionais de ensino presencial (*dual mode*), em instituições que oferecem várias modalidades de ensino, com escolha para os alunos, de acordo com suas próprias necessidades e possibilidades (*mixed mode*) e a possibilidade de se ter instituições planejadas especialmente para a modalidade a distância (*single mode*). Peters (2003) apresenta, ainda, os modelos de EAD adotados pelas principais universidades do mundo e suas respectivas estruturas de mídias no quadro abaixo.

Universidades de ensino a distância	Estrutura de mídias típicas
Universidade da África do Sul	Universidade por correspondência: material de curso impresso, guias de estudo, correspondência tutorial.
Open University (Reino Unido)	Universidade de ensino a distância: acesso livre. Material de curso pré-preparado por equipe, transmissão por rádio e televisão. Orientação e aulas particulares em centro de estudos, seminários.

FernUniversität (Alemanha)	Universidade de ensino a distância baseada em pesquisa: material de curso pré-preparado, fitas de vídeo e fitas cassete, transmissão pela televisão, aulas particulares em centros de estudos, seminários
Universidade Central de Rádio e Televisão (China)	Universidade baseada em mídias de massa: palestras por rádio e televisão, várias aulas compulsórias por semana. Material impresso suplementar.
Rede de teleconferências da Universidade Nacional (Americana)	Extensão baseada em vídeo de ensino face a face em uma faculdade, promovida por consórcio de universidades: ensino a distância baseado em vídeo, em conjunto com livros didáticos e instrutores. Videoconferências interativas.
Projeto North (Ontário, Canadá)	Cooperativa de ensino a distância baseada em teleconferências audiográficas, videoconferências e conferências por computador para cursos de extensão universitária.

Quadro 03 Estruturas de Mídias Típicas de EAD  
Fonte: PETERS, 2003.

No Brasil, a Educação a Distância tem amparo legal pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 de dezembro de 1996 e Plano Nacional de Educação Brasileira /PNE. O artigo 80 da atual LDB estabelece que o poder público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

§ 1º A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de Educação a Distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de Educação a Distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A Educação a Distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:  
I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL,1996)

O artigo 1º do Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, caracteriza a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos. A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para avaliações de estudantes, estágios

obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente, defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente, e atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso. Para Vieira:

Educação Aberta e a Distância é um processo pelo qual professores e estudantes buscam a informação, visando a construção do conhecimento, a partir das experiências e dos interesses de ambos, em espaços e tempos síncronos e assíncronos, através de um sistema de aprendizagem mediado por diferentes meios e formas de comunicação. Assim, na EAD a interatividade entre os atores envolvidos é indireta e mediatizada por uma combinação de meios tecnológicos. (VIEIRA, 2003, p. 21).

A Educação a Distância, no Brasil, passou por várias fases dentre elas: a etapa do ensino por correspondência; em seguida, o ensino pela transmissão radiofônica, depois televisiva e, atualmente, a utilização da informática. Para Gonzales (2005), as estruturas de mídias típicas mais comuns, nas instituições brasileiras que oferecem o curso a distância, são as equivalentes às da Universidade da África do Sul, *Open University* (Reino Unido), *FernUniversität* (Alemanha). Três modelos distintos são apresentados pelo autor:

**Modelo 1 – Sala de Aula a distância:** este modelo estrutura-se nas tecnologias capazes de levar o conhecimento a pontos diferentes no país ou no mundo. A instituição responsável pelo curso controla o andamento e o local em que deverá ser realizado o treinamento. As aulas têm comunicação sincrônica: instrutores e estudantes combinam um local e o horário para se encontrarem uma vez por semana ou com outra regularidade.

**Modelo 2 – Aprendizagem Independente:** Neste modelo, os alunos podem fazer o curso independentemente do local onde estão e não precisam se adequar às escalas fixas de horário. Os estudantes recebem vários materiais de estudo, incluindo um programa de curso. A instituição coloca à disposição do aluno, monitor ou tutor que o acompanhará, fornecendo orientações, respostas e avaliando seus exercícios e testes. A interação entre o monitor e o estudante é viabilizada através de variadas tecnologias, tais como: telefone, fax, *chat*, correio eletrônico, etc. Não há aulas no sentido clássico da palavra. Os alunos estudam, buscando seguir o mais fielmente possível o programa do curso e podem interagir com o tutor, em alguns casos com outros estudantes.

**Modelo 3 – Aprendizagem Independente e Aula:** Este modelo envolve a utilização de material impresso e outras mídias, tais como fita de videocassete ou disquete, CD-ROM ou DVD, que possibilitam ao aluno estudar no seu próprio ambiente. Outras tecnologias que envolvem os alunos também poderão ser utilizadas, como as descritas no modelo 2. Os alunos reúnem-se periodicamente em grupos, em locais específicos, para receber apoio instrucional. Nas aulas discutem-se os conteúdos, esclarecem-se conceitos, realizam-se trabalhos, experiências em laboratórios, simulações e outros exercícios relacionados com a aprendizagem. (GONZALES, 2005, p. 53).

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007) ressaltam que não há um modelo único de educação a distância. Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos

educacionais e tecnológicos. Embora a modalidade a distância possua características próprias que só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa, os referenciais de qualidade para projetos de cursos, na modalidade a distância, devem compreender categorias que envolvam aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura.

A gestão na EAD caracteriza-se pelas estruturas logística e pedagógica do curso. Os itens da proposta de curso a distância devem contemplar: a) integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico; b) desenho do projeto; c) equipe profissional multidisciplinar; d) comunicação, interatividade entre professor e aluno; e) qualidade dos recursos educacionais; f) infraestrutura de apoio; g) avaliação de qualidade contínua abrangente; h) convênios e parcerias; i) edital e informação sobre o curso de Educação a Distância; j) custos de implementação e manutenção da Educação a Distância.

Para Aires e Lopes (2010), Os sistemas de Educação a Distância se organizam e se desenvolvem com base no planejamento, na gestão, no acompanhamento e na avaliação de suas ações e de seus componentes essenciais, como o sistema administrativo, a mediação tecnológica, o desenvolvimento e a produção de materiais, o apoio ao aluno e o acompanhamento tutorial. Mill (2010) argumenta que uma instituição pública ou privada pode organizar um sistema de educação a distancia de diversas maneiras, não existindo um único modelo pedagógico de EAD. O autor demonstra, na figura 3, uma possível estrutura para esses sistemas. Tal proposta de estrutura institucional para EAD apresenta os elementos básicos da modalidade, divididos em recursos de infraestrutura, apoio institucional em recursos humanos e implementação da proposta pedagógica de EAD



Figura 03 Estrutura Institucional de Educação a Distância  
Fonte: <portal.mec.gov.br/index>

Existem diferentes modelos de EAD em que são utilizados várias mídias, momentos presenciais e atividades a distância pela web. Valente e Moran (2011) enfatizam que o ambiente de aprendizagem é muito utilizado nos cursos a distância. Os principais ambientes são o *moodle*, Teleduc e *Blackboard*, sendo que algumas instituições possuem o seu próprio AVA. No Brasil, temos basicamente dois modelos de ensino superior a distância via web: o mais virtual e o semipresencial.

No primeiro, a orientação dos alunos é feita a distância, pela internet ou telefone. Os alunos se reportam ao professor e ao tutor durante o semestre, e em geral, se encontram presencialmente só para avaliações. É um modelo predominantemente via internet, e os encontros presenciais são mais espaçados porque não existem polos para o apoio presencial. No modelo semipresencial, como os do Consorcio Cederj, das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro, os alunos tem polos perto de onde moram e, além do tutor *online*, o tutor presencial no polo, com quem pode tirar dúvidas e participar das atividades solicitadas e dos laboratórios de informática específicos do curso. Esse modelo é replicado pelas universidades públicas, sobre a gestão da UAB, que fazem parceria com as prefeituras para a instalação dos polos de apoio presencial. (VALENTE E MORAN, 2011, p. 50)

Para Valente e Moran (2011), a Educação a Distância está modificando as maneiras de ensinar e aprender, reorganizando os espaços e tempos, mídias, linguagens e os processos pedagógicos. Há um mix de tecnologias e a utilização dos ambientes digitais de aprendizagem, material impresso, recursos de comunicação *on* e *off-line*. As mídias móveis redimensionam o processo de ensino e aprendizagem que pode ocorrer em qualquer lugar, em qualquer horário. Para Ramos (2009), o ensino a distância depende de um planejamento cuidadoso dos cursos e disciplinas a serem ofertados. Para a condução adequada de uma disciplina *on-line*, devem ser observados, criteriosamente, os mecanismos de mediatização utilizados na EAD, a seleção de conteúdos e as inserções de materiais produzidos, acompanhados de uma reflexão crítica. As ferramentas utilizadas na comunicação devem gerar novas possibilidades de interação. A autora propõe algumas estratégias que podem abrir diversas portas para o aprendizado. Vejamos algumas delas no quadro a seguir:

Estratégias pedagógicas com tratamento inter-relacionado das diversas áreas do conhecimento.	Desenvolver competências e habilidades necessárias à ação docente, acompanhadas de atividades colaborativas e cooperativas que propiciem a metacognição, ao invés de propor uma lista de disciplinas isoladas
Natureza dos Componentes curriculares.	Apropriados à prática real dos alunos no tratamento e seleção dos conteúdos, incorporando construtivamente dados do

	contexto sociocultural dos aprendizes e do seu entorno pela marca da diversidade cultural e social.
Materiais didáticos e recursos tecnológicos.	Explicitar a função pedagógica das escolhas didáticas e tecnológicas, instigando o processo de metarreflexão sobre os recursos tecnológicos e usos no ensino.
Metodologias de avaliação do processo de aprendizagem.	Contemplem e instiguem o registro dos processos individuais e coletivos de aprendizagem, mediados pela tecnologia, e orientados para o fazer docente e a identidade profissional em construção.
Organização do processo de aprendizagem.	Composição de módulos interdisciplinares interdependentes e correlacionados, propiciando uma visão sistêmica e holística do campo teórico.
Explicitação das concepções de ensino e aprendizagem que alicerçam o projeto pedagógico	Ao adotar determinadas concepções de ensino e aprendizagem, explicitá-las para os cursistas, de forma que possam ter uma dupla aprendizagem, sobre o tema e sua aplicação no ensino.
Concepções de ensino e aprendizagem x a configuração do ambiente de aprendizagem.	Guardar coerência entre os princípios de ensino e as opções de configurações do ambiente.
Concepções construtivistas e sociointeracionistas baseadas na aprendizagem significativa.	Ambiente tecnológico de alta interação, contextualização e realização de ciclos de aprendizagem recorrentes e recursivos apoiados na aprendizagem significativa.
Construção do conhecimento como um fenômeno social, construído no embate, compartilhamento e negociação de significados, num processo recursivo de atribuir significados e ressignificar.	Formação de comunidades de aprendizagem baseadas na interação cooperativa e colaborativa, intencional e consciente entre todos os membros da comunidade, com permeabilidade e visibilidade para os hábitos culturais, história de vida x história de grupos x história da humanidade, regras, leis e procedimentos.
Estratégias pedagógicas de metacognição do aluno-professor.	Recursos de autoria, momentos de reflexão, uso de diários ou memoriais.
Aprendizagem de todos (professores e alunos).	Recursos de autoria que propiciem os alunos e professores a ensinarem os colegas.
Tomada de consciência do seu próprio processo de aprendizagem.	Estabelecer relação dialógica entre os participantes, provocando a formulação de questões e inferências e não meramente as respostas fechadas.

Quadro 04 Elementos Essenciais para a construção de Ambientes de Aprendizagem em EAD.  
Fonte: Ramos, 2009.

No Projeto Político Pedagógico de um curso, na modalidade a distância, devem ser contemplados: a Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; Sistemas de comunicação; Material didático; Avaliação; Equipe multidisciplinar; Infraestrutura de apoio; Gestão Jurídico-administrativo; Sustentabilidade financeira. Além de mobilizar recursos humanos e educacionais, um curso a distância exige infraestrutura material proporcional ao número de estudantes, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançada. O número de estudantes, para cada curso, deve apresentar-se em completa consistência com o projeto político-pedagógico, os meios que estarão disponibilizados pela instituição, o quadro de professores, de tutores e da equipe técnico-administrativa que trabalharão no atendimento aos cursistas.

De acordo com os Referenciais de Qualidade, publicados em 2005, pelo MEC, os itens da proposta de curso a distância devem contemplar: a) integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico; b) desenho do projeto; c) equipe profissional multidisciplinar; d) comunicação, interatividade entre professor e aluno; e) qualidade dos recursos educacionais; f) infraestrutura de apoio; g) avaliação de qualidade contínua abrangente; h) convênios e parcerias; i) edital e informação sobre o curso de Educação a Distância; j) custos de implementação e manutenção da Educação a Distância.

Dourado (2008) ressalta que o Ministério da Educação, de maneira mais orgânica nos últimos anos, vem buscando expandir as ações das instituições de educação superior públicas, por meio de alterações político-administrativas significativas, no tocante à formação de professores e à criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil que funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior.

### 1.1.1 Educação a Distância: o Sistema Universidade Aberta do Brasil em questão

Para atender as novas demandas e oportunizar o acesso da população ao ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, no âmbito nacional, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior.

Atualmente, o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB tem sido tema de estudo por diversos pesquisadores da área de gestão de sistemas de ensino. A UAB

constitui um sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos em nível superior, por meio do uso da metodologia da Educação a Distância. Para Mota e Chaves Filho (2006), o Sistema UAB representa uma nova forma de organização administrativa. É um projeto que propiciará a revisão do paradigma educacional brasileiro, não apenas em termos da modernização, como também da gestão democrática e do financiamento.

De acordo com os dados do MEC, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas Políticas e a Gestão da Educação. O Sistema UAB foi instituído oficialmente pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. No parágrafo único do Artigo 1º, são estabelecidos os objetivos do Sistema UAB:

- I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
  - II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
  - III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
  - IV – ampliar o acesso à educação superior pública;
  - V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
  - VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância e
  - VII – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de Educação a Distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.
- (BRASIL, 2008)

O Sistema UAB está estruturado no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem como meta o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, possibilitando a formação de grande número de pessoas geograficamente dispersas e, muitas vezes, isoladas na zona rural, sem, contudo, deslocá-las de seus municípios. A implantação da UAB em locais distantes e isolados incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas.

A prioridade da Universidade Aberta do Brasil é oferecer formação inicial a professores, em efetivo exercício na educação básica pública, porém, ainda sem graduação, além de formação continuada para aqueles já graduados. O programa pretende, também, ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância.

Segundo Preti (2007), em 1986, houve a iniciativa de se criar uma comissão de especialistas do MEC e Conselho Federal de Educação, para a viabilização de propostas em torno da Universidade Aberta. Essa comissão produziu um documento denominado *Ensino a Distância: uma opção proposta do Conselho Federal de Educação*. Em 1986, o projeto dessa Universidade Aberta se espelhava muito no modelo das universidades abertas, criadas no mundo, na década de 1970, como a Open University, da Inglaterra. A semente para a criação da UAB pode ser encontrada na implantação dos consórcios BRASILEAD (1996) e UNIREDE (2000), formados por Instituições Públicas de Ensino Superior.

Em 1986, foi criada uma comissão de especialistas do MEC e Conselho Federal de Educação, para a viabilização de propostas em torno da Universidade Aberta. A comissão produziu um documento denominado *Ensino a Distância, uma opção: proposta do Conselho Federal de Educação*. Em 21 de setembro de 2004, foi instituído o Fórum das Estatais pela Educação, com o objetivo de desenvolver ações que potencializem as políticas públicas na educação, promovidas pelo Governo Federal. No dia 4/07/2005, o Fórum lançou o Projeto UAB, com a previsão de funcionamento em 2006, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental. O primeiro curso-piloto da UAB foi o de Administração, uma parceria entre o MEC-SEED(extinta), o Banco do Brasil e Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior. A UAB lança editais com Chamadas Públicas, para que as instituições de ensino superior apresentem seus projetos de cursos e as prefeituras suas propostas de criação de polo no município.

De acordo com os dados do MEC<sup>7</sup>, a Universidade Aberta do Brasil constitui um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da Educação a Distância. O Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais: a expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão, em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios; avaliação da educação superior a distância, tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC; estímulo à investigação em educação superior a distância no País; financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

O Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por

---

<sup>7</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.uab.capes.gov.br>. Acesso em 20/11/2012

educação superior. De acordo com dados disponibilizados, no site do MEC, essa articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso, em certo município ou certa microrregião, por meio dos polos de apoio presencial. Feita a articulação entre as instituições públicas de ensino e os polos de apoio presencial, a UAB assegura o fomento de determinadas ações, de modo a assegurar o bom funcionamento dos cursos. Com isso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Assim, propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Para otimizar o gerenciamento das articulações, no atendimento às demandas das instituições de ensino, foi desenvolvido o Sistema de Gestão da UAB – SisUAB<sup>8</sup>

Dourado (2008) ressalta que o Ministério da Educação – MEC tem redimensionado sua atuação promovendo a articulação entre a educação básica e a superior e complexificou e fortaleceu o papel da CAPES ampliando suas ações na formulação de políticas públicas para a formação de professores da educação básica e coordenação da estruturação do Plano do Sistema Nacional de Formação. A Lei nº 11.502, de 11 de Julho de 2007, modificou as competências e a estrutura organizacional da CAPES. A nova estrutura conta com duas novas diretorias (Diretoria de Educação Presencial da Educação Básica e Diretoria de Ensino a Distância) e com um Conselho Técnico-Científico da Educação Básica. A CAPES subsidiará o MEC na formulação de políticas e desenvolvimento tecnológico do país:

Art 2º A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

§ 1º No âmbito da educação superior, a Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado.

§ 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e

<sup>8</sup> O SisUAB é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil. Está preparado para o cadastramento e consulta de informações sobre instituições, polos, cursos, material didático, articulações, colaboradores e mantenedores. Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em 20/11/2012.

continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas, observado, ainda, o seguinte:

I – na formação inicial de profissionais do magistério, dar-se-á preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologias de Educação a Distância;

II – na formação continuada de profissionais do magistério, utilizar-se-ão, especialmente, recursos e tecnologias de Educação a Distância.

§ 3º A Capes estimulará a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.” (BRASIL, 1996)

Os primeiros cursos executados, no âmbito do Sistema UAB, resultaram da publicação de editais. O primeiro edital foi publicado em 20 de dezembro de 2005, o que permitiu a concretização do Sistema UAB, por meio da seleção para integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior e as propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios. O segundo edital, publicado em 18 de outubro de 2006, permitiu a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais. Em 2008, o Sistema UAB fomentou a criação de cursos na área de Administração, Gestão Pública e outras áreas técnicas. Atualmente, 88 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). De 2007 a julho de 2009, foram aprovados e instalados 557 polos de apoio presencial<sup>9</sup> com 187.154 vagas criadas.

As Instituições de ensino precisam da autorização junto ao MEC e os gestores e educadores envolvidos devem solicitar o credenciamento específico para oferta de cursos a distância. O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, confere ao MEC a competência de organizar a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos em credenciamentos, autorizações e reconhecimentos de cursos e instituições de ensino a distância e apresenta instruções para oferta de cursos e programas na modalidade a distância na educação básica, ensino superior e pós-graduação. O Decreto estabelece que o pedido de credenciamento da instituição deverá ser formalizado junto ao órgão responsável, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

I – habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira, conforme dispõe a legislação em vigor;

II – histórico de funcionamento da instituição de ensino, quando for o caso;

---

<sup>9</sup>O Decreto 5800, de 08 de junho de 2006 caracteriza o polo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

- III – plano de desenvolvimento escolar, para as instituições de educação básica, que contemple a oferta, à distância, de cursos profissionais de nível médio e para jovens e adultos;
- IV – plano de desenvolvimento institucional, para as instituições de educação superior, que contemple a oferta de cursos e programas a distância;
- V – estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição isolada de educação superior;
- VI – projeto pedagógico para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade a distância;
- VII – garantia de corpo técnico e administrativo qualificado;
- VIII – apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação à distância;
- IX – apresentar, quando for o caso, os termos de convênios e de acordos de cooperação celebrados entre instituições brasileiras e suas signatárias estrangeiras, para oferta de cursos ou programas a distância.
- X – descrição detalhada dos serviços de suporte e infraestrutura adequados à realização do projeto pedagógico. (BRASIL, 2005)

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabelece, ainda, que, no credenciamento das instituições, é necessária a descrição detalhada dos serviços de suporte e infraestrutura, adequados à realização do projeto pedagógico relativamente: a) instalações físicas e infraestrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores; b) laboratórios científicos, quando for o caso; c) polos de educação à distância, entendidos como unidades operativas; c) polo de apoio presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas d) bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação.

De acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 44, de 29 de dezembro de 2006 o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB está voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. A resolução define os integrantes do Sistema UAB:

•O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Educação Superior (SESu), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – responsáveis pela articulação e gestão do Sistema UAB, que terão as seguintes competências: colaborar com os demais integrantes do Sistema UAB para a organização e divulgação do Cadastro Permanente de Professores cursistas, cadastro de professores e pesquisadores, tutores e coordenadores de polos, para os quais serão concedidas as bolsas de estudo e pesquisa de que trata esta Resolução; monitorar, analisar e registrar mensalmente os Relatórios de Ocorrências encaminhados pelas Instituições de Ensino Superior – IES, relativos à permanência, interrupção ou cancelamento do pagamento das bolsas, encaminhar a autorização de pagamento de bolsas ao FNDE, bem como solicitar sua interrupção e cancelamento; instituir Comissão de Acompanhamento designada por Portaria Ministerial, definindo suas

atribuições; instituir, em cooperação com as IES participantes da UAB, os manuais de atribuições e obrigações relativas às funções previstas para os bolsistas e definir, em conformidade com as diretrizes do programa, os critérios para seleção dos bolsistas a serem aplicados pelos Sistemas de Ensino.

- O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – órgão responsável pelo apoio financeiro, em relação a: efetuar a abertura das contas bancárias dos beneficiários e o pagamento mensal das bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema UAB, depois de cumpridas pela SEED as obrigações estabelecidas nesta Resolução; suspender o pagamento das bolsas sempre que ocorrerem situações que motivem ou justifiquem a medida, inclusive por solicitação dos integrantes do Sistema UAB.

- As IES públicas vinculadas ao Sistema UAB, que serão responsáveis por selecionar os professores, pesquisadores e tutores que receberão bolsa de estudo; cadastrar e manter atualizados os dados pessoais e acadêmicos dos professores cursistas aprovados em processo seletivo; indicar os professores, pesquisadores e tutores para as funções de bolsistas; cadastrar e manter atualizados os dados pessoais e acadêmicos dos professores, pesquisadores, tutores e coordenadores de polos; encaminhar, até o primeiro dia útil do mês, à Comissão de Acompanhamento, Relatório de Ocorrências que indique a permanência, interrupção ou cancelamento do pagamento das bolsas; encaminhar, 30 dias antes do início do semestre letivo, à Comissão de Acompanhamento, a relação dos professores, pesquisadores, tutores que participarão dos estudos e pesquisas no âmbito do Sistema UAB; manter os registros das informações necessárias ao adequado controle do curso, bem como o Termo de Compromisso e a frequência dos professores pesquisadores e tutores das IES, para verificação periódica do Ministério da Educação indicar professor responsável pelo curso para atestar as informações prestadas e cooperar com o Ministério da Educação na produção dos manuais das atribuições e obrigações dos bolsistas, bem como na supervisão das atividades.

- Estados e Municípios proponentes de polos de Educação a Distância, que serão responsáveis pela indicação de nomes de professores da rede pública de ensino que atendam aos requisitos da Lei 11.273/2006 para a função de coordenador de polo e de tutor presencial. (BRASIL, 2006)

A Resolução estabelece que o pagamento das bolsas de estudo e pesquisa, no âmbito do Sistema UAB, será realizada pela transferência direta dos recursos aos destinatários, efetuada pelo FNDE. A fiscalização da transferência dos recursos financeiros, relativos ao Sistema UAB, é de competência do FNDE, do MEC, por intermédio da Comissão de Acompanhamento e de qualquer órgão do sistema de controle interno e externo da União.

De acordo com dados divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Sistema UAB efetivou, em 2012, mais de 140 mil matrículas nos cursos de licenciatura, 24.207 no bacharelado, mais de 6.877 no nível tecnológico, mais de 66 mil nas especializações, 21.176 para aperfeiçoamento e 2.800 no Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – Profmat. Juntando também os cursos de

formação pedagógica, extensão e sequencial, totalizam-se 268.028 matrículas ativas em outubro de 2012 e 42.611 concluintes até esse período, conforme demonstra a tabela 01:

Tabela 01 Quantitativo de alunos do Sistema UAB – Ano 2012

Modalidade	IES	Cursos	Matrículas Iniciais	Matrículas Ativas	Ativas/ Total	Graduados	Evasão Bruta
Licenciatura	70	241	131.854	110.921	51%	770	15,3%
Bacharelado	41	56	27.326	22.050	10%	197	18,6%
Tecnólogo	13	14	9.486	5.399	2%	654	36,2%
Formação Pedagógica	2	2	107	166	0%	0	0%
Especialização	62	219	79.323	58.684	27%	10718	12,5%
Aperfeiçoamento	41	126	39.590	17.714	8%	15.656	15,7%
Extensão	12	19	5.041	3.940	2%	823	5,5%
Sequencial	2	2	1.115	600	0%	206	27,7%
Total	83	679	293.842	219.474	100%	27.401	16,

Fonte: Capes/UAB 2012

A tabela 02 apresenta o quantitativo de polos em cada uma das regiões brasileiras, com os dados relativos ao total de matrículas ativas e o percentual por região. Destaca-se a região Nordeste, com a maior quantidade de polos (219) e a região Norte (90), com maior quantidade de polos, proporcionalmente à quantidade de municípios.

Tabela 02 – Quantitativo de Polos distribuídos por região brasileira – Ano 2012

Região	Municípios	Polos	Polos/ Municípios	Matrículas / Ativas	Matriculas./ Região
Centro-Oeste	449	50	11%	12.818	5,8%
Nordeste	1.794	219	12%	79.674	36,3%
Norte	466	90	19%	16.227	7,4%
Sudeste	1.668	163	10%	67.066	30,6%
Sul	1.188	116	10%	43.689	19,9%
Total	5.565	638	11%	219.474	100,0%

Fonte: CAPES/UAB 2012

A expansão com qualidade das Políticas e gestão da educação superior a distância, segundo Dourado (2008), pressupõe, entre outras ações, uma política direcionada e orgânica para a formação de professores, sendo necessário a efetivação de um sistema nacional de formação dos profissionais da educação que garanta uma base comum nacional para toda a formação. A necessidade de otimizar a formação de professores impõe um repensar profundo das atuais políticas e dos múltiplos e complexos processos e espaços de sua regulação e regulamentação, priorizando uma expansão com qualidade da educação.

Nesse processo expansionista, ganhou relevo a ênfase em políticas direcionadas à formação de professores, considerada como ações de grande importância para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

### 1.1.2 Políticas públicas de formação de professores na Educação a Distância

A formação de professores para atuarem na educação básica constitui um dos desafios na efetivação das políticas públicas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, no seu artigo 62º, estabelece que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. A educação a distância desponta como uma aliada nas políticas públicas de formação de professores.

Para Freitas (2007) a configuração da formação de professores, em nosso país, respondeu ao modelo de expansão do ensino superior, implementado na década de 1990, no âmbito das reformas do Estado e subordinado às recomendações dos organismos internacionais. A forma adotada pelos sistemas de ensino, desde 2000, para a formação superior dos professores em exercício na educação básica, responde à recomendação dos organismos internacionais para a formação de professores, como forma de atender massivamente à demanda emergente por formação, com custos reduzidos. Faz-se necessária a “efetivação de uma política global de formação e valorização dos profissionais da educação que contemple, de forma articulada à formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, salários e carreira”. (FREITAS, 2007, p.1208). Para o autor, a institucionalização da formação superior em programas de Educação a Distância, é, hoje, o centro da política de formação e se apresenta como uma forma de aligeirar e baratear a formação e tende a ser pensada mais como uma política compensatória. A maioria dos cursos de formação, na modalidade a distância, se apresenta como uma forma de aligeirar e baratear a formação. As iniciativas atuais de massificação, por intermédio da UAB, cumprem as metas estatísticas e conformam os professores a uma concepção de caráter meramente instrumental, em contraposição à concepção de educador de caráter sócio-histórico.

Conforme a autora, a necessidade de expansão da escolarização, o reduzido investimento público na educação e a impossibilidade do Estado de prover os recursos necessários que garantam a expansão da educação superior pública universitária, presencial e a formação de qualidade elevada, para todos os professores, alteram significativamente o caráter da formação em nosso país. As ações do MEC têm se pautado pela continuidade de programas de caráter continuado e compensatório, destinados à formação de professores leigos, em exercício a distância, em cooperação com os sistemas

de ensino. Situam-se, nessa perspectiva, os programas vinculados à Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, dentre eles, o da Universidade Aberta do Brasil que institucionaliza os programas de formação de professores a distância como política pública de formação. A oferta de cursos e programas de educação superior a distância, por instituições públicas de ensino superior, representa uma ruptura com os programas de formação a distância, de curta duração, de caráter mercadológico em nosso país. Essa iniciativa, no entanto, tem suas contradições, na medida em que privilegia a modalidade de educação a distância para a formação inicial de professores em exercício.

Para Dourado (2008), problematizar tal cenário expansionista da educação superior e da formação de professores nos remete a análises mais amplas das políticas para o setor, identificando os limites e possibilidades de processos de formação de qualidade, seja em cursos presenciais ou em cursos a distância. No gráfico 02, pode-se constatar a complexificação dos processos de expansão do ensino superior, com ênfase na área de educação, na modalidade EAD.

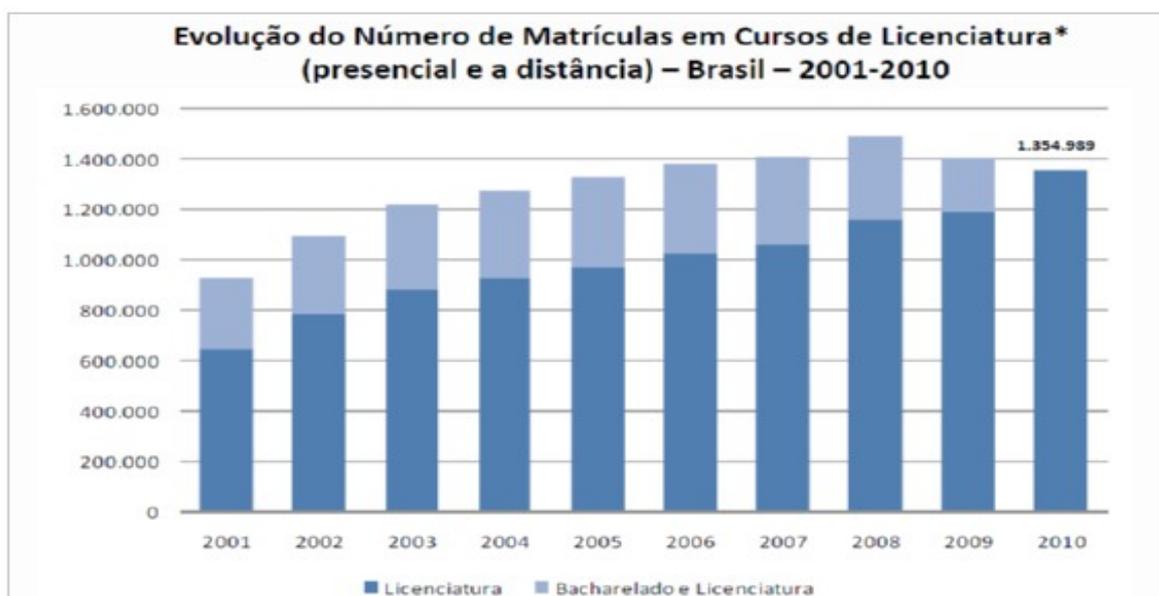


Gráfico 02 Evolução do número de matrículas em Cursos de Licenciatura Presencial e a Distância – Brasil(Período de 2001 a 2010

Fonte: MEC / Inep – Ano 2011

De acordo com os dados do MEC, os cursos superiores, oferecidos a distância, atingem mais de 30% dos 5.561 municípios brasileiros. Em 2010, na formação presencial, três em cada quatro matrículas foram em cursos de bacharelado, enquanto na EAD predominam matrículas nas licenciaturas, mais de 77% dos concluintes de 2010, na graduação a distância, são egressos de cursos nas áreas de educação. No período de

2001- 2010, pode-se constatar o crescimento da educação superior a distância na última década, conforme a tabela abaixo:

Tabela 03 Panorama da EAD no Brasil

Ano	Matrículas EAD na Graduação
2000	1.682
2001	5.359
2002	40.714
2003	49.911
2004	59.611
2005	114.642
2006	207.206
2007	369.766
2008	727.961
2009	838.125

Fonte: MEC / Inep 2010

O resumo técnico dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010, divulgados pelo INEP/MEC, demonstra, no gráfico 03, que a maior parte dos cursos oferecidos a distância é de licenciatura (45,8%), seguidos dos bacharelados (28,8%) e dos cursos tecnológicos (25,3%).

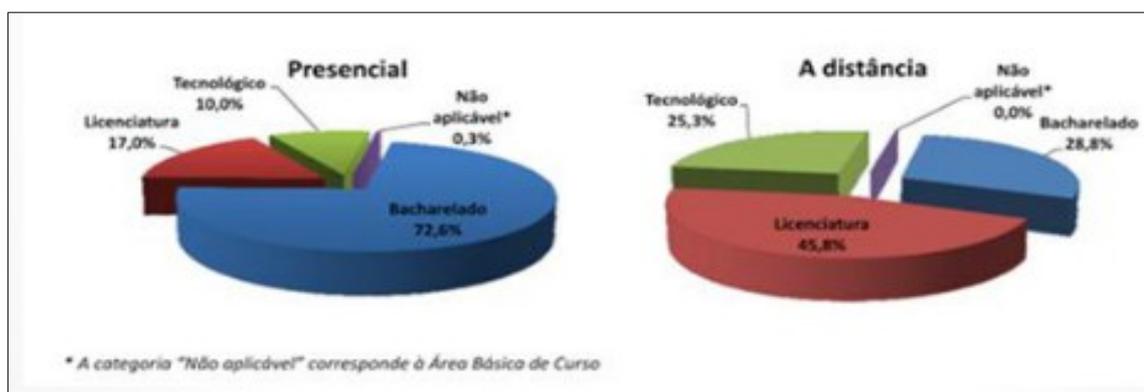


Gráfico 03 –Número de matrículas por modalidade presencial e a distância – Brasil – 2011  
Fonte: Censo da Educação Superior 2010 – INEP 2011

No gráfico 04, verifica-se que, em 2011, os dados do Censo da Educação Superior informam o total de 30.420 cursos de graduação, dos quais 17.031 (ou 56,0%) são bacharelados, 7.911 (ou 26,0%) são licenciaturas e 5.478 (ou 18,0%) são cursos tecnológicos. A modalidade a distância soma 429.549 matrículas de licenciatura, sendo 299.408 matrículas de bacharelado e 263.970 matrículas de grau tecnológico.

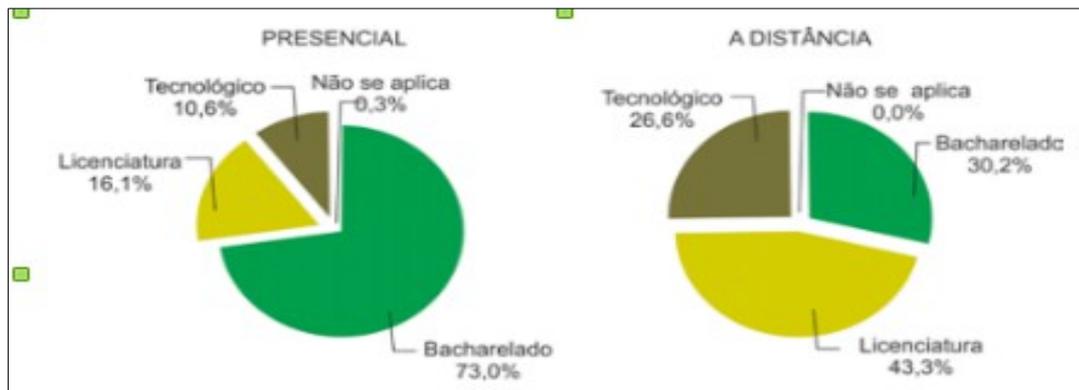


Gráfico 04 Distribuição do nº de Matrículas de Graduação por Modalidade de Ensino, 2011  
Fonte: MEC/Inep 2012

Em relação ao ano de 2010, a elevação de matrículas presenciais, em 2011, corresponde a: 11,1% para o grau tecnológico (de 545.844, em 2010, para 606.564, em 2011) e 6,0% para o bacharelado (de 3.958.544 para 4.196.423). Na licenciatura, verifica-se decréscimo de 0,2% de matrículas presenciais (de 928.748 para 926.780). No caso das matrículas à distância, o crescimento observado equivale a 12,0% para o grau tecnológico (de 235.765 para 263.970), 11,6% para o bacharelado (de 268.173 para 299.408) e 0,8% para a licenciatura (de 426.241 para 429.549)

Para Scheibe (2006), a oferta de cursos de formação docente a distância afirma-se mais como educação compensatória do que como processo de efetiva qualificação e considera que a educação a distância não é uma modalidade de ensino que possa substituir uma formação inicial presencial. Tal institucionalização representaria, por diversas razões, uma qualificação distante da pretendida pelas entidades do campo educacional, tais como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação/ ANFOPE, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/ANPEd, Fórum de Diretores das Faculdades e Centros de Educação das Universidades Públicas do País/FORUMDIR, Centro de Estudos Educação e Sociedade/CEDES e Associação Nacional de Política e Administração da Educação/ANPAE. A ANFOPE tem alertado para o teor da produção/reprodução das políticas educacionais de cunho neoliberal na formação dos professores e defende uma formação inicial apenas na modalidade presencial. “Esta modalidade de formação inicial deverá ser acatada, na medida em que haja um alto percentual de momentos presenciais e os recursos materiais e humanos necessários como bibliotecas, vídeos, outros recursos, para sua realização com qualidade social.” (ANFOPE, 1998, s.p.).

Scheibe (2006) ressalta que as reformas educativas em nosso país e em outros países da América Latina, nas últimas décadas, estão sendo configuradas num cenário de privatização predatória e de desnacionalização da economia, tornando o Estado mais

dependente do fluxo de capitais provenientes das potências estrangeiras. Orientadas pelas exigências de organismos financiadores internacionais. Essas reformas pretendem a redução do papel do Estado no financiamento da educação. As agências internacionais, dentre elas, a Organização dos Estados Americanos/OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, as Nações Unidas, através de agências especializadas, o Fundo Monetário Internacional/FMI, a Associação Internacional de Desenvolvimento/AID, a Comunidade Europeia/CEU e o Banco Mundial influenciam, há décadas, a área educacional brasileira. O Banco Mundial é destacado em ações na área da educação, através de determinações explícitas às políticas a serem implementadas no setor educacional e exerce um papel cada vez mais preponderante na determinação das políticas educacionais.

Para Silva Junior (2003) as políticas de formação de professores tendem a seguir as orientações das mudanças sociais em geral, particularmente para a educação, com origem no Banco Mundial. O Banco Mundial tem, como critério, a eficiência, a eficácia, a produtividade, a razão mercantil, o que implica dizer que o critério fundamental é a razão de proporcionalidade custo/benefício, sem a preocupação do educador com a formação. O autor questiona as implicações teóricas, políticas e práticas de tais tendências, com foco na formação de professores a distância, tomando a atividade docente como uma prática social num contexto de mudanças nas estruturas sociais brasileiras, particularmente na educação. A resposta a essa indagação é feita pela análise dos três principais programas de Educação a Distância, da extinta Secretaria de Educação a Distância/SEED: o Programa Nacional de Informática na Educação, o TV Escola e o Programa de Formação de Professores em Exercício:

- O Programa Nacional de Informática na Educação é desenvolvido em parceria com os governos de estado e alguns municipais. O seu principal objetivo é a introdução das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na escola pública, como ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Quanto à preparação dos recursos humanos, os agentes para a instituição do novo paradigma são os professores multiplicadores, especialistas que formariam os professores cursistas na própria escola.
- O Programa TV Escola é dirigido à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores de Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede pública. A TV Escola conta, também, com o programa Salto para o Futuro como ferramenta para a formação continuada dos professores em exercício. Para isso, utiliza-se de diversificados tipos de tecnologias de comunicação e informação: televisão, internet, fax, telefone e material impresso, no debate de questões relacionadas à prática pedagógica.

- O Programa de Formação de Professores em Exercício/Proformação caracteriza-se como um curso de magistério de nível médio, dirigido aos professores que, sem a formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais do ensino fundamental e nas classes de alfabetização das redes públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para o autor, a Educação a Distância apresenta um horizonte de possibilidades orientado pela racionalidade mercantil, produzida pela mudança nas estruturas sociais, resultado do processo de reformas que se assistiu no país na segunda metade da década de 1990. As políticas de formação de professores, através da Educação a Distância, parecem seguir a mesma racionalidade da matriz teórica, ideológica e política da reforma do Estado e da educação no Brasil. A Educação a Distância põe-se, como uma prática instrucional, entre diferentes sujeitos, mediada por tecnologias de informação e comunicação. A mediação, feita através do *barato e acessível sistema tecnológico*, reduz as possibilidades dos sujeitos da prática educativa, sendo desenvolvidas ações instrucionais a distância que não possibilitam uma formação para além dos saberes (do cognitivo), desconsiderando os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem e a oportunidade de enfrentamento do conflito, a contradição e a tensão, intrínsecos a qualquer processo formativo.

Para Pimenta (2006), os processos de formação de professores devem possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos e as habilidades, as competências, atitudes e valores que favoreçam a articulação de conhecimentos da teoria da educação e do ensino, das áreas do conhecimento necessárias à compreensão do ensino como realidade social e o desenvolvimento da capacidade de investigar a própria atividade. Ampliaram as exigências profissionais para os professores, sem oferecer-lhes condições melhores de trabalho e formação inicial e continuada. Em relação ao professor que queremos formar, Pimenta (2006) afirma que,

a democratização do ensino passa pelos professores, sua formação, sua valorização profissional, suas condições de trabalho, pesquisas têm apontado para a importância do investimento no desenvolvimento profissional dos professores. O desenvolvimento profissional envolve formação inicial e contínua articuladas a um processo de valorização identitária e profissional dos professores. Identidade que é epistemológica, ou seja, que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos, a saber: conteúdos das diversas áreas do saber e de ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; conteúdos didático-pedagógicos (diretamente relacionados ao campo da prática profissional); conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos (do campo teórico da prática educacional); conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana (individual, sensibilidade pessoal e social) E identidade que é profissional. Ou seja, a docência constituiu um campo específico de

intervenção profissional na prática social – não é qualquer um que pode ser professor. (PIMENTA, 2006, p. 41-42).

De acordo com os Referenciais de Formação de Professores (1999), além de uma formação inicial consistente, é preciso proporcionar aos professores oportunidades de formação continuada: promover seu desenvolvimento profissional é também intervir em suas reais condições de trabalho. A melhoria da qualidade da educação brasileira depende, em grande parte, da melhoria da qualidade do trabalho do professor. O professor precisa ter condições de se desenvolver profissionalmente, para assumir com autonomia o comando de seu trabalho. O desenvolvimento profissional permanente é uma necessidade intrínseca a sua atuação e um direito de todos os professores. Os projetos de desenvolvimento profissional só terão eficácia se estiverem vinculados a condições de trabalho, avaliação, carreira e salário e o desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesta perspectiva, as políticas públicas de formação de professores, adotadas pelo Estado, na modalidade presencial e/ou distância, devem desencadear ações que visam à efetivação de uma formação inicial e continuada de qualidade, que reflitam na melhoria das práticas pedagógicas e na viabilização das condições adequadas de trabalho, carreira e salário dos docentes que atuam na educação básica.

#### 1.1.3 Formação de Pedagogos na modalidade a distância:

A formação de pedagogos, na modalidade a distância, deve ser pensada numa perspectiva que possibilite a articulação dos aspectos filosóficos, sociológicos, epistemológicos e didático metodológicos, que permeiam a formação inicial e a formação continuada dos docentes. As propostas pedagógicas devem possibilitar a atualização e qualificação profissional, sendo imprescindível que os cursos contribuam efetivamente para a melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sala de aula. De acordo com os dados da tabela 04 o Curso de Pedagogia encontra-se entre os maiores Cursos de Graduação da Educação Superior do Brasil no ano de 2011.

Tabela 04 Licenciaturas a distância e número de cursos

Licenciaturas a Distância	Número de cursos (INEP 2011)
Pedagogia	117
Matemática	64
Biologia	54
Química	34

Educação Física	28
Artes Visuais	23

Fonte: MEC/Inep 2011

Saviani (2008) define a pedagogia como campo epistemológico e como teoria e prática da educação. Pode-se “perceber que se toda pedagogia é teoria da educação, nem toda teoria da educação é pedagogia”. (SAVIANI, 2008, p. 80). A Pedagogia, na atualidade, é entendida como o modo de apreender ou de instituir o processo educativo. O termo Pedagogia apresenta alterações de significado ao longo da história. O termo Pedagogia surgiu na Grécia, com os sofistas, assumindo dupla referência; qualidade ética que gera a atividade educativa e o meio de formar a criança. A passagem do termo grego para a língua latina deu origem a “Paedagogatus” que significa educação, instrução e “Paedagogus” que significa aquele que conduz e “Paedagogius” que significa tanto a escola destinada aos escravos, como as crianças que frequentavam essa escola. A partir do sec. XIX, o termo Pedagogia foi utilizado para designar a conexão entre a elaboração consciente da ideia de educação e a elaboração consciente do processo educativo. Para Libâneo (2006), a base da formação de professores não é a docência, mas a formação pedagógica.

Pedagogia é, antes de tudo, um campo científico, não um curso. O curso que lhe corresponde é o que forma o investigador da educação e o profissional que realiza tarefas educativas seja ele docente ou não diretamente docente. Somente faz sentido um curso de Pedagogia pelo fato de existir um campo investigativo – o da pedagogia – cuja natureza constitutiva é a teoria e a prática da educação ou a teoria e prática da formação humana. Pode, pois, desdobrar-se em múltiplas especializações profissionais, uma delas a docência, mas seu objetivo específico não é somente a docência. Portanto, o curso de Pedagogia não se reduz à formação de professores. Ou seja, todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. O professor está no pedagogo, o pedagogo está no professor, mas cada profissional desses pede uma formação diferenciada (LIBÂNEO 2006, p. 60).

A Resolução CNE/CP nº 01, de 14 de maio de 2006 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia contempla as competências e habilidades a serem desenvolvidas na modalidade. O egresso deverá estar apto a atuar com ética; compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões física, psicológica, intelectual e social; fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; trabalhar em espaços escolares e não escolares, em diversos níveis e modalidades do processo

educativo; ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar; relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação; participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico, projetos e programas educacionais; realizar pesquisas sobre processos de ensinar e de aprender, propostas curriculares; organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, dentre outras.

Severino (2006) afirma que o currículo do curso de formação de pedagogos precisa assegurar três conjuntos de conteúdos e habilidades: “o domínio dos conteúdos específicos, no caso, os conhecimentos relacionados com o fenômeno educação; o domínio das metodologias do trabalho pedagógico e o domínio dos conteúdos significativos.” (SEVERINO, 2006, p. 66). Para o autor:

O currículo de formação profissional do pedagogo, para além de um eixo disciplinar relacionado ao seu campo de especialização científica ou técnica, precisa dispor de eixos complementares integrados, do campo antropológico, do campo sócio-histórico e do campo filosófico. Ou seja, o profissional da educação precisa sair da universidade com a compreensão lúcida da significação de sua existência, em razão de sua pertença à espécie humana, e das consequências dessa pertença, de sua inserção em determinada sociedade histórica, com seus vínculos e peculiaridades e dos recursos do conhecimento humano na construção de todas essas referências. (SEVERINO, 2006, p. 69).

Para Veiga (2004), o projeto institucional de formação e desenvolvimento profissional de professores contempla princípios gerais que orientam o processo formativo, com base na nova perspectiva de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar na universidade. Nesse sentido, no momento da construção do projeto político-pedagógico, é preciso considerar alguns pontos norteadores da discussão; dentre eles, destaca-se a busca do currículo integrado: o currículo como um projeto acadêmico resulta de uma complexa construção social, historicamente determinada. Na organização curricular integrada, são inevitáveis os princípios interdependentes da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a interdisciplinaridade do conhecimento, a contextualização como princípio metodológico e as possibilidades da flexibilização curricular.

Para a autora, a abordagem do projeto político-pedagógico deve explicitar os pressupostos filosóficos e sociológicos que consideram a educação como compromisso político do Poder Público para a população, os pressupostos epistemológicos levam em conta que o conhecimento é construído e transformado coletivamente e os pressupostos didático metodológicos, que contemplam a sistematização do processo de ensino aprendizagem; concomitante, os princípios que deverão nortear a escola democrática,

pública e gratuita: igualdade de condições para acesso e permanência na escola, qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais, gestão democrática (dimensões pedagógicas, administrativa financeira, liberdade, valorização do magistério).

A formação docente deve ser ação prioritária em sistemas governamentais em todos os âmbitos, seja municipal, estadual ou federal e deve possibilitar aos professores a reflexão sobre as questões epistemológicas que devem presidir a investigação científica e o acesso aos conhecimentos e ferramentas tecnológicas necessárias para atuação nas escolas, com vistas a uma gestão de resultados.

## 1.2 Políticas Públicas de Ações Afirmativas no Ensino Superior: pontos e contrapontos

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu capítulo II, estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. As escolas e universidades devem garantir aos estudantes o acesso à educação formal, como forma de assegurar um conjunto de conhecimentos tecnológicos, científicos e filosóficos que possibilitem a constituição de uma cidadania efetiva.

Saviani (1986) considera que “a educação é uma ação mediadora de um movimento intencional que se realiza em um contexto histórico, situado em uma sociedade concreta, em face das demais manifestações sociais em termos de ação recíproca.” (SAVIANI, 1986, p. 120) e afirma ainda que “[...] desde que o homem é homem, ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação”(SAVIANI, 1997, p.01).

A educação constitui-se um fator de desenvolvimento social quando é articulada a um conjunto de políticas educativas, sociais e econômicas. O desenvolvimento da sociedade deve ser conceituado como um processo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social superando a concepção de desenvolvimento restrita ao crescimento econômico. Para Vasconcellos e Garcia,

o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p.205).

No Brasil, uma minoria da população é detentora da hegemonia<sup>10</sup> política, econômica e social, o que evidencia a necessidade de uma atuação política nacional e internacional efetiva no combate às desigualdades sociais, raciais e melhoria no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Castel e Wanderley (2004,) consideram que

a exclusão é fruto das desigualdades e injustiças que se estruturam na realidade da sociedade, ocasionadas pela assimetria nas relações sociais em todos os níveis e dimensões, expressas, principalmente, pela concentração de poder e de riqueza, em certos setores e classes sociais, e pela pobreza e opressão de outros setores e classes, que foram e continuam sendo a maioria populacional.(CASTEL; WANDERLEY,2004, p.9)

Para Schultz (1967), a educação constitui-se num meio de ascensão social, permitindo a mobilidade dos indivíduos na estrutura social e funcionaria como o grande motor do desenvolvimento social e progresso técnico e humano. A educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso econômico. Sendo considerada como o melhor instrumento de distribuição mais equitativa de oportunidades e rendas. O autor considera que o trabalho humano, quando qualificado pela educação, é um dos principais meios de aumento da produtividade e dos lucros do capital. Para que ocorra a dinâmica do desenvolvimento econômico, faz-se necessária a existência de aptidões humanas, pois uma economia dinâmica só pode ser lançada e sustentada por meio do esforço humano, a partir de todos os níveis sociais que apresentem tanto as aprendizagens convencionais, quanto aptidões mais aperfeiçoadas. Enquanto que, para Frigotto (1999), a eliminação da desigualdade social e de classes constitui um investimento no capital humano de uma nação.

Para Scaff (2000), esse ideário da educação como investimento também aparece no documento da Comissão Internacional para a UNESCO e ainda é considerada prioridade nas políticas públicas financiadas pelo Banco Mundial, devido à importância a ela atribuída, no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico e para a redução da pobreza.

A educação não é apenas uma despesa social, mas também um investimento econômico e político, gerador de benefícios a longo prazo. ‘ os sistemas educativos tem por missão formar os indivíduos para a cidadania, assegurar a transmissão de conhecimentos e de cultura entre as gerações, desenvolver as aptidões pessoais. Tem ainda por missão formar as pessoas qualificadas de que as economias virão ter necessidade no futuro’(...) O investimento educativo é, assim, uma condição essencial do desenvolvimento econômico e social a longo prazo e deve ser protegido em períodos de crise (DELORS, 1999, p.180)

---

<sup>10</sup> A hegemonia é a capacidade de direção cultural e ideológica que é apropriada por uma classe, exercida sobre o conjunto da sociedade civil, articulando seus interesses particulares com os das demais classes, de modo que eles venham a se constituir em interesse geral. (CURY, 1985, p.48)

Nesta perspectiva, o Governo Federal tem adotado Políticas de Ações Afirmativas nas universidades que favorecem a mobilidade social e têm como objetivo promover a igualdade entre os segmentos sociais, historicamente submetidos a condições de vida precárias e com poucas oportunidades profissionais e educacionais. Para melhor contextualização, Gomes (2001) esclarece o que são ações afirmativas:

As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano. Constituem, por assim dizer, a mais eloquente manifestação da moderna ideia de Estado promotivo, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação (GOMES, 2001, p. 6-7)

Segundo Rezende (2005), o termo ação afirmativa surgiu nos Estados Unidos na década de 1960, objetivando a promoção da inclusão dos grupos minoritários, negros, mulheres e minorias étnicas, no mercado de trabalho e nos diferentes níveis de ensino. Para Moehlecke (2002), a expressão ação afirmativa tem origem nos Estados Unidos. Nos anos 1960, período em que norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas e cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. Nesse contexto de reivindicações, desenvolveu-se a ideia de uma ação afirmativa, que, além de garantir leis antissegregacionistas, assumisse uma postura ativa para a melhoria das condições sociais e econômicas da população negra. No entanto, a ação afirmativa não se limitou aos Estados Unidos. O reflexo da experiência norte-americana atingiram vários países da Europa Ocidental da Índia, Austrália, Canadá, Malásia, África do Sul, Cuba Argentina dentre outros. Para Moehlecke (2002)

As ações afirmativas são como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultura desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico-social. (MOEHLECKE, 2002, p. 203).

A autora ressalta que a adoção de ações afirmativas no Brasil, assim como nos demais países, não ocorre sem um elevado grau de tensão. Para alguns segmentos da sociedade, a adoção de ações afirmativas é inconstitucional porque pode ser compreendida como garantia de direito ou de privilégio, o que significaria uma discriminação ao avesso, pois favoreceria a um grupo em detrimento de outro. A Constituição Federal estabelece, em seu art. 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e o art. 3º, inclui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

As ações afirmativas visam buscar a igualdade de condições entre os diversos segmentos sociais, até que o problema seja neutralizado com a efetiva redução das diferenças. Candau (2004) apresenta duas possibilidades de concepção das ações afirmativas: as ações afirmativas são apontadas como políticas públicas temporárias, promovidas por parte do Estado, que objetivam a promoção da igualdade entre grupos sociais, levando em consideração desvantagens sofridas ao longo da história e como medidas amplas, não necessariamente atreladas às políticas públicas. Tais medidas visam à justiça distributiva, buscando a democratização da sociedade e são promovidas em diferentes espaços sociais. Menezes (2001, p. 27) define ação afirmativa como:

Ação afirmativa é um termo de amplo alcance que designa o conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em qualquer sociedade em razão, na maior parte das vezes, da prática de discriminações negativas, sejam elas presentes ou passadas. Colocando-se de outra forma, pode-se asseverar que são medidas especiais que buscam eliminar os desequilíbrios existentes entre determinadas categorias sociais até que eles sejam neutralizados, o que se realiza por meio de providências efetivas em favor das categorias que se encontram em posições desvantajosas. (MENEZES, 2001, p. 27).

As ações afirmativas não são recentes no Brasil. Segundo Medeiros (2004), as primeiras ações afirmativas surgiram no Brasil na década de 30, com a instituição da *Lei dois terços* - Decreto-Lei nº 1.843, de 7 de Dezembro de 1939, que dispõe sobre a nacionalização do trabalho e a proteção ao trabalhador nacional com o objetivo de “garantir a participação majoritária dos trabalhadores brasileiros nas empresas em funcionamento, numa época em que muitas firmas de propriedades de imigrantes costumavam discriminar trabalhadores nativos”. (MEDEIROS, 2004, p. 143). Na década de 40, foi promulgado o

Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1994 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)<sup>11</sup> que rege as relações de trabalho, individuais ou coletivas. Seu objetivo é unificar todas as leis trabalhistas praticadas no País. A CLT foi consequência da criação da Justiça do Trabalho, em 1939.

No ano de 1986, foi criada a Lei do Boi – Lei 5.465/68, que determinava a reserva de 50% das vagas dos estabelecimentos de ensino médio agrícola e das escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, para candidatos agricultores, ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residiam com suas famílias na zona rural, assim como 30% (trinta por cento) a agricultores, ou filhos destes, proprietários ou não de terras, residentes em cidades, ou vilas que não possuísem estabelecimentos de ensino médio. (BRASIL, 1986). Posteriormente foram criadas leis que beneficiaram as mulheres nas candidaturas para as eleições proporcionais de todo o país e outras que determinam a reserva de vagas nas empresas privadas, que variam de 3% a 5%, conforme estrutura da empresa, 20% nos concursos públicos destinados aos portadores de deficiência.

Moehlecke (2002) apresenta algumas das discussões e acontecimentos que influíram no delineamento das ações afirmativas no Brasil, especialmente aquelas voltadas para a questão da discriminação e desigualdade racial, conforme quadro abaixo:

Data	Acontecimentos
Em 1968	Ocorreu o primeiro registro da discussão em torno do que, hoje, poderíamos chamar de ações afirmativas quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho manifestaram-se favoráveis à criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma percentagem mínima de empregados de cor, de acordo com o ramo de atividade e a demanda.
Nos anos de 1980	Houve a primeira formulação de um projeto de lei, elaborado pelo deputado federal Abdias Nascimento. O projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propunha uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro, após séculos de discriminação.
Em 1984	O governo brasileiro, por decreto, considera a Serra da Barriga, local do antigo Quilombo dos Palmares, patrimônio histórico do país.
Em 1988	Motivado pelas manifestações por ocasião do Centenário da Abolição, cria a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, a qual teria a função de servir de apoio à ascensão social da população negra.
Em 1998	Foi promulgada a nova Constituição, que traz, em seu texto, novidades

<sup>11</sup>Informações disponíveis no endereço eletrônico <http://www.brasil.gov.br/para/servicos/direitos-do-trabalhador/consolidacao-das-leis-do-trabalho-ctt>. Acesso em 05/06/2013.

	como a proteção ao mercado de trabalho da mulher, como parte dos direitos sociais e a reserva percentual de cargos e empregos públicos para deficientes.
Em 1995	Encontramos a primeira Política de Cotas, adotada nacionalmente. Através da legislação eleitoral, foi estabelecida uma cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos políticos.
Em 1995	No âmbito do movimento negro, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público.
Em 1995	O governo cria o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação, para desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra.
No dia 13 de maio de 1996	É lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos, PNDH, pela recém-criada Secretaria de Direitos Humanos.
Em junho de 1996	A realização do seminário Ações Afirmativas: estratégias antidiscriminatórias no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA
Em julho de 1996	Ocorreu o seminário internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos, promovido pelo Ministério da Justiça em Brasília.
A partir de 2001	Foram aprovadas políticas de ação afirmativa para a população negra, por decisão do Poder Público, seguindo a mesma linha dos projetos anteriores e tendo, como base, o Sistema de Cotas e a ideia da necessidade de representação desse setor em diversas esferas da sociedade.
Em setembro de 2001	O Ministro do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, assinou a portaria que cria uma cota de 20% para negros na estrutura institucional do Ministério e do INCRA, devendo o mesmo ocorrer com as empresas terceirizadas, contratadas por esse órgão.
Em dezembro de 2001	O Ministro da Justiça assinou portaria que determina a contratação, até o fim de 2002, de 20% de negros, 20% de mulheres e 5% de portadores de deficiências físicas para os cargos de assessoramento do Ministério. O mesmo princípio será aplicado às empresas de prestação de serviços para o órgão federal.
Em 2002	No âmbito do ensino superior, a primeira lei com reserva de cotas foi aprovada no Rio de Janeiro, por meio de lei estadual, que estabeleceu a reserva de 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais destinadas a alunos oriundos de escolas públicas Essa medida foi ampliada, decorrente de lei aprovada em 2002, a qual estabelece que as mesmas universidades destinem 40% de suas vagas a candidatos negros e pardos.

Quadro 05 Delineamento das Ações Afirmativas no Brasil  
Fonte: Adaptação do texto de Moehlecke (2002)

A adoção de ações afirmativas, no ensino superior, tem sido tema de debates, polêmicas e controvérsias. Dentre elas, destaca-se a reserva de vagas nas universidades públicas e bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas, que visam democratizar o acesso ao ensino superior e reduzir as disparidades raciais e sociais no país. As ações afirmativas na universidade devem contemplar, além do acesso, a permanência e aprendizagem dos estudantes. Para tanto, torna-se premente a necessidade da efetivação de programas e ações que auxiliem os estudantes na sua trajetória acadêmica.

### 1.2.1 As Ações Afirmativas no ensino superior no Brasil

As desigualdades econômicas e sociais no Brasil requerem, por parte do Governo, a elaboração de políticas públicas que possibilitem à população o acesso ao ensino superior, considerando que as oportunidades educacionais não são iguais para todos os grupos sociais. Muitos estudantes, oriundos de diferentes segmentos da sociedade, dentre eles os pobres e negros, não tem acesso ao ensino superior por falta de meios para financiar seus estudos e por não terem condições de concorrer a vagas nas universidades públicas, por não terem acesso a uma educação básica de qualidade e devido a alta concorrência nos processos seletivos. O ingresso na universidade não é o único desafio, pois muitos alunos não conseguem assumir as despesas decorrentes de gastos com moradia, alimentação, transporte, vestuário e material didático do curso e precisam estudar e trabalhar ao mesmo tempo, o que tem, como consequência, um alto índice de evasão no ensino superior.

A adoção de ações afirmativas amplia o acesso de minorias raciais<sup>12</sup> e grupos sociais economicamente desfavorecidos à universidade, favorecendo a mobilidade e ascensão social dos grupos historicamente excluídos. Para Zoninsein e Feres Júnior (2008, p. 23) “uma das arenas específicas de maior importância da ação afirmativa e da construção da nacionalidade é o ensino superior”. Nesse sentido, o Governo Federal tem proposto programas e ações afirmativas<sup>13</sup> específicas direcionadas ao Ensino Superior. Dentre elas, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de

<sup>12</sup> O termo raça é definido por (CARNEIRO, 2003, p.5) como “a subdivisão de uma espécie, formada pelo conjunto de indivíduos com caracteres físicos semelhantes, transmitidos por hereditariedade: cor da pele, forma do crânio e do rosto, tipo de cabelo etc.”. Raça é um conceito apenas biológico, relacionado somente a fatores hereditários, não incluindo condições culturais, sociais ou psicológicas. Para a espécie humana, a classificação mais comum distingue três raças: branca, negra e amarela.

<sup>13</sup> Segundo dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ, a construção de Políticas de Ações Afirmativas é um compromisso firmado pelo Governo Federal. Seu objetivo é ampliar a participação de grupos sociais em espaços tradicionalmente por eles não ocupados, quer seja em razão de discriminação direta, quer seja por resultado de um processo histórico a ser corrigido.

graduação presenciais, matriculados em instituições não gratuitas e com certo nível de insuficiência econômica.

A Lei nº 10.260, de 12 de Julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, estabelece que, na gestão do FIES, caberá ao MEC, na qualidade de formulador da política de oferta de financiamento e de supervisor da execução das operações do Fundo e à Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador e de administradora dos ativos e passivos, conforme regulamento e normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. O Ministério da Educação regulamentará as regras de seleção de estudantes a serem financiados pelo FIES; os casos de suspensão temporária e encerramento dos contratos de financiamento; as exigências de desempenho acadêmico para a manutenção do financiamento. O FIES financia até setenta por cento dos encargos educacionais cobrados dos estudantes por parte das instituições de ensino superior, em contraprestação aos cursos de graduação em que estejam regularmente matriculados.

Cada estudante poderá habilitar-se a apenas um financiamento, destinado à cobertura de despesas relativas a um único curso de graduação. Para candidatar-se ao FIES, os estudantes devem estar regularmente matriculados em instituições de ensino não gratuitas, cadastradas no programa, em cursos com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. O FIES é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Todas as operações de adesão das instituições de ensino, bem como de inscrição dos estudantes são realizadas pela internet, o que traz comodidade e facilidade para os participantes, assim como garante a confiabilidade de todo o processo.

O Programa Universidade para Todos – ProUni, instituído pela Lei nº 11.096/2005, tem, como finalidade, a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, não se restringindo apenas aos cursos de licenciatura. O programa é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio, da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários-mínimos. A Lei n 11.096/2005 estabelece em seu art. 2º que

Art. 2º A bolsa será destinada:

I – a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II – a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III – a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

O ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 e tem, como objetivo, criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, tendo como diretrizes, entre outras:

I- redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III- revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil e

VI- articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASI, 2007)

O Decreto nº 6.096/2007 estabelece, em seu art. 3º, que o Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas no que diz respeito a construção e readequação de infraestrutura e equipamentos; bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de

reestruturação. O programa tem, dentre outras metas, o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID foi criado pelo Decreto nº 7.219/2010, com a finalidade de fomentar a iniciação à docência e melhor qualificá-la, visando à melhoria do desempenho da educação básica. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. O Decreto estabelece, em seu art. 3º, os objetivos do programa:

Art. 3º - São objetivos do PIBID:

I- incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

II- contribuir para a valorização do magistério;

III- elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

IV- inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V- incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério e

VI- contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (BRASIL, 2007).

De acordo com dados do MEC, o programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, comprometam-se com o exercício do magistério na rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. As atividades do Programa serão desenvolvidas, utilizando, entre outros critérios, o Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB e as experiências de ensino-aprendizagem bem-sucedidas, de modo a permitir aos bolsistas a compreensão e atuação em diferentes realidades.

O PIBID faz uma articulação entre a educação superior, por meio das licenciaturas, a escola e os sistemas estaduais e municipais. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas, desde o início da sua formação acadêmica, para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura (coordenador) e de um professor da escola (supervisor).O

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID é uma ação afirmativa do governo federal para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES), em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com a finalidade de apoio à permanência de estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior. O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, contribuindo para o desempenho acadêmico e para a redução da evasão na Universidade. O decreto estabelece, em seu Art.2º que são objetivos do PNAES:

I democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III reduzir as taxas de retenção e evasão;

IV contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

O Decreto nº 7.234 estabelece que as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior e devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. O PNAES atenderá, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais - PNAEST foi instituído pela Portaria Normativa nº 25 de 28 de dezembro de 2010, com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na assistência de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das instituições públicas estaduais de ensino superior, que participam do Sistema de Seleção Unificada –

Sisu<sup>14</sup>. O PNAEST constitui-se uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e de inclusão social, oferecendo assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação

A Portaria Normativa nº 25 de 28 de dezembro de 2010 estabelece que o PNAEST será destinado, exclusivamente, às instituições estaduais de educação superior gratuitas que correspondam às categorias de Universidades ou de Centros Universitários. PNAEST será implementado por meio de ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições estaduais de ensino superior gratuitas. As ações do PNAEST atenderão, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Os recursos para o PNAEST correrão à conta das dotações orçamentárias alocadas em ações existentes, anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

O Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC, nas Ações Afirmativas, PIBIC – Af<sup>15</sup> é dirigido às universidades públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que têm programa de ações afirmativas. Trata-se de um programa que tem como missão complementar as ações afirmativas já existentes nas universidades, ampliando a oportunidade de formação técnico-científica de estudantes, cuja inserção no ambiente acadêmico se deu por uma ação afirmativa para ingresso no Ensino Superior e fortalecer a política de ação afirmativa existente nas instituições.

O programa é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Os alunos aprovados recebem bolsas por um período de 12 meses. Não é permitido que o candidato tenha vínculo empregatício de qualquer natureza ou possua outra bolsa de pesquisa. O Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC nas Ações Afirmativas PIBIC – Af é dirigido às universidades públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que têm programa de ações afirmativas. Trata-se de um programa piloto que prevê

---

<sup>14</sup>O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. Disponível em <http://sisu.mec.gov.br>. Acesso em 18/05/2013.

<sup>15</sup>Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.cnpq.br/web/guest/pibic-nas-acoes-afirmativas>. Acesso em 18/05/2013.

a distribuição de bolsas de Iniciação Científica – IC às instituições que preencham esses requisitos e se interessem em participar do programa.

O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior – UNIAFRO<sup>16</sup> visa oferecer curso de formação continuada para professores da Educação Básica, com o propósito de reconhecer e valorizar a identidade, a cultura, a história e todo o legado do povo negro brasileiro, em suas diversas recomendações e diretrizes, explícitas na Lei Federal 10.639/2003, na Resolução CNE/CP01/2004 e no Parecer CNJ/CP03/2004. O UNIAFRO constitui um projeto financiado pelo Ministério da Educação, com o objetivo de fomentar as ações voltadas para a formação inicial e continuada de professores de educação básica e para a elaboração de material didático específico, no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a população negra, nas instituições Federais e Estaduais de Educação Superior.

A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores estabelece que “as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes”. A resolução define os objetivos da Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (BRASIL, 2004)

Além dessas ações, outras medidas são adotadas pelo Governo federal, como o Sistema de Reserva de Vagas (Cotas). A política de cotas, nas universidades públicas, tem como finalidade a democratização do acesso ao ensino superior e a redução das desigualdades sociais e étnicas no Brasil. O Sistema estabelece a reserva de vagas em vestibulares, com ponderação diferenciada e favorecedora das notas de prova, para

---

<sup>16</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 25/05/2013.

estudantes egressos da rede pública, ou para grupos étnicos da população, formados por afrodescendentes, portadores de necessidades especiais, indígenas, no ensino superior.

### 1.2.2 O Sistema de Reserva de Vagas (cotas): relações e contradições na Universidade

A questão da adoção de cotas nas universidades causa polêmicas e controvérsias. Alguns segmentos da sociedade acreditam que o Sistema de Cotas é um instrumento imprescindível na correção das distorções e injustiças sociais educacionais de minorias na sociedade. Muitos questionam a contribuição da política de cotas para a democratização do acesso ao ensino superior, considerando o Sistema de Reserva de Vagas inconstitucional, uma vez que fere o princípio da igualdade e da isonomia. Muitos autores afirmam que o Sistema de Cotas atinge as consequências e não a causa do problema, que reside na baixa qualidade da educação básica, o que dificulta o acesso das camadas mais carentes da população ao ensino superior, devido à precária qualidade da educação básica ofertada nas escolas públicas e afirmam, ainda, que, historicamente, o sistema educacional brasileiro foi marcado pela exclusão de vários grupos da sociedade.

O Sistema de Reserva de Vagas, nas universidades públicas, é um dos principais instrumentos de inclusão social, por ser uma estratégia que permite a ascensão e a mobilidade social e o combate a desigualdade e a pobreza no Brasil. Segundo Guimarães (2002), as estatísticas demonstram que a pobreza atinge mais os negros que os brancos no Brasil. O acesso ao ensino superior restringe-se a uma classe privilegiada que teve condições de ter uma educação básica de qualidade, levando os negros e pobres, que tiveram acesso apenas a educação precária, no ensino público brasileiro, a uma condição de marginalidade e subalternidade. Tal situação requer investimento, por parte do Governo e a efetivação de políticas públicas que preconizem a melhoria da qualidade da educação em diferentes níveis e modalidades de ensino.

De acordo com os dados do estudo técnico do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação – IPEA (2010), o Sistema de Cotas é uma medida governamental que cria uma reserva de vagas em instituições públicas ou privadas para determinados segmentos sociais. A adoção de reserva de vagas<sup>17</sup>, nas universidades públicas, começou no ano 2000. O Estado do Rio de Janeiro, pioneiro, no país, em adoção desse sistema, aprovou a Lei N.º 3.524/00, que garantia 50% das vagas, nas universidades do estado, para estudantes das redes públicas municipais e estaduais de ensino. Essa lei garante a reserva de 50% das vagas, nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, para estudantes das redes públicas municipal e estadual de ensino.

<sup>17</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico <http://www.ipae.com.br/et/32.pdf>. Acesso em 25/05/2013.

A lei 3.708/01 de 2001 institui o Sistema de Cotas para estudantes denominados negros ou pardos, com percentual de 40% das vagas das universidades estaduais desse Estado. Esta lei passou a ser aplicada no vestibular do ano 2002, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte-fluminense (UENF). A Universidade de Brasília – UNB foi a primeira instituição federal a aderir ao Sistema de Cotas, no ano de 2004. Posteriormente, várias universidades públicas federais e estaduais aderiram ao Sistema de Cotas nos processos seletivos, conforme o quadro 06:

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Universidade Estadual de Montes Claros
Universidade de Brasília
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Estadual do Norte-fluminense
Universidade Federal do Acre
Universidade Federal de Alagoas
Universidade Estadual da Paraíba
Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal do Maranhão
Universidade Federal do Pará
Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Federal de São Carlos
Universidade Federal de Sergipe
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

Quadro 06 Universidades brasileiras com programas de ações afirmativas  
 Fonte: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação – IPEA 2010

A efetivação de políticas públicas que promovam o acesso ao ensino superior não é suficiente para atender a demanda dos segmentos excluídos, historicamente, do ensino superior, sendo fundamental a adoção de Políticas de Ações Afirmativas que garantam, além do acesso, a permanência e aprendizagem dos estudantes no ensino superior. Para tanto, torna-se premente a necessidade da efetivação de programas e ações que auxiliem os estudantes na sua trajetória acadêmica.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este estudo se sustenta nas bases da pesquisa de natureza qualitativa. Para Triviños (1987), a pesquisa qualitativa possibilita um olhar crítico e analítico da realidade pesquisada, considerando suas características e as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo e a sua historicidade, buscando compreender as implicações político-ideológicas, intrínsecas ao fenômeno estudado, e analisar as relações dos elementos que a compõe, de forma a entendê-los a partir do contexto no qual ocorrem. O autor considera que, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, é necessária uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos, teorias, que orientarão a coleta e interpretação dos dados, delimitação da população e a amostra, os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses e as questões da pesquisa.

Bogdan e Biklen (1994) destacam cinco características da pesquisa qualitativa: a fonte direta dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente na recolha desses mesmos dados; os dados são essencialmente de carácter descritivo; os pesquisadores que utilizam metodologias qualitativas interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados e o produto; a análise dos dados é feita de forma indutiva e o investigador busca compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências. Para Ludke e André (1988), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, de aspirações, crenças, valores e atitudes.

No presente estudo, foi realizada a pesquisa de base empírica, tendo como amostra o curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB. O universo de estudantes pesquisado foi composto por amostragem intencional de egressos do Curso de Pedagogia e coordenadora geral da UAB na UNIMONTES. Os procedimentos técnicos adotados foram:

- Análise documental, recorrendo aos documentos oficiais e institucionais e informações, extraídos, via internet, nos sítios do Governo Federal e da UNIMONTES.
- Questionário com o objetivo de interrogar diretamente os egressos do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB.
- Entrevista semiestruturada com o objetivo de interrogar diretamente a coordenação geral da UAB/ UNIMONTES.

Na sistematização e categorização das informações obtidas na pesquisa, foram adotadas as categorias de conteúdo referentes às políticas educacionais, ações afirmativas no ensino superior, Sistema de Reserva de Vagas, educação a distância, Sistema Universidade Aberta do Brasil e formação de professores na modalidade a distância. Tais

categorias foram definidas *a priori*, com o objetivo de compreender a essência da categoria central, que é o Sistema de Reserva de Vagas no curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB

No levantamento de dados sobre as ações afirmativas, na UNIMONTES, foi necessária a realização de análise documental, com o objetivo de conhecer a realidade pesquisada, recorrendo aos documentos administrativos e documentos disponibilizados, pela internet, nos sites oficiais da UNIMONTES e do Governo Federal. Nesse processo, foram analisados os documentos oficiais e institucionais, referentes a implantação do Sistema de Reserva de Vagas e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, bem como a dinâmica e estrutura do Curso de Pedagogia, sendo apresentado o quantitativo de estudantes que concluíram o curso, índice de evasão e dependências, e descrição dos programas de ações afirmativas desenvolvidas na universidade.

Posteriormente, foram coletados os dados referentes ao Processo Seletivo para ingresso nos Cursos de Licenciatura Educação à Distância – Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, nos anos de 2008 e 2013 e o processo seletivo dos cursos de licenciatura e bacharelado, na modalidade presencial/2008, junto à Comissão Técnica de Concursos da UNIMONTES – COTEC.

Para tanto, foi realizado um levantamento do quantitativo de vagas oferecidas por categoria, em cada um dos Processos Seletivos 2008 e 2013, na modalidade presencial e a distância. Ainda, foi identificado o número de ingressos e aprovações, por cada categoria selecionada (afrodescendentes<sup>18</sup>, egressos de escola pública, portadores de deficiência, indígenas e Sistema Universal, PAES e PARFOR). Também foi apresentado o número de candidatos inscritos e aprovados no curso de Pedagogia nos polos de apoio presencial da UNIMONTES-UAB. Verificou-se, ainda, as notas de acesso por categoria, obtidas pelos estudantes aprovados, estabelecendo uma comparação, com a finalidade de compreender as relações entre os níveis de notas dos candidatos e a avaliação da efetividade do Sistema Reserva de Vagas nos processos seletivos do curso de Pedagogia na UNIMONTES.

No levantamento de dados sobre o perfil dos egressos do Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB e as suas representações sobre as Políticas de Ações Afirmativas, tendo, como foco central, o Sistema de Reserva de Vagas, foi utilizado o questionário que possibilitou atingir um grande número de cursistas, dispersos numa área geográfica muito extensa, abrangendo os polos de apoio presencial da UNIMONTES-UAB nos municípios de Almenara, Buritizeiro, Cristália, Pedra azul, São João da Ponte e Urucuia, na região do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Neste estudo, não serão contemplados os dados

---

<sup>18</sup> Para Pinto (1987) a noção de afrodescendente é o que qualifica as pessoas que vieram do continente africano e passaram pelo processo de hibridação de mestiçagem.

referentes ao polo de Urucuaia, considerando que não houve inscrição de candidatos no processo seletivo na modalidade Sistema de Reserva de Vagas.

O questionário foi composto por questões de múltipla escolha e questões abertas, que possibilitaram o registro de comentários do pesquisado, com exposição de sua opinião sobre o tema. O questionário foi formulado com perguntas gerais para todos os egressos do curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB e específicas para os estudantes cotistas, abordando as subcategorias de análise referentes aos dados de identificação. Informações sobre a Família, atividades econômicas dos egressos, nível de Instrução, forma de Ingresso na Universidade, o Curso de Pedagogia a distância e o Sistema de Reserva de Vagas na UNIMONTES. A aplicação do questionário aos egressos do curso de Pedagogia foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2013, através de correio eletrônico.

Além da aplicação do questionário para os egressos, foi utilizada a entrevista, como instrumento para obtenção de dados, junto à gestão do Sistema UAB, a fim de verificar se as Políticas de Ações Afirmativas, adotadas pela universidade, têm assegurado, além do acesso, a permanência e aprendizagem dos estudantes, sendo discutida a adoção do Sistema de Reserva de Vagas e adesão da UNIMONTES ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, programa e/ou ação de assistência estudantil, a organização do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB, estratégias pedagógicas utilizadas para garantir a aprendizagem dos estudantes e sugestões de outras políticas educacionais para incentivar o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes cotistas nos cursos de licenciaturas a distância na UNIMONTES. Segundo Pádua (2004), a entrevista constitui uma técnica eficiente para obtenção de dados referentes ao comportamento humano e um instrumento de interação entre o sujeito e o pesquisador, que possibilita um momento de reflexão e apreensão do objeto de estudo.

Neste estudo, como técnica de tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2010), a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. O pesquisador, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode, então, propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos. Para o autor, a análise de conteúdo é constituída de três fases: a pré análise, que consiste na fase de escolha e organização do material, tem como orientação a questão norteadora ou problema de pesquisa e os objetivos; análise do material ou descrição analítica do conteúdo: o material é submetido a um estudo aprofundado, orientado pela pergunta de pesquisa, pelos objetivos, pelo referencial teórico-metodológico e a Interpretação dos resultados: é a etapa em que você, apoiado nos resultados, deve correlacionar o conteúdo do material com a base teórica referencial, a fim

de torná-los significativos e válidos. O investigador poderá propor inferências e interpretações a propósito dos objetivos previstos ou dados inesperados, revelados no levantamento de informações sobre o objeto de estudo.

Para Franco (2008), a interpretação e análise dos dados, na pesquisa de natureza qualitativa, podem ocorrer durante o processo de coleta. O pesquisador deve orientar-se pelo referencial teórico construído, organizando descritivamente os dados, sintetizando-os e fazendo a interpretação pelas categorias conceituais levantadas, através da análise de conteúdo. Essa técnica de tratamento dos dados busca alcançar o conhecimento de variáveis de natureza diversas, como as de caráter psicológico, sociológico, histórico.

Neste estudo, a utilização da análise de conteúdo possibilitou não apenas a verificação das questões postuladas, mas ir além destas, na interpretação dos registros e compreensão dos aspectos históricos, políticos, sociais e culturais do fenômeno pesquisado. A análise e a interpretação dos dados foram realizadas de forma qualitativa, na medida em que se buscou conhecer as motivações e representações, valores e considerações da subjetividade, ao estudar os fatos dentro de um contexto histórico-social. A análise, também quantitativa, objetivou levar em consideração medidas exatas do fenômeno humano estudado e identificar quais fatores os explica, priorizando a objetividade. Os resultados obtidos são apresentados no próximo capítulo.

### 3 RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

No levantamento de dados sobre as ações afirmativas, tendo, como foco central, o Sistema de Reserva de Vagas no curso de Pedagogia, ofertado pela UAB na UNIMONTES foi necessária a realização de análise documental, com o objetivo conhecer a realidade a ser pesquisada, recorrendo aos documentos administrativos e documentos disponibilizados pela internet no site oficial da UNIMONTES. Foram coletados os dados referentes ao Processo Seletivo para ingresso nos Cursos de Licenciatura Educação à Distância, Sistema Universidade Aberta do Brasil/ UAB, nos anos de 2008 e 2013 e o processo seletivo para os cursos de licenciatura e bacharelado, na modalidade presencial, ano 2008, junto à Comissão Técnica de Concursos da UNIMONTES – COTEC.

Posteriormente, foram analisados os documentos oficiais e institucionais, referentes à implantação do Sistema de Reserva de Vagas e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, bem como a dinâmica e estrutura do Curso de Pedagogia e os programas de ações afirmativas desenvolvidos nesta Universidade. Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

#### 3.1 A Institucionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil na UNIMONTES

A UNIMONTES implantou os cursos de licenciatura da UAB, em outubro de 2008, em polos de apoio presencial, tendo como principal objetivo a democratização do acesso à educação superior pública e de qualidade, oferecendo possível solução para o problema daqueles que, especialmente pela distância que os separa das universidades, ou por não disporem do tempo correspondente aos horários tradicionais de estudo, até então, permanecem excluídos do sistema educacional superior.

O Programa UAB coloca-se como uma possibilidade, mais atual e efetiva, para vencer distâncias, sem causar maiores dificuldades ou isolar aqueles que, realmente, desejam realizar-se intelectual e/ou profissionalmente para o exercício da cidadania. Priorizando os cursos de licenciatura para formação inicial e continuada de professores da educação básica. A UNIMONTES oferece cursos a distância, em parceria com o MEC e as prefeituras municipais do Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri. De acordo com dados do CEAD<sup>19</sup>/UNIMONTES, a UAB pretende possibilitar a transformação das práticas pedagógicas para o ensino a distância, efetivando mudanças imprescindíveis no atual contexto social, para uma conseqüente e mais adequada formação de docentes desse nível de ensino. Essa ação política do MEC visa assegurar a continuidade da política institucional

---

<sup>19</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cead.unimontes.br/index.php/institucional>. Acesso em 20/06/2012.

da UNIMONTES que, com a mesma intenção, desde o ano de 1996, vem atuando para expandir e interiorizar a oferta de cursos de licenciatura em grande parte do território de Minas Gerais. O Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação a Distância/SEED e da Capes, tornou público o Edital de Seleção nº 01/2006-SEED/MEC/2006/2007, permitindo a participação dos municípios e das universidades públicas interessadas.

O resultado desse processo, publicado no Diário Oficial da União, em 20 de maio de 2008, conferiu à UNIMONTES a responsabilidade para oferecer os Cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Geografia, História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português e Pedagogia. Os polos de apoio presencial, selecionados para oferta desses cursos, foram os seguintes: Almenara, Buritizeiro, Carlos Chagas, Cristália, Francisco Sá, Itamarandiba, Janaúba, Januária, Lagoa Santa, Mantena, Pedra Azul, Pompeu, São João da Ponte e Uruçuia. Na extensão da UAB, são oferecidos seis cursos: Educação do Campo, Educação na Diversidade e Cidadania, Gênero e Diversidade na Escola, Relações Étnico-raciais, Educação Integral Integrada e o EJA – Possibilidades para Educar na Diversidade.

De acordo com o Guia do Acadêmico do curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB (2008), diante do compromisso da universidade frente aos desafios da formação inicial e continuada de professores, na modalidade a distância, a UNIMONTES apresenta, em seu histórico, uma trajetória de oferta de cursos e programas.

- No período de 2002 a 2005, a UNIMONTES participou do Projeto Veredas, promovido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG, com o objetivo de capacitar os 1.299 professores das séries iniciais do ensino fundamental, da rede pública de MG, que estavam em efetivo exercício e ainda não possuíam habilitação em curso superior.
- No período de 2000 a 2006, o Projeto UNIMONTES Virtual, foi a segunda experiência da universidade que teve como objetivo criar, na comunidade acadêmica da UNIMONTES, uma cultura dinâmica de aprendizado e colaboração em rede. O UNIMONTES Virtual ministrou os seguintes cursos: extensão em “Uso Pedagógico da Internet”, “Metodologia Científica”, “Iniciação a leitura em Inglês” e “Iniciação a Língua Espanhola”. A equipe de professores responsáveis pela coordenação deste projeto desenvolveu, ainda, um ambiente de aprendizagem, denominado Virtualmontes, para disponibilizar os cursos de extensão virtuais.
- No Período de 2006 a 2009, Mídias na Educação foi outro programa implantado pelo Ministério da Educação, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação. É

um Programa de Formação Continuada, por meio da Educação a Distância, e desenvolve-se em três ciclos articulados e integrados entre si: ciclo básico (extensão), ciclo intermediário (aperfeiçoamento) e avançado (especialização), sendo a UNIMONTES pioneira no oferecimento do último ciclo. O objetivo do Mídias na Educação é promover o uso das mídias no processo de ensino e de aprendizagem, de forma integradora, articulada e autoral, uma vez que estimula a autoria nas diferentes mídias, permitindo novas e instigantes formas de aprender e de construir conhecimento, a partir da apropriação de linguagens e tecnologias aplicáveis à educação, de forma a melhorar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem

A UNIMONTES <sup>20</sup>, atualmente, além dos cursos de licenciaturas ofertados pela UAB, participa do Programa Nacional de Administração Pública/PNAP, com a oferta de cursos de graduação em Administração Pública (Bacharelado) e de Especialização Lato Sensu em Gestão em Saúde, Gestão Pública, e Gestão Pública Municipal. O Programa Pró-Licenciatura oferece os cursos de Artes Visuais e Artes Teatro e, como parte da Rede de Educação para a Diversidade, a UNIMONTES, desenvolveu, ainda, os cursos de Educação do Campo, Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação Integral Integrada, Educação de Jovens e Adultos, Educação para a Diversidade e Cidadania e Gênero e Diversidade na Escola e o Programa E-Tec Brasil, que oferece cursos técnicos em Agronegócio, em Informática, em Gerência em Saúde, em Meio Ambiente, em Comércio e em Vigilância em Saúde. Ainda no âmbito da Educação a Distância, foi aprovada, pelo CEPEX, o Projeto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que se caracteriza pela oferta de parte da carga horária de disciplinas, pela metodologia semipresencial, nos cursos presenciais regulares da UNIMONTES.

Na implantação da UAB, no ano de 2008, a UNIMONTES, através da Coordenação da UNIMONTES-UAB, disponibilizou uma infraestrutura de atendimento aos estudantes, por meio de uma rede acadêmica constituída por Coordenação de Curso, Coordenação de Tutoria, Professor Formador, Tutor a Distância e Tutor Presencial. O organograma, abaixo, apresenta a estrutura administrativa, didática e pedagógica, com funções e responsabilidades específicas.

---

<sup>20</sup> Criado através da lei Delegada n.180, de 20/01/2011, o Centro de Educação a Distância (CEAD), foi implantado para acolher os Cursos e Programas oferecidos pela UNIMONTES na modalidade a Distância.

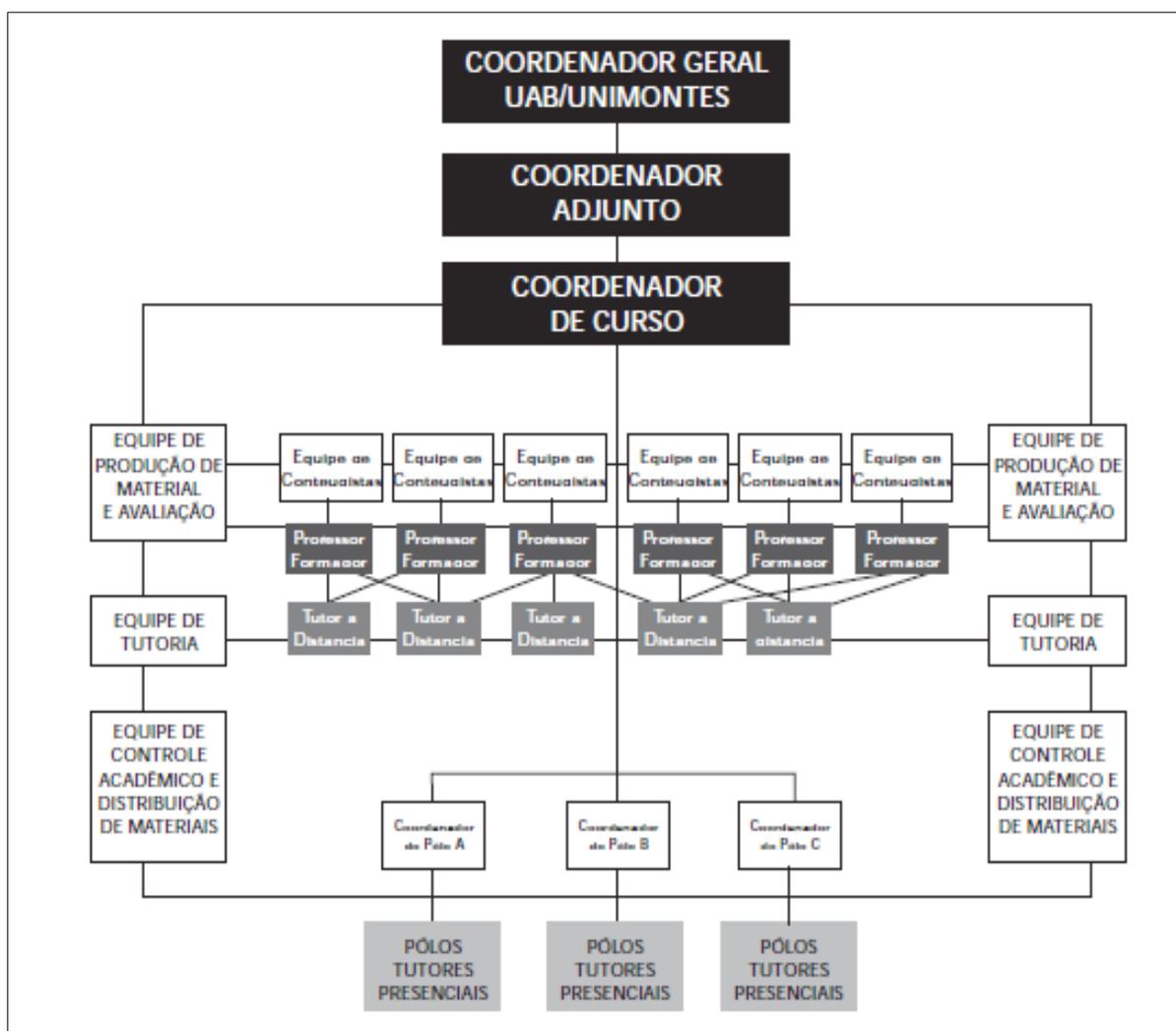


Figura 4 – Organograma da Estrutura Organizacional da UNIMONTES-UAB

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia a Distância/2008

Para atender as especificidades do Sistema Universidade Aberta do Brasil, a UNIMONTES disponibilizou uma estrutura administrativa, didática e pedagógica, organizada em três níveis, que deverão funcionar de maneira integrada, mas com funções e responsabilidades específicas, como pode ser observado no quadro 07:

<b>Equipe</b>	<b>Integrantes</b>	<b>Funções</b>
Coordenação Geral da UAB na UNIMONTES (indicação pelo Reitor)	Coordenador Coordenador-Adjunto	Articular, na UNIMONTES, do ponto de vista acadêmico, a operacionalização dos cursos/polos.
Coordenação do Curso	Coordenador indicado pelo Colegiado Didático do Curso	Articular, na UNIMONTES, do ponto de vista acadêmico, a operacionalização específica do Curso e Polos;
Multidisciplinar: Produção de Material	Professor Conteudista Designer instrucional	Responsáveis pela elaboração do Material Didático (impresso, web, vídeo)

Didático	Revisor de língua Portuguesa	e avaliações
Multidisciplinar: Avaliação	Professor Especialista	Acompanhar a avaliação discente, docente e Projeto Político Pedagógico e Institucional, relativo aos cursos oferecidos pela UNIMONTES no âmbito da UAB.
Multidisciplinar: Tutoria	Tutores a Distância	Dar assistência aos professores/formadores, orientar os tutores presenciais e os acadêmicos.
	Tutores Presenciais	Acompanhar e orientar os acadêmicos do curso, no polo de apoio presencial; -planejar as atividades para recuperação das atividades; -realizar, juntamente com os professores formadores, os seminários introdutórios e seminários temáticos; -realizar as atividades da Fase Presencial Intensiva; -aplicar as avaliações <i>on-line</i> (AO) e as avaliações semestrais (AS); -orientar e acompanhar as atividades de estágio, TCC e AACC.
Multidisciplinar docente	Professor Docente	Responsável pelo planejamento, realização e avaliação da disciplina, sob sua responsabilidade.
Suporte	Diagramador Jornalista Web designer Web development	Responsáveis pela adequação do Material Didático do curso às mídias: material impresso, web, e vídeo

Quadro 07 – Descrição dos Recursos Humanos da UNIMONTES-UAB  
Fonte: Guia do acadêmico /Pedagogia (2008, p. 210)

De acordo com o Guia do Acadêmico do Curso de Pedagogia (2008), a metodologia adotada nos cursos da UNIMONTES-UAB oportunizará a constituição de uma Comunidade de Aprendizagem em Rede e apresenta as principais características do curso:

- A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes.
- O desafio maior do curso é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerados os indivíduos na sua inserção sociocultural.

- Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/ atividades/ participação nos fóruns de discussão/ consultas a banco de dados e endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza de objeto de estudo de cada disciplina.
- As comunicações, ao longo do curso, serão mediatizadas, prioritariamente, no ambiente Internet, via correio eletrônico, fóruns de discussão, por fax, correio postal, programa de rádio e telefone, com plantão de docentes e tutores em horários previamente estabelecidos e localizados nos polos presenciais e nos campi da UNIMONTES.
- As atividades a distância serão realizadas via material impresso e Internet, destinando-se ao estudo sistemático dos conteúdos trabalhados nos períodos, nas atividades de discussão, interação, colaboração e aprendizado em rede.
- Cada disciplina terá suas atividades a distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem.
- Os participantes devem fazer uso dos espaços coletivos do Virtualmontes<sup>21</sup>, para interagir dialogicamente.
- Todo o curso será marcado pela preocupação com o real desenvolvimento da competência definida no objetivo geral do curso e com a formação desejada para o docente de educação básica. Para tanto, será definido um eixo integrador, que orientará a ênfase a ser dada às disciplinas de cada período na estrutura curricular.
- A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes,
- As atividades a distância compreendem as atividades orientadas de estudo, as atividades de discussão coletivas e as Atividades de Aprendizagem – AA. Estas atividades serão disponibilizada no Virtualmontes para os acadêmicos que têm acesso à Internet e via material impresso, para aqueles que não possuem acesso à Internet.
- No sistema UAB serão realizadas, em cada disciplina, Atividades de Aprendizagem – AA, Conjunto de Atividades de Aprendizagem constantes nos Cadernos Didáticos trabalhados no período, ao término do conteúdo de cada disciplina; Avaliações Online – AO, disponibilizadas no Virtualmontes são realizadas nos Polos de Apoio Presencial. As Avaliações Semestrais ocorrerão no final de cada período, em dias e horários preestabelecidos, incluídos no cronograma do período.

---

<sup>21</sup> Virtualmontes: Ambiente Virtual de Aprendizagem da UNIMONTES. É um espaço na Internet para realização de cursos a distância, inclusive, os da Universidade Aberta do Brasil.

- Quanto ao material didático impresso, os acadêmicos receberão gratuitamente, no início de cada período, o Caderno Didático, onde constará todo o conteúdo e as atividades das disciplinas a serem cursadas no período.
- O material didático estará disponível, também, na Internet. O acadêmico que optar por realizar os estudos e atividades pelo material impresso poderá, além de comparecer aos plantões dos tutores presenciais, solicitar dos mesmos a realização de encontros presenciais.
- Mesmo não tendo acesso à Internet, os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à Internet para realizar seus estudos.
- O currículo possui uma função humana e sociocultural mais ampla, fundamental e rica, do ponto de vista dos indivíduos, da sociedade e da cultura.
- Para tanto, o projeto distribui sua carga horária entre os Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-culturais, Prática de Formação, Estágio Curricular Supervisionado e, ainda, Atividades Acadêmico-científicas e Culturais – AACC.
- A organização curricular é composta por um Eixo Transversal, por Eixos Integradores e por Núcleos/Dimensões Formadoras: Formação Humanística/Artística/Científica, Organização do Processo Educativo, Organização do Processo Social.
- No atendimento aos cursistas, o apoio pedagógico consistente e contínuo garantirá a operacionalização do curso, de forma a atender os acadêmicos, nas modalidades individual e coletiva, incluindo a Tutoria Presencial e a Distância.
- Serão, ainda, disponibilizados canais de comunicação, como fax, telefone, Internet, correio postal, correio eletrônico, emissoras de rádio local e a Rádio UNIMONTES FM 101,1, pertencente à própria Universidade, para aqueles matriculados nos polos próximos à sua área de abrangência.
- A carga horária total de cada curso é de 3.920 h/a = 3.266 horas e 40 minutos. Cada curso terá duração de 8 semestres (4 anos).
- As atividades presenciais acontecerão nos 2 (dois) primeiros finais de semana no início de cada semestre letivo.
- No período em que estiverem ministrando as disciplinas, os professores formadores dedicarão 20 horas/aula semanais em plantões previamente determinados, para orientar os estudos e sanar dúvidas dos acadêmicos, através do Virtualmontes e dos polos a distância.
- Os momentos presenciais serão utilizados para atividades da Fase Presencial Intensiva, seminários introdutórios e seminários temáticos, bem como para avaliações. Corresponderão a cerca de 20% da carga horária total do curso e serão

realizados em cada polo presencial, em dias predeterminados, preferencialmente em finais de semana e/ou períodos de férias escolares.

A universidade, considerando as dificuldades de muitos estudantes quanto ao uso da internet, na realização das atividades pertinentes ao curso, além de disponibilizar gratuitamente o material didático impresso, disponibiliza, ainda, uma infraestrutura de atendimento aos cursistas nos polos de apoio presencial, com laboratórios de Informática com acesso à internet. Quanto às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes nas disciplinas, a universidade disponibiliza uma estrutura didático-pedagógica visando a recuperação dos estudos, com a proposição de atividades orientadas, plantões de tutores, polos de apoio presencial, acompanhamento dos professores formadores e tutores a distância, no Ambiente virtual de aprendizagem, acompanhamento sistemático e articulado da coordenação do polo, coordenação de tutoria, coordenação do curso e coordenação geral da UAB na UNIMONTES.

### 3.2 As Políticas de Ações Afirmativas na UNIMONTES

Na perspectiva da inclusão social, a UNIMONTES tem adotado Políticas de Ações Afirmativas, visando a democratização e interiorização do acesso ao ensino superior, a permanência e sucesso dos estudantes na universidade. O apoio e a assistência estudantil são operacionalizados através da Coordenadoria de Apoio ao Estudante/CAE, que integra a Pró-Reitoria de Extensão/PROEX<sup>22</sup> que realiza ações que visam atender aos interesses e necessidades dos acadêmicos, além de estabelecer o intercâmbio entre a Comunidade Universitária e a comunidade local e regional. No campus sede da UNIMONTES, são disponibilizados para os estudantes:

- O Balcão de Estágios que visa ampliar o relacionamento entre a UNIMONTES e outras instituições, captando oferta de estágio extracurricular e divulgando junto à comunidade acadêmica. O Projeto propicia ao acadêmico, através do estágio, uma visão multidisciplinar da realidade que enfrentará no mercado de trabalho, com a oportunidade de realização de estágio interno, oferecido no âmbito da UNIMONTES, com o recebimento de bolsa mensal e estágio externo em instituições públicas e privadas.
- O Banco de Moradia; que tem como objetivo oportunizar à comunidade acadêmica, informações referentes a moradia (vagas em pensionatos e similares, aluguel ou venda de casas, apartamentos).

---

<sup>22</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico <http://www.unimontes.br/servicos/cae.htm>. Acesso em 23/05/2013.

- Programa Estudantil de Prestação de Serviços – PEPS que Objetiva promover condições para a geração de renda aos universitários, mediante prestação de serviços. Para tanto, a CAE vem captando oportunidades de trabalho temporário e divulgando-as junto aos acadêmicos.
- O Programa de Apoio Psicológico e Orientacional – PAPO que visa promover a melhoria de desempenho do universitário, através de plantões de atendimento, buscando solucionar problemas que o mesmo venha apresentar, no âmbito psicológico e social.
- O Evento Unicalourada que objetiva acolher e integrar os novos acadêmicos (calouros) à comunidade universitária, bem como socializar informações sobre a estrutura e funcionamento da Universidade.
- A partir da mobilização entre acadêmicos, servidores técnico-administrativos e de saúde, professores e dirigentes, em fevereiro de 2012, foi inaugurado o Restaurante Universitário, que atende a comunidade acadêmica no Campus sede da UNIMONTES. A Universidade ainda não dispõe de alojamentos para os estudantes dos cursos presenciais e a distância.

Em relação à assistência aos estudantes dos cursos de licenciatura a distância, ministrados nos polos de apoio presencial, *a universidade ainda não desenvolve programa de assistência à moradia, alimentação, transporte e saúde*. Os editais para Cursos de Licenciatura, na Modalidade Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil/UAB/ UNIMONTES estabelecem que o estudante que residir em localidade que não seja o polo onde esteja matriculado, assumirá todas as despesas necessárias para a sua manutenção no curso, não se responsabilizando a UNIMONTES por tais despesas. Os estudantes cotistas e não cotistas podem participar dos programas e ações desenvolvidas no âmbito da universidade que visam o apoio e assistência estudantil.

A UNIMONTES desenvolve programas e ações que visam a inclusão dos estudantes cotistas e demais estudantes dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas modalidades presencial e a distância. Dentre eles:

- O Núcleo de Educação Inclusão/NUSI <sup>23</sup>, que tem por missão realizar uma atividade de inclusão educacional e social no ensino superior que garanta a progressiva tomada de consciência por parte dos estudantes, professores e setores da universidade em geral, construindo um ensino estratégico inter e multifocal, para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Tendo como objetivos específicos: desenvolver ações de sensibilização para mudanças atitudinais da comunidade

<sup>23</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://portal.unimontes.br>. Acesso em 20/05/2013.

Universitária, visando uma inclusão total dos portadores de necessidades educacionais especiais; estimular e viabilizar a utilização de metodologias, recursos inovadores, para efetivação de uma política de educação inclusiva para os discentes dos cursos de graduação da UNIMONTES; divulgar e promover discussão sobre a legislação pertinente a inclusão para a comunidade universitária; incluir e assistir, no âmbito da UNIMONTES, os acadêmicos com necessidades educacionais especiais; capacitar acadêmicos para o trabalho de monitoria em turmas com discentes portadores de necessidades educacionais especiais nos cursos de graduação.

- Núcleo de Estudos afro-brasileiros/NEAB<sup>24</sup> objetiva ser o espaço acadêmico de referência, que articulará e desenvolverá pesquisa, estudos para criar metodologias e disseminação de práticas e/ou ações afirmativas cujas temáticas sejam as questões que dizem respeito à população negra da área de abrangência da UNIMONTES e consolidar e ampliar o debate sobre as questões referentes aos afrodescendentes, sobre a cultura africana e afro-brasileira, dando um enfoque especial à realidade do norte/noroeste de Minas, Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e Urucuia. O NEAB-UNIMONTES é um órgão suplementar, vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Extensão, voltado para estudos, pesquisas e ações comunitárias nas áreas dos estudos sobre a temática negra e de ações afirmativas em prol das populações afrodescendentes e estudos das civilizações e religiosidades africanas. As ações principais desenvolvidas pelo NEAB: acompanhamento dos acadêmicos cotistas aprovados nos vestibulares da UNIMONTES e Criação, implantação e execução do projeto UNIAFRO. Além do NEAB, a Universidade tem uma série de referências em estudos sobre a cultura afro-brasileira. Além de pesquisas, nas áreas de Ciências Sociais, Saúde e História com as comunidades de remanescentes de escravos no Norte de Minas, quilombolas. Além disso, a universidade tem fomentado discussões sobre a mudança do currículo nas graduações que a Universidade oferece em Montes Claros e nos demais campi.
- O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior/UNIAFRO, na UNIMONTES, tem como objetivo capacitar 1,4 mil professores do Ensino Fundamental e Médio, da rede pública, sobre as temáticas 'História da África' e a 'Cultura Afro-Brasileira'. O Projeto é uma iniciativa que visa dinamizar o trabalho em sala de aula, valorizar e reconhecer a identidade, cultura e história do povo negro brasileiro. A capacitação atende às exigências do Decreto 10.639, de 9 de janeiro de 2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e determina a obrigatoriedade das disciplinas 'História da África' e

<sup>24</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.unimontes.br/index.php/servicos/7146-nucleo-de-estudos-afrobrasileiros-neab>. Acesso em 20/05/2013

‘Cultura Afro-Brasileira na formação de educadores que atuam no Ensino Básico. O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior/UNIAFRO é viabilizado por meio de convênio entre a UNIMONTES, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com interveniência da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação (MEC). As atividades serão desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e o Centro de Educação a Distância da UNIMONTES (CEAD), que são parceiros na realização das atividades. A modalidade do curso é semipresencial e terá um total de 180 horas, sendo 80 horas presenciais e 100 horas à distância, *online*, distribuídas em cinco módulos. Os participantes com diploma de ensino superior receberão Certificado de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais. Já os participantes com nível médio completo receberão Certificado de Extensão.

- O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID<sup>25</sup>, sob a coordenação da Pro Reitoria de Ensino, Assessoria e Projetos Especiais da UNIMONTES, tem como objetivo desenvolver o processo de formação de professores para atuarem na Educação Básica, articulando a pesquisa e prática na escola. A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas, em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4.<sup>26</sup> O Programa é desenvolvido em convênio com a Secretaria Municipal de Educação dos Municípios de Montes Claros, Carlos Chagas, Pirapora, Unaí, Janaúba, Espinosa, Januária, Bocaiuva, São Francisco e Paracatu, em parceria com o MEC, com o apoio e financiamento da CAPES. A Capes concede cinco modalidades de bolsa aos participantes do projeto institucional: Iniciação à Docência, para estudantes de licenciatura das áreas abrangidas pelo subprojeto; Supervisão para professores de escolas públicas de educação básica que supervisionam, no mínimo, cinco e, no máximo, dez bolsistas da licenciatura; Coordenação de Área, para professores da licenciatura que coordenam subprojetos; Coordenação de Área de Gestão de processos educacionais, para o professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na IES; Coordenação institucional; para o professor da licenciatura que coordena o projeto PIBID na IES. Instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, participantes do PIBID, podem receber

<sup>25</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.pibid.unimontes.br/index.php/apresentacao>. Acesso em 21/05/2013.

<sup>26</sup> Informações disponíveis endereço eletrônico: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>. Acesso em 21/05/2013.

recursos financeiros para custear despesas essenciais à execução dos projetos e aquisição de material de consumo para as atividades desenvolvidas nas escolas.

- O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica /PIBIC nas Ações Afirmativas<sup>27</sup> é um programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do Ensino Superior, cujo ingresso na universidade se deu pela Modalidade de Reserva de Vagas. Na UNIMONTES, é administrado pela Pró-Reitoria de Pesquisa/PRP e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ. De acordo com o Edital PIBIC-AF/CNPQ PRP 03/ 2013 P PIBIC-AF tem como objetivos gerais: contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa e a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação; qualificar alunos para os programas de pós-graduação e estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural. Para tanto, o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPQ, através do PIBIC-AF disponibilizará para a UNIMONTES uma quota de 12 (doze) bolsas de Iniciação Científica para vigência no período de agosto de 2013 a julho de 2014. A bolsa tem caráter transitório, é isenta de imposto de renda, não gera vínculo empregatício e não pode ser acumulada com atividades remuneradas de qualquer natureza.
- O Sistema de Reserva de Vagas instituído na Universidade do Estado de Minas Gerais/ UEMG e na Universidade Estadual de Montes Claros/ UNIMONTES pela Lei Estadual nº 15.259/2004. A Resolução nº 104, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CEPEX/2004 regulamenta o Sistema de Reserva de Vagas em todos os cursos de graduação e cursos técnicos de nível médio. Em seu art. 3º, estão previstas as condições para inscrição no processo seletivo e participação neste Sistema, para cada uma das seguintes categorias:

a) **Afrodescendente:** aquele que assim se declarar e comprovar a condição de carente, na forma do § único do artigo 2º desta Resolução.

b) **Egresso da escola pública:** que comprove ter cursado o ensino médio integralmente na rede pública e a sua condição de carente, na forma do § único do artigo 2º desta Resolução.

c) **Portador de deficiência:** assim caracterizado nos termos da Lei Estadual nº 13.465 de 12/01/2000, devendo o mesmo apresentar laudo médico, descrevendo as especificidades da deficiência que porta.

d) **Indígena:** aquele que assim se declarar e entregar cópia legível da Carteira Identidade Indígena ou declaração expedida pela FUNAI. (CEPEX, 2004).

---

<sup>27</sup> Informações disponíveis endereço eletrônico: <http://www.cnpq.br/web/guest/pibic-nas-acoes-afirmativas>. Acesso em 21/05/2013.

O Sistema de Reserva de Vagas constitui uma possibilidade de superação das desigualdades sociais e raciais e tem, por objetivo, aumentar o número de alunos, oriundos de classes excluídas, no ensino superior.

### 3.3 A Institucionalização do Sistema de Reserva de Vagas na UNIMONTES

No âmbito regional, a UNIMONTES tem adotado Políticas de Ações Afirmativas, com o objetivo de contribuir para a melhoria e transformação da sociedade, atender às aspirações e aos interesses da comunidade, tornando-se fator de integração regional. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIMONTES /PDI 2005<sup>28</sup>, as áreas de atuação prioritária, da UNIMONTES, são o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que apresentam os piores indicadores socioeconômicos do Estado de Minas Gerais. Estes indicadores incentivam a reflexão sobre a relevância da existência da UNIMONTES, para a produção de conhecimento, indispensável ao crescimento econômico, social, científico e cultural das regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais. Dentre as Políticas de Ações Afirmativas, adotadas por esta universidade, destaca-se o Sistema de Reserva de Vagas.

No estado de Minas Gerais, a Lei 15259 de 27/07/2004 institui o Sistema de Reserva de Vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG e na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, para os integrantes das categorias afrodescendentes, indígenas ou portadores de deficiências:

Art. 1º - A Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – reservarão, em cada curso de graduação e curso técnico de nível médio por elas mantido, percentual de vagas para os seguintes grupos de candidatos:

- I – afrodescendentes, desde que carentes;
- II – egressos da escola pública, desde que carentes;
- III – portadores de deficiência e indígenas.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

- I – carente o candidato assim definido pelas instituições a que se refere o "caput" do art. 1º, conforme critérios baseados em indicadores socioeconômicos oficiais;
- II – afrodescendente ou indígena o candidato que assim se declarar, observadas outras condições estabelecidas pela instituição de ensino;
- III – egresso da escola pública o candidato que tenha cursado o ensino médio integralmente na rede pública;
- IV – portador de deficiência o candidato assim caracterizado nos termos da Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000.

<sup>28</sup> Informações disponíveis endereço eletrônico: [http:// www.unimontes.br](http://www.unimontes.br). Acesso em 19/10/12.

O percentual de vagas, a serem reservadas pela UEMG e pela UNIMONTES, será de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento), distribuídas da seguinte forma: 20% (vinte por cento) para os candidatos afrodescendentes, carentes, 20% (vinte por cento) para os candidatos egressos da escola pública, desde que carentes e 5% (cinco por cento) para candidatos portadores de deficiência e indígenas. A Lei n.º 13.465, de 12 de janeiro de 2000, estabelece o conceito de pessoa portadora de deficiência para fins de concessão de benefícios pelo Estado.

Art.1º Considera-se pessoa portadora de deficiência, para fins de obtenção dos benefícios previstos na legislação do Estado, aquela que, comprovadamente, apresente desvantagem no que se refere à orientação, à independência física ou à mobilidade, ou de ordem neuropsíquica que acarrete dificuldade para o exercício de ocupação habitual, para a interação social e para a independência econômica, em caráter permanente. (BRASIL, 2000)

A UNIMONTES implantou o Sistema de Reserva de Vagas, em seus cursos de graduação a partir da Lei Estadual 15.259, de 27/07/2004. No ano letivo de 2005, das 902 vagas oferecidas no processo seletivo, 45% foram preenchidas pelos candidatos beneficiados pelo Sistema de Cotas, conforme percentual estabelecido na lei supracitada. A Resolução nº 104 – CEPEX/2004, em seu art. 3º, estabelece que será considerado carente, para efeito de participação no Sistema de Reserva de Vagas, o candidato afrodescendente e o egresso da escola pública que comprovar renda familiar mensal per capita de até ½ (meio) salário-mínimo vigente na data de início das inscrições do processo seletivo. Para comprovação da condição de carente, o candidato deverá participar de Programa Socioeconômico, realizado pela Comissão Técnica de Concursos – COTEC, cujas normas e condições serão estabelecidas em edital.

#### 3.4 O Sistema de Reserva de Vagas nos Processos Seletivos dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado na UNIMONTES

A UNIMONTES realiza dois processos seletivos tradicionais, para cursos regulares de graduação, na modalidade presencial, por ano: um no final do primeiro semestre (junho ou julho) e outro no final do segundo semestre (dezembro).

O primeiro Processo Seletivo para Cursos de Licenciatura em Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil/UAB, Instituído pelo Ministério da Educação, através do Convênio 826012, publicado no Diário Oficial da União em 4/7/2008, ocorreu no segundo semestre de 2008, sendo realizado um segundo processo seletivo no primeiro semestre de 2013.

As informações obtidas nos editais dos processos seletivos da UNIMONTES, ano de 2008, divulgados no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br) possibilitaram a análise dos dados referentes ao público-alvo e inscrições pelo Sistema de Reserva de Vagas, cursos e vagas, características, duração, carga horária e período de realização do curso, sistema do processo seletivo, datas das provas, local, horário, tipos de provas, número de questões e pontos, programas, aplicação das provas, critérios de desempate, recursos, resultados do processo seletivo, matrícula e normas disciplinares da UNIMONTES. Posteriormente, são apresentados os dados obtidos na Secretaria da COTEC, referentes ao quantitativo de inscritos e aprovados no Sistema Universal e Sistema de Reserva de Vagas por categoria, notas máximas e mínimas para aprovação e um breve comparativo entre as características específicas de cada processo seletivo nas modalidades presencial e a distância.

O Edital do Processo Seletivo para Cursos de Licenciatura Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil/UAB, ano de 2008, estabelece que para se inscrever no vestibular, os candidatos devem ter concluído o ensino médio ou equivalente e possuir conhecimento básico em informática. O candidato aprovado e matriculado no curso deverá estar presente, na fase presencial, no polo ao qual se inscreveu, para participar das atividades presenciais programadas, seminários e avaliações. As atividades presenciais programadas serão realizadas, preferencialmente, em finais de semana e/ou períodos de férias escolares, sendo que, o estudante que residir em localidade que não seja o polo onde esteja matriculado, assumirá todas as despesas necessárias para a sua manutenção no curso, não se responsabilizando a UNIMONTES por tais despesas.

Neste processo seletivo dos Cursos de Licenciatura Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil – UAB /2008, foram oferecidas 1.690 (hum mil seiscentos e noventa) vagas para os Cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Pedagogia, Geografia, Letras Português, Letras Espanhol, Letras Inglês e Ciências Sociais na modalidade Educação a Distância / Sistema Universidade Aberta do Brasil -UAB, em parceria com as Prefeituras Municipais de Almenara, Buritizeiro, Carlos Chagas, Cristália, Francisco Sá, Ipanema, Itamarandiba, Janaúba, Januária, Lagoa Santa, Mantena, Pedra Azul, Pompeu, São João da Ponte e Urucuia. As inscrições foram realizadas somente pela internet, no endereço eletrônico: [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br), no período entre 9 horas do dia 1º de agosto de 2008 e 18 horas do dia 29 de agosto de 2008.

O edital não contemplou a isenção da taxa de inscrição para os candidatos. O início de cada curso seria em 24 de outubro de 2008. Os cursos são gratuitos, sendo financiados pelo Ministério da Educação, através de sua Secretaria de Educação a Distância/SEED e executados e administrados pela UNIMONTES. O regime de matrícula semestral. Eventuais cumprimentos de dependências acontecerão em conformidade com o

projeto do curso. No edital, foi facultado ao candidato fazer a inscrição no Sistema Universal e/ou por meio do Sistema de Reserva de Vagas – instituída pela Lei Estadual nº 15.259/2004, em uma das categorias apresentadas no quadro 08:

<b>Categorias da Modalidade I</b>	<b>Código</b>	<b>Vagas (%)</b>
Afrodescendente, carente	<b>ADC</b>	20%
Egresso da escola pública, carente	<b>EEPC</b>	20%
Portador de deficiência e Indígena	<b>PD/I</b>	5%
<b>TOTAL</b>		<b>45%</b>

Quadro 08 Categorias da Modalidade I – Sistema de Reserva de Vagas  
Fonte: www.cotec.unimontes.br. Acesso em 25/05/2013.

Os percentuais de vagas reservadas, em cada curso de graduação, para as categorias da Modalidade I (Concorrência com reserva de vagas) e modalidade II (Concorrência sem reserva de vagas), neste Processo Seletivo, estão especificados no quadro 09:

Cursos	Cidade (Pólo)	Vagas do Curso					Código de Inscrição
		Vagas totais	Sistema Universal	Vagas Reservadas			
				ADC*	EEPC**	PD/I***	
Ciências Biológicas	Almenara	35	19	7	7	2	1
Ciências Biológicas	Carlos Chagas	35	19	7	7	2	2
Ciências Biológicas	Francisco Sá	35	19	7	7	2	3
Ciências Biológicas	Ipanema	35	19	7	7	2	4
Ciências Biológicas	Janaúba	35	19	7	7	2	5
Ciências Biológicas	Lagoa Santa	35	19	7	7	2	6
Ciências Biológicas	Mantena	35	19	7	7	2	7
Ciências Sociais	Francisco Sá	50	27	10	10	3	8
Ciências Sociais	Itamarandiba	50	27	10	10	3	9
Ciências Sociais	Janaúba	50	27	10	10	3	10
Ciências Sociais	São João da Ponte	50	27	10	10	3	11
Letras/Espanhol	Carlos Chagas	50	27	10	10	3	12
Letras/Português	Cristália	50	27	10	10	3	14
Letras/Português	Francisco Sá	50	27	10	10	3	15
Letras/Português	Pedra Azul	50	27	10	10	3	16
Letras/Português	Uruçua	50	27	10	10	3	17
Letras/Inglês	Itamarandiba	50	27	10	10	3	18
Letras/Inglês	Janaúba	50	27	10	10	3	19
Letras/Inglês	Mantena	50	27	10	10	3	20
Letras/Inglês	São João da Ponte	25	13	5	6	1	21
Pedagogia	Almenara	50	27	10	10	3	22
Pedagogia	Buritzeiro	50	27	10	10	3	23
Pedagogia	Cristália	50	27	10	10	3	24
Pedagogia	Pedra Azul	50	27	10	10	3	25
Pedagogia	São João da Ponte	50	27	10	10	3	26
Pedagogia	Uruçua	50	27	10	10	3	27
Geografia	Itamarandiba	40	22	8	8	2	28
Geografia	Janaúba	40	22	8	8	2	29
Geografia	Pompeu	40	22	8	8	2	30
Artes Visuais	Almenara	50	27	10	10	3	31
Artes Visuais	Buritzeiro	50	27	10	10	3	32
Artes Visuais	Lagoa Santa	50	27	10	10	3	33
Artes Visuais	Uruçua	50	27	10	10	3	34
História	Itamarandiba	50	27	10	10	3	35
História	Pedra Azul	50	27	10	10	3	36
História	Buritzeiro	50	27	10	10	3	37
Letras Espanhol	Janaúba	50	27	10	10	3	38
<b>TOTAL DE VAGAS</b>		<b>1.690</b>	<b>914</b>	<b>338</b>	<b>339</b>	<b>99</b>	
					<b>776</b>		

\* ADC – Afro-descendente, carente; \*\* EEPC – Egresso da Escola Pública, carente; \*\*\* PD/I – Portador de Deficiência e Indígena

Quadro 09 – Distribuição de Vagas – Processo Seletivo 1/2008

Fonte: Edital COTEC/UNIMONTES 2008.

O Edital 2008 do Processo Seletivo 1/2008 estabelece que o portador de necessidades especiais, que necessita de tratamento especial, deve especificar os meios necessários de que precisa para a realização das provas. As provas foram realizadas no dia 14/09/2008, em cada cidade onde seriam ofertados os cursos. Os candidatos foram

submetidos a provas de múltipla escolha e disciplinas específicas da área do curso, conforme dados apresentados no quadro 10:

PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA					
CURSO	Disciplinas	N.º de Questões	Peso	Pontos	Total
Ciências Biológicas	Língua Portuguesa	20	5		
	Química	15	4	60	
	Biologia	15	4	60	
História Artes Visuais Ciências Sociais Geografia História Letras Espanhol Letras Inglês Letras Português Pedagogia Geografia	Língua Portuguesa	20	5	100	220
	Historia	15	4	60	
	Geografia	15	4	60	

Quadro 10 – Provas de múltipla escolha previstas no Edital COTEC/UNIMONTES1/2008

Fonte: Edital COTEC/2008

O processo seletivo teve caráter eliminatório e classificatório. A classificação final resulta da soma dos pontos obtidos nas Provas de Múltipla Escolha, já computados os pesos, perfazendo o máximo de 220 pontos. Na apuração dos pontos obtidos nas Provas de Múltipla Escolha, foi eliminado o candidato que obteve menos de 20% do somatório dos pontos totais dessas provas, após a computação dos pesos, apresentou resultado zero em qualquer uma das provas e/ou faltou a qualquer uma das provas. Em relação à classificação no processo seletivo:

- Os candidatos foram classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos. Sendo realizada, primeiramente, a classificação dos candidatos do Sistema de Reserva de Vagas até o limite de vagas reservadas, por categoria e por curso. Em caso de empate entre os concorrentes à última vaga reservada, esta foi ocupada pelo candidato mais carente,
- Os candidatos de cada categoria do Sistema de Reserva de Vagas, que não foram classificados no limite das vagas reservadas para cada categoria, participaram de duas listas: da lista de espera, por categoria, e da lista de Classificação Geral do Processo Seletivo.
- Em caso de não haver candidatos de cada categoria do Sistema de Reserva de Vagas, aprovados em quantidade suficiente para preencher as vagas reservadas, as vagas remanescentes seriam acrescidas às vagas do Sistema Universal, na Classificação Geral do Processo Seletivo.

- Após a classificação dos candidatos do Sistema de Reserva de Vagas, por categoria e no limite de vagas reservadas, foi realizada a Classificação Geral do Processo Seletivo, por curso, composta pelos candidatos do Sistema Universal e pelos candidatos do Sistema de Reserva de Vagas que não foram classificados no limite das vagas reservadas.
- A lista de classificação geral, por curso, desmembrada em duas listas: candidatos classificados até o limite de vagas e candidatos da lista de espera.
- Em caso de empate no resultado das provas, prevaleceu, sucessivamente, para efeito de classificação final, os seguintes critérios: O maior número de pontos obtidos no somatório dos pontos das Provas Específicas do curso, O maior número de pontos obtidos na Prova de Língua Portuguesa e o mais idoso.

O Anexo I Edital do Processo Seletivo para Cursos de Licenciatura Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB/2008 apresenta as Informações sobre o Sistema de Reserva de Vagas. A participação do candidato no Sistema de Reserva de Vagas, no Processo Seletivo, não implica desconto ou isenção da taxa de inscrição. É vedada a inscrição de um mesmo candidato em mais de uma das categorias definidas no Sistema de Reserva de Vagas. Os candidatos que concorrem na modalidade Sistema de Reserva de Vagas são submetidos às mesmas condições que os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas e à pontuação mínima exigida para aprovação. A participação do candidato no Sistema de Reserva de Vagas está sujeita à validação da condição do candidato, pela Comissão Técnica de Concursos – COTEC.

Para participar do Sistema de Reserva de Vagas, o candidato tem que fazer uma pré-inscrição. Na inscrição, o candidato deve entregar a documentação comprobatória exigida para participação no Sistema de Reserva de Vagas, de acordo com cada categoria. O candidato que se declara indígena ou afrodescendente deve assinar a declaração que consta no Questionário de Avaliação. A análise da condição de carência é realizada por uma Comissão Especial. A avaliação da situação socioeconômica declarada pelo candidato é realizada com base nos dados constantes na Ficha de Inscrição e na documentação. Os candidatos terão garantia de sigilo em relação a toda a documentação apresentada. É considerado carente, para o Sistema de Reserva de Vagas, o candidato que comprova, renda familiar mensal *per capita* de até 1 (um) salário-mínimo (valor em vigência no mês de julho/2008).

O requerimento do candidato será indeferido, previamente, se o candidato não assinar a declaração de que é Afrodescendente ou Indígena, no caso dos candidatos dessas categorias, não assinar a declaração de que é carente, não comprovar ter cursado todo o Ensino Médio em escola pública e não apresentar a documentação comprobatória

exigida, no caso dos candidatos da categoria Egresso da Escola Pública, carente ou omitir informações e/ou der informações inverídicas, bem como fraudar e/ou falsificar documentos e ter enviado o envelope com a documentação fora do prazo determinado. Os requerentes terão garantia de sigilo em relação a toda a documentação apresentada. A verificação da carência financeira, dos candidatos concorrentes nas categorias Afrodescendente, carente, e Egresso da Escola Pública, carente, poderá ser feita em qualquer momento, inclusive após a matrícula do candidato aprovado neste Processo Seletivo.

Em relação à forma de ingresso dos estudantes, nos cursos de licenciatura e bacharelado na modalidade presencial na UNIMONTES, pode-se verificar que o Edital do Processo Seletivo 2/2008 facultou, ao candidato, a inscrição, no Grupo I e/ou Grupo II, em uma das seguintes modalidades:

- Modalidade I – Concorrência com reserva de vagas em uma das seguintes categorias:
  - a) Afrodescendente, carente.
  - b) Egresso da escola pública, carente.
  - c) Portador de deficiência.
  - d) Indígena.
- Modalidade II – Concorrência sem reserva de vagas (Sistema Universal).
- Modalidade III – Treinante (participação sem aproveitamento de pontos).

De acordo com o Edital do Processo Seletivo 2/2008 da UNIMONTES, nos cursos presenciais ofertados no Campus sede desta universidade e demais Campus localizados nos municípios Almenara, Janaúba, Januária, Pirapora e Unai, são observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.259, de 27/7/2004, que institui o Sistema de Reserva de Vagas para grupos específicos de candidatos será destinada 20% das vagas para afrodescendentes carentes, 20% por egressos de escolas públicas carentes, e 5% por portadores de deficiência e indígenas o candidato, totalizando 45% das vagas ofertados no processo seletivo. Para inscrever-se na Modalidade I, categoria Afrodescendente, carente e categoria Egresso da Escola Pública, carente, o candidato deve, obrigatoriamente, fazer sua pré-inscrição no Sistema de Reserva de Vagas e não está isento da taxa de inscrição, podendo participar, também, do Programa Socioeconômico. Somente são isentos da taxa de inscrição os candidatos considerados sem condições de arcar com essa despesa, de acordo com a conclusão da Comissão Especial do Programa Socioeconômico.

Aos candidatos que comprovarem não ter condição financeira de pagar a taxa de inscrição. Poderão ser concedidas até 150 (cento e cinquenta) isenções do pagamento de inscrição, em atendimento ao disposto no Art. 4º da Lei Estadual nº 15.150, de 1/6/2004.

Os percentuais de vagas reservadas em cada curso de graduação, para cada modalidade, neste Processo Seletivo, estão especificados no quadro 11:

Cidades onde os Cursos serão ministrados	Código do Curso	Curso	Turno	Vagas do Curso		Vagas oferecidas neste Processo Seletivo				Licenciatura ou Bacharelado	
						PAES <sup>1</sup>	Tradicional	Vagas Sistema Universal	Vagas Reservadas <sup>2</sup>		
				ADC*	EEPC**				PD/I***		
ALMENARA	63	Pedagogia	Noturno	10	25	9	7	7	2	Licenciatura	
JANAUBA	03	Agronomia	Diurno	8	20	7	6	6	1	Bacharelado	
JANUÁRIA	65	Pedagogia	Noturno	10	25	9	7	7	2	Licenciatura	
MONTES CLAROS	07	Ciências Contábeis	Diurno	10	25	9	7	7	2	Bacharelado	
	09	Ciências Econômicas	Diurno	10	25	9	7	7	2	Bacharelado	
	12	Direito	Diurno	8	20	7	6	6	1	Bacharelado	
	72	Educação Física	Diurno	6	15	6	4	4	1	Bacharelado	
	16	Enfermagem	Diurno	8	20	7	6	6	1	Bacharelado	
	50	Geografia	Diurno	10	25	9	7	7	2	Licenciatura	
	21	Letras/Espanhol	Diurno	10	25	9	7	7	2	Licenciatura	
	51	Matemática	Diurno	10	25	9	7	7	2	Licenciatura	
29	Odontologia	Integral	7	17	6	5	5	1	Bacharelado		
PIRAPORA	32	Pedagogia	Noturno	10	25	9	7	7	2	Licenciatura	
UNAI	66	Ciências Biológicas	Noturno	10	25	9	7	7	2	Licenciatura	
				TOTAL	127	317	114	90	90	23	
				TOTAL DE VAGAS DO CURSO		317					

\* ADC – Afro-descendente, carente

\*\* EEPC – Egresso da Escola Pública, carente

\*\*\* PD/I – Portador de Deficiência e Indígena

Quadro 11: Distribuição de Vagas e Cursos – Processo Seletivo 1/2008

Fonte: Edital do Processo Seletivo 1/2008 – COTEC/UNIMONTES.

No processo seletivo 1/2008 da UNIMONTES, observa-se no quadro 11, que, além das vagas ofertadas pelo Sistema Universal e o Sistema de Reserva de Vagas, são acrescentadas vagas adicionais em cada campus, destinadas aos candidatos aprovados previamente no Sistema de Reserva de Vagas. De acordo com os dados disponibilizados, no endereço eletrônico da COTEC UNIMONTES, o PAES, Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior da UNIMONTES, é um tipo de processo seletivo alternativo, dividido em três etapas, sendo realizada uma etapa a cada ano e é voltado, especificamente, para alunos que estão cursando o Ensino Médio. O PAES é realizado, anualmente, no segundo semestre. Os processos seletivos para os cursos modulares e para cursos sequenciais, por serem realizados mediante convênio, não têm, portanto, data prevista para serem realizados.

O Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior- PAES foi implantado pela Universidade Estadual de Montes Claros, em 1998, visando oferecer aos alunos do Ensino Médio outra possibilidade de ingressar na UNIMONTES: o candidato ao PAES se inscreve, voluntariamente, a partir do 1ª ano do Ensino Médio; todos os alunos que estejam matriculados no Ensino Médio, da rede pública ou privada, podem participar do programa, na modalidade regular de três ou quatro anos completos; o candidato pode ingressar na Universidade diretamente do Ensino Médio, tornando-se desnecessário o

vestibular normal, caso se classifique dentro do limite de vagas; o candidato recebe, anualmente, um boletim informativo sobre o seu desempenho; o número de vagas adicionais (40% em cada curso) é destinado especialmente aos candidatos do PAES; o candidato somente poderá se inscrever em uma etapa de cada vez. O candidato que repetir a série fica excluído do Programa de Avaliação Seriada; o candidato que deixar de participar de qualquer uma das etapas desliga-se, definitivamente, do programa.

O candidato realiza provas objetivas de todas as disciplinas, nas três etapas do ensino médio. Na 3ª Etapa, além das provas objetivas, o candidato realiza uma prova discursiva de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Redação. Para todos os cursos, classifica-se aquele que obtiver o mínimo de 30% dos pontos distribuídos nas três etapas, observando-se a ordem, segundo o número de pontos obtidos. A cada etapa, o aluno deve renovar a sua inscrição, para continuar participando do PAES. Somente na 3ª Etapa, o candidato faz opção por um dos cursos da UNIMONTES e o candidato do PAES pode participar, também, dos processos seletivos tradicionais desta instituição.

O Edital (1/2008) estabelece, ainda, que o processo seletivo terá caráter eliminatório e classificatório. Os candidatos serão submetidos a Provas de Múltipla Escolha das disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, comum a todos os cursos, provas específicas do curso, Língua Estrangeira e Prova de Redação, conforme especificado no quadro 12, a seguir:

CURSOS	Provas de Múltipla Escolha			Prova de Redação (Pontos)
	Disciplina	N.º de Questões	Pontos	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agronomia</li> <li>• Ciências Biológicas</li> <li>• Educação Física</li> <li>• Enfermagem</li> <li>• Medicina</li> <li>• Odontologia</li> <li>• Zootecnia</li> </ul>	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	20	80	20
	Química	15	45	
	Biologia	15	45	
	Língua Estrangeira	10	30	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Matemática</li> <li>• Sistemas de Informação</li> </ul>	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	20	80	20
	Matemática	15	45	
	Física	15	45	
	Língua Estrangeira	10	30	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências Sociais</li> <li>• Direito</li> <li>• Geografia</li> <li>• História</li> <li>• Letras/Espanhol</li> <li>• Letras/Português</li> <li>• Pedagogia</li> </ul>	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	20	80	20
	História	15	45	
	Geografia	15	45	
	Língua Estrangeira	10	30	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências Contábeis</li> <li>• Ciências Econômicas</li> <li>• Administração</li> </ul>	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	20	80	20
	História	15	45	
	Matemática	15	45	
	Língua Estrangeira	10	30	

Quadro 12 – Provas de Múltipla Escolha – PAES/UNIMONTES 2008

Fonte: COTEC 2008. Disponível em [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br). Acesso em 25/05/2013.

A classificação final resulta da soma dos pontos das Provas de Múltipla Escolha, já computados os pesos com os pontos da Prova de Redação, perfazendo o máximo de 220 pontos. Os candidatos da Modalidade I são classificados até o limite de vagas reservadas,

por categoria. Em caso de empate, entre os concorrentes à última vaga reservada, esta é ocupada pelo candidato mais carente, de acordo com análise da COTEC, de acordo com a documentação apresentada pelos candidatos no Programa Socioeconômico da UNIMONTES. Os candidatos, de cada categoria da Modalidade I (concorrência com reserva de vagas), que não foram classificados no limite das vagas reservadas para cada categoria, participam de duas listas: da lista de espera, por categoria e da lista de Classificação Geral. Em caso de não haver candidatos de cada categoria da Modalidade I, aprovados em quantidade suficiente para preencher as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão acrescidas às vagas da Modalidade II (concorrência em reserva de vagas), na Classificação Geral.

De acordo com os dados obtidos, a partir da análise dos editais de processos seletivos da UNIMONTES /2008, pode-se constatar que, em relação aos cursos ofertados na modalidade presencial e a distância, houve diferenças nos aspectos referentes as modalidades de ingresso, isenção de taxa de inscrição e provas realizadas no vestibular. O vestibular da UNIMONTES, para ingresso nos cursos de licenciatura a distância, ofertados pela UAB, contemplou provas de múltipla escolha, com a disciplina Língua Portuguesa comum a todos os cursos e disciplinas específicas da área do curso. O que o difere do vestibular para ingresso nos cursos na modalidade presencial, da UNIMONTES, que contempla provas de múltipla escolha com as disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, comum a todos os cursos, provas específicas do curso, Língua Estrangeira e Prova de Redação.

No segundo Processo Seletivo para Cursos de Licenciatura na Modalidade Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil /UAB, na UNIMONTES, por meio do Edital 1/2013, foi divulgado a realização de processo seletivo para ingresso nos Cursos de Licenciatura, na modalidade Educação a Distância, em parceria com os Municípios de Almenara, Buritizeiro, Carlos Chagas, Cristália, Francisco Sá, Itamarandiba, Janaúba, Januária, Lagoa Santa, Mantena, Pedra Azul, Pompeu, São João da Ponte e Uruçuaia, participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, instituído pelo Ministério da Educação, Processo n.º 23038.006571/2012-78, Convênio 777126/2012, publicado no Diário Oficial da União em 30/1/2013.

Em relação à forma de ingresso dos estudantes nos cursos Licenciatura na Modalidade Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil/UAB, pode-se verificar que o Edital do Processo Seletivo 1/2013 facultou ao candidato, uma das seguintes condições:

- VAGAS GERAIS:/Sistema Universal: destinadas a pessoas que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que desejam a formação superior para atuar na educação básica, por meio de um dos cursos de licenciatura ofertados;
- VAGAS DO PARFOR: no âmbito de ação do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica/ PARFOR, são vagas destinadas, exclusivamente, para os professores em exercício na rede pública da educação básica que desejam formação superior em um dos cursos ofertados neste Edital e já estão previamente cadastrados na “Plataforma Paulo Freire”.
- VAGAS RESERVADAS: concorrência com reserva de vagas, em uma das seguintes categorias:
  - a) Afrodescendente, carente;
  - b) Egresso da escola pública, carente;
  - c) Portador de deficiência;
  - d) Indígena.

A participação do candidato, no Sistema de Reserva de Vagas, está sujeita à validação de sua condição, pela UNIMONTES /COTEC, que verificará a documentação apresentada e se foram cumpridas e comprovadas todas as condições e requisitos estabelecidos no Edital. Quanto às exigências básicas sobre a participação no curso em Educação a Distância: O candidato deverá possuir conhecimento básico em informática, o candidato que for aprovado neste processo seletivo e for devidamente matriculado no curso deverá estar presente, na fase presencial, no Polo ao qual se inscreveu, para participar das atividades presenciais programadas, seminários, inclusive para realização das avaliações. As atividades presenciais programadas serão realizadas, preferencialmente, em finais de semana e/ou períodos de férias escolares e constarão da agenda de cada módulo do curso. Avaliações em 2.<sup>a</sup> oportunidade, quando requeridas e deferidas, serão realizadas em Montes Claros-MG, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro. Caberá ao aluno assumir, para frequentar as atividades presenciais ou fazer avaliações, todas as despesas necessárias para a sua manutenção no curso, não se responsabilizando a UNIMONTES ou o município polo por tais despesas.

As inscrições foram realizadas somente pela internet, no endereço eletrônico [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br), mediante pagamento da taxa de inscrição, no período entre 9h do dia 15/4/2013 e 18h do dia 14/5/2013. A inscrição em vagas do Parfor, no período entre 9h do dia 15/4/2013 e 18h do dia 14/5/2013, somente para o professor em exercício na rede pública da educação básica e que estivesse cadastrado na Plataforma Paulo Freire. A inscrição deveria ser feita para o mesmo curso/Polo que o professor tivesse optado, quando realizou a pré-inscrição nesta Plataforma. Portanto, não poderia optar por curso diferente

daquele indicado nessa Plataforma Freira. A inscrição no Sistema de Reserva de Vagas foi feita no o período entre 9h do dia 15/4/2013 e 18h do dia 30/4/2013. Em relação ao tratamento especial, o candidato que necessitasse de tratamento especial, deveria especificar os meios necessários de que precisasse para a realização das provas.

Neste processo seletivo, foram oferecidas 1.800 (mil e oitocentas) vagas para os Cursos de Licenciatura da UNIMONTES, na modalidade Educação a Distância, Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB, conforme discriminado no Quadro II, observando-se as disposições da Lei Estadual n.º 15.259, de 27/7/2004, que instituiu o Sistema de Reserva de Vagas nesta Universidade e da Portaria Normativa n.º 9, de 30/6/2009, que institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. O próximo quadro informa a distribuição de vagas registradas no Edital 01/2013:

Cursos	Cidade (Polo)	VAGAS TOTAIS	VAGAS DO PARFOR <sup>1</sup>	VAGAS GERAIS	DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS GERAIS				Código de Inscrição
					Sistema Universal	Vagas Reservadas			
					ADC*	EEPC**	PD/I***		
Ciências da Religião	Almenara	50	11	39	21	8	8	2	1
	Janaúba	50	12	38	20	8	8	2	2
	Lagoa Santa	50	30	20	11	4	4	1	3
	Pedra Azul	50	6	44	24	9	9	2	4
	Pompéu	50	29	21	12	4	4	1	5
Ciências Sociais	Francisco Sá	50	23	27	15	5	6	1	6
	Itamarandiba	50	13	37	20	7	8	2	7
	São João da Ponte	50	4	46	25	9	10	2	8
Educação Física	Cristália	50	13	37	20	7	8	2	9
	Janaúba	50	30	20	11	4	4	1	10
	Pedra Azul	50	9	41	23	8	8	2	11
	Pompéu	50	18	32	18	6	6	2	12
	Urucuaia	50	15	35	19	7	7	2	13
Geografia	Itamarandiba	50	6	44	24	9	9	2	14
	Pompéu	50	14	36	20	7	7	2	15
História	Almenara	50	13	37	20	7	8	2	16
	Carlos Chagas	50	6	44	24	9	9	2	17
	Cristália	50	3	47	26	9	10	2	18
	Urucuaia	50	1	49	27	10	10	2	19
Letras Espanhol	Almenara	50	17	33	17	7	7	2	20
	Carlos Chagas	50	8	42	23	8	9	2	21
	Januária	50	7	43	23	9	9	2	22
	Mantena	50	1	49	27	10	10	2	23
Letras Inglês	Almenara	50	12	38	20	8	8	2	24
	Itamarandiba	50	4	46	25	9	10	2	25
	Janaúba	50	7	43	23	9	9	2	26
Letras Português	Buritizinho	50	9	41	23	8	8	2	27
	Cristália	50	1	49	27	10	10	2	28
	Francisco Sá	50	26	24	13	5	5	1	29
	Itamarandiba	50	4	46	25	9	10	2	30
	Pedra Azul	50	30	20	11	4	4	1	31
Pedagogia	Carlos Chagas	50	22	28	15	6	6	1	32
	Janaúba	50	30	20	11	4	4	1	33
	Januária	50	-	50	27	10	10	3	34
	Pedra Azul	50	25	25	14	5	5	1	35
	Pompéu	50	30	20	11	4	4	1	36
<b>TOTAL DE VAGAS</b>		<b>1.800</b>	<b>489</b>	<b>1.311</b>	<b>715</b>	<b>262</b>	<b>271</b>	<b>63</b>	
			<b>1.800</b>			<b>1.311</b>			

Legenda:

<sup>1</sup> PARFOR – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

\* ADC – Afro-descendente, carente; \*\* EEPC – Egresso da Escola Pública, carente; \*\*\* PD/I – Portador de Deficiência e Indígena

Quadro 13 – Distribuição de Cursos e Vagas/UNIMONTES – UAB 2013

Fonte: COTEC/ 2013. Disponível em [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br) Acesso em 25/05/2013

O segundo processo seletivo dos cursos a distância, realizado no ano de 2013, em relação Processo Seletivo 1/2008, facultou ao candidato inscrever-se pelo Sistema de Reserva de Vagas, Sistema Universal e pelo PARFOR, de acordo com critérios estabelecidos no edital e em conformidade com a legislação vigente para cada modalidade de ingresso na universidade. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica PARFOR<sup>29</sup> foi instituído pelo Decreto 6.775, em 29 de janeiro de 2009 e tem, como

<sup>29</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em 20/11/2012.

objetivo principal, garantir que os professores, em exercício na rede pública de educação básica, obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, por meio da implantação de turmas especiais, exclusivas para os professores em exercício. O Decreto estabelece, em seu art 3º, os objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

- I- promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;
- II- apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior;
- III- promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior;
- IV- identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério;
- V- promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;
- VI- ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial;
- VII- ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social;
- VIII- promover a formação de professores na perspectiva da educação integral, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental e das relações étnico-raciais, com vistas à construção de ambiente escolar inclusivo e cooperativo;
- IX- promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e
- X- promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais. (BRASIL, 2009).

OPARFOR foi implantado em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, municípios, o Distrito Federal, as Instituições de Educação Superior/IES e, também, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. Por meio da Plataforma Freire<sup>30</sup>, o programa fomenta a oferta cursos de primeira licenciatura para docentes em exercício na rede pública da educação básica, que não tenham formação superior; Segunda Licenciatura, para os docentes que possuem formação em licenciatura, mas atuam em área distinta desta formação; e Formação pedagógica, para docentes graduados e não licenciados, que se encontram em exercício na rede pública da educação básica. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES foi delegada a

---

<sup>30</sup> A Plataforma Freire é o sistema eletrônico que realiza a gestão e o acompanhamento do Parfor, destinado ao processo de pré-inscrição dos professores de educação básica da rede pública, já em exercício no magistério, nos cursos de Licenciaturas validados em cada IES.

responsabilidade pela indução, fomento e avaliação dos cursos, no âmbito do PARFOR, nas modalidades presencial e a distância.

Em relação a características, duração, carga horária e período de realização dos cursos de licenciaturas, ofertados na Modalidade de Educação a Distância / UAB:

- cada Polo de apoio presencial disponibilizará laboratório de informática para uso dos cursistas, com agendamento prévio junto aos tutores presenciais;
- o início dos cursos, em cada Polo, previsto, no Edital 01/2013, para agosto/2013, dependeria do cumprimento, pela Prefeitura local, de todas as exigências nos termos do Edital de Seleção UAB n.º 01/2006- SEED/MEC/2006/2007;
- os cursos são gratuitos, sendo financiados pelo Ministério da Educação, através de sua Secretaria de Educação a Distância/SEE e executados e administrados pela UNIMONTES;
- o regime de matrícula é semestral. Assim, a matrícula deverá ser renovada a cada semestre. Será exigida a frequência mínima de 75% nas atividades presenciais em cada disciplina;
- eventuais cumprimentos de dependências acontecerão em conformidade com o projeto do curso e as mesmas serão realizadas, em Montes Claros.

O Processo Seletivo teve caráter eliminatório e classificatório. Os candidatos foram submetidos a Provas de Múltipla Escolha de Língua Portuguesa e disciplinas específicas da área do curso. O processo seletivo constou de Provas de Múltipla Escolha, especificadas no Quadro 14:

CURSOS	PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA				
	Disciplinas	N.º de Questões	Peso	Pontos	Total
Educação Física	Língua Portuguesa	20	5	100	220
	Química	10	5	50	
	Biologia	10	5	50	
	Filosofia	4	2,5	10	
	Sociologia	4	2,5	10	
Ciências da Religião Ciências Sociais Geografia História Letras Espanhol Letras Inglês Letras Português Pedagogia	Língua Portuguesa	20	5	100	220
	História	10	5	50	
	Geografia	10	5	50	
	Filosofia	4	2,5	10	
	Sociologia	4	2,5	10	

Quadro 14 – Especificação das Provas de Múltipla Escolha – Processo Seletivo 1/2013  
Fonte: www.cotec.unimontes.br Acesso em 25/05/2013.

As provas foram aplicadas em Almenara, Buritizeiro, Carlos Chagas, Cristália, Francisco Sá, Itamarandiba, Janaúba, Januária, Lagoa Santa, Mantena, Pedra Azul, Pompeu, São João da Ponte e Uruçua.. O candidato indicou, na Ficha de Inscrição, a cidade onde desejava fazer as Provas. A cidade escolhida para realização das Provas poderia ser diferente da cidade (Polo regional) em que será realizado o curso. O candidato poderia obter, nas Provas de Múltipla Escolha, depois de computados os pesos de cada prova, no máximo, 220 pontos. Ocorrendo empate na última classificação, prevaleceriam, sucessivamente, para efeito de classificação final, os seguintes critérios: o maior número de pontos obtidos no somatório dos pontos das Provas Específicas do curso, o maior número de pontos obtidos na Prova de Língua Portuguesa e mais idoso.

Observa-se que houve alteração no edital, em relação ao Processo Seletivo 1/2008, dos cursos de licenciatura a distância, quanto à prova de múltipla escolha, que contemplou a disciplina de Língua Portuguesa comum a todos os cursos, bem como disciplinas específicas da área do curso. Na segunda oferta dos cursos, as provas de múltipla escolha foram relativas às disciplinas de Língua Portuguesa, Sociologia e Filosofia e disciplinas específicas de cada curso.

Na apuração dos pontos obtidos, nas Provas de Múltipla Escolha, foram eliminados os candidatos que: Obtiveram menos de 20% do somatório dos pontos totais dessas provas e, após a computação dos pesos, apresentaram resultado zero em qualquer ou faltaram a qualquer uma das provas. No que se refere às Vagas Gerais, foi feita, primeiramente, a classificação dos candidatos do Sistema de Reserva de Vagas até o limite de vagas reservadas, por categoria e por curso. Em caso de empate, entre os concorrentes à última vaga reservada, esta seria ocupada pelo candidato mais carente, de acordo com análise da COTEC, à vista da documentação apresentada pelos candidatos no Sistema de Reserva de Vagas.

Em caso de não haver candidatos de cada categoria do Sistema de Reserva de Vagas, aprovados em quantidade suficiente para preencher as vagas reservadas em um dos cursos, as vagas remanescentes seriam acrescidas às Vagas Gerais (Sistema Universal) na classificação deste Processo Seletivo. Em caso de não haver candidatos das Vagas do PARFOR, aprovados em quantidade suficiente para preencher as vagas de um dos cursos, as vagas remanescentes seriam acrescidas às Vagas Gerais (Sistema Universal), na classificação deste Processo Seletivo. A lista de classificação geral, por curso, foi desmembrada em duas listas: candidatos classificados até o limite de vagas e candidatos da lista de espera.

O resultado final do Processo Seletivo considerou o somatório dos pontos obtidos nas Provas de Múltipla Escolha e incluiu os candidatos do Sistema Universal e do

Sistema de Reserva de Vagas – por categoria, conforme a classificação e normas deste Edital. O candidato classificado, neste Processo Seletivo e que estivesse matriculado em outro curso de graduação, da UNIMONTES, deveria, no ato do cadastro e matrícula, optar, formalmente, por um dos dois cursos, pois não poderia ficar matriculado em mais de um curso na UNIMONTES.

### 3.5 O Curso de Pedagogia: Uma Análise do processo seletivo do Curso, na modalidade presencial e a distância, na UNIMONTES.

Em relação ao curso de Pedagogia, ofertado pela UNIMONTES-UAB, o Edital do Processo Seletivo para Cursos de Licenciatura Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil – UAB/2008 facultou ao candidato fazer a inscrição no Sistema Universal e/ou por meio do Sistema de Reserva de Vagas, sendo estabelecidas as vagas do curso de Pedagogia por modalidade, conforme quadro abaixo:

Cidade (Polo)	Vagas do Curso				
	Vagas Totais	Sistema Universal	Vagas Reservadas		
			ADC*	EEPC**	PD/I*
ALMENARA	50	27	10	10	3
BURITIZEIRO	50	27	10	10	3
CRISTALIA	50	27	10	10	3
SÃO JOÃO DA PONTE	50	27	10	10	3
PEDRA AZUL	50	27	10	10	3
URUCUIA	50	27	10	10	3

\* ADC – Afrodescendente, carente; \*\* EEPC – Egresso da Escola Pública, carente; \*\*\* PD/I – Portador de Deficiência e Indígena

Quadro 15 – Distribuição de Vagas – Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB

Fonte: Secretaria Geral UNIMONTES – 2008/2009

No resultado final do processo seletivo, divulgado no site da COTEC, pode-se constatar que o número de candidatos aprovados na modalidade I (concorrência com reserva de vagas) é inferior a quantidade de vagas reservadas no curso. Pode-se observar que, dos 45% das vagas ofertadas na modalidade I, apenas 6,3% foram preenchidas pelos candidatos afrodescendentes carentes e egressos de escola pública, sendo que, na categoria portador de deficiência e indígena, não houve nenhuma inscrição.

Das 302 vagas, ofertadas no processo seletivo, para o curso de Pedagogia, 21 vagas foram preenchidas pelos estudantes cotistas. As vagas que não foram preenchidas, na Modalidade I, foram acrescidas – às vagas da Modalidade II, concorrência sem reserva de

vagas. O quadro 16 demonstra a proporção de estudantes ingressantes por cotas, para afrodescendente carente, egresso de escola pública carente, em relação ao total de ingressantes sem cotas no curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB – 2008:

POLO	AFRODESCENDENTE CARENTE		EGRESSO DE ESCOLA PÚBLICA CARENTE		SISTEMA UNIVERSAL		TOTAL
	Total de Inscrição	Aprovados	Total de Inscrição	Aprovados	Total de Inscrição	Aprovados	
ALMENARA	-	-	03	03	239	48	51
BURITIZEIRO	07	07	01	01	433	42	50
CRISTALIA	02	02	03	02	135	46	50
SÃO JOÃO DA PONTE	03	03	01	01	286	47	51
PEDRA AZUL	-	-	02	02	267	48	50
URUCUIA	-	-	-	-	282	50	50
TOTAL	12	12	10	09	1644	281	302

Quadro 16 – Total de inscritos e aprovados no curso de Pedagogia/UAB-UNIMONTES, por modalidade

Fonte: Secretaria Geral/UNIMONTES – 2008/2009

O número de inscritos, na modalidade Reserva de Vagas, foi inferior ao número de vagas ofertadas pela universidade, sendo que não houve inscrições, neste processo seletivo, na Categoria Portador de Deficiência e Indígena e, no polo do município de Urucuiá, os candidatos concorreram às vagas somente pelo Sistema Universal. Verifica-se que a maioria dos ingressantes, no curso de Pedagogia, foram aprovados pelo Sistema Universal, totalizando (93,1%), enquanto 12 candidatos aprovados pertencem à Categoria de Afrodescendentes (3,9%), seguida dos alunos Egressos das Escolas Públicas, com 09 candidatos aprovados (2,9%) e nenhum candidato inscrito na Categoria Portadores de Deficiências. Observa-se que apenas um candidato inscrito no Sistema de Cotas não foi aprovado no vestibular. Os candidatos cotistas não tiveram que disputar vaga com outros candidatos, enquanto que os candidatos do Sistema Universal que concorreram a uma vaga foram, em média, 05 candidatos.

A adoção do Sistema de Reserva de Vagas ainda encontra resistências na universidade, até mesmo por parte dos candidatos que se enquadram no perfil estabelecido, mas que preferem se inscrever no Sistema Universal e, muitas vezes, por falta de informação quanto a adoção do sistema de vagas, nos Cursos de Licenciatura Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil – UAB, mediante observância da Lei Estadual 15.259, de 27/07/2004 e Resolução nº 104 – CEPEX/2004, que define a reserva de vagas para os cursos de graduação presencial e a distância na UNIMONTES. Muitos

estudantes não participam do processo seletivo por receio da alta competitividade e/ou por desconhecimento das modalidades de ingresso na universidade.

POLO	AFRODESCENDENTE CARENTE		EGRESSO DE ESCOLA PUBLICA CARENTE		SISTEMA UNIVERSAL	
	Nota Mínima	Nota Máxima	Nota Mínima	Nota Máxima	Nota Mínima	Nota Máxima
ALMENARA	-	-	63,00	102,00	99,00	157,00
BURITIZEIRO	68,00	98,00	-	107,00	106,00	162,00
CRISTÁLIA	77,00	100,00	-	-	77,00	128,00
SÃO JOÃO DA PONTE	61,00	79,00	-	95,00	99,00	137,00
PEDRA AZUL	-	-	60,00	82,00	88,00	129,00
URUCUIA	-	-	-	-	77,00	131,00

Quadro 17 – Nota mínima e máxima obtidas pelos estudantes no Sistema de Reserva de Vagas por categoria e Sistema Universal – Pedagogia/UAB-2008  
Fonte: Secretaria Geral UNIMONTES

Na comparação da nota mínima e máxima, obtidas pelos estudantes cotistas e não cotistas, do curso de Pedagogia a distância, pode-se verificar que a nota mínima, do cotista aprovado, foi de 68,00, enquanto que a nota mínima dos estudantes aprovados no Sistema Universal foi 77,00; perfazendo a diferença de 09 pontos. A nota máxima dos estudantes cotistas foi 102,00 pontos e dos aprovados pelo Sistema Universal foi 162,00; perfazendo a diferença de 60 pontos. Verifica-se que alguns candidatos cotistas não conseguiriam a aprovação no Sistema Universal, devido à competitividade e o número de inscritos nesta modalidade, o que comprova a efetividade do Sistema de Cotas quanto ao ingresso na universidade e evidencia a importância da adoção de Políticas de Ações Afirmativas nas universidades.

De acordo com Menezes (2001, p.27), as ações afirmativas constituem-se “medidas especiais que buscam eliminar os desequilíbrios existentes entre determinadas categorias sociais até que sejam neutralizados, o que se realiza por meio de providências efetivas em favor das categorias que se encontram em posições desvantajosas.” Nesse sentido, o Sistema de Cotas torna-se um instrumento necessário para inclusão dos grupos étnicos e sociais historicamente excluídos do processo educacional nas universidades.

Pode-se constatar que o Sistema de Reserva de Vagas favoreceu o acesso de estudantes afrodescendentes e egressos de escolas públicas carentes ao ensino superior. No entanto, alguns candidatos, do Sistema Universal, só conseguiram ingressar no curso devido às vagas remanescentes do Sistema de Reserva de Vagas, que não foram preenchidas pelos candidatos cotistas e o total de 1.364 candidatos, que não conseguiram

ingressar no curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB, permaneceram na condição de excluídos no ensino superior. Esses dados remetem a uma das questões polêmicas na adoção de Ações Afirmativas: direito ou privilégio? Moehlecke (2002) ressalta que alguns segmentos da sociedade caracterizam tais ações como privilégio: “aqueles que as percebem como um privilégio atribuem-lhes um caráter inconstitucional. Significariam uma discriminação ao avesso, pois favoreceriam um grupo em detrimento de outro” enquanto que “para os que as entendem como um direito, elas estariam de acordo com os preceitos constitucionais, à medida que procuram corrigir uma situação real de discriminação.” (MOEHLECKE 2002, p. 210).

Em relação ao curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB, o Edital do Processo Seletivo para Cursos de Licenciatura Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil – UAB/2013 facultou ao candidato fazer a inscrição no Sistema Universal e/ou por meio do Sistema de Reserva de Vagas e PARFOR, exclusivo para professores em exercício em escolas públicas da educação básica, sendo estabelecidas as vagas do Curso de Pedagogia por modalidade, conforme o quadro 18:

CIDADE (POLO)	VAGAS TOTAIS	VAGAS DO PARFOR	VAGAS GERAIS	DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS GERAIS			
				SISTEMA UNIVERSAL	VAGAS RESERVADAS		
					ADC*	EEPC*	PD/I*
Carlos Chagas	50	22	28	15	6	6	1
Janaúba	50	30	20	11	4	4	1
Januária	50	-	50	27	10	10	3
Pedra Azul	50	25	25	14	5	5	1
Pompeu	50	30	20	11	4	4	1
Total de vagas	250	107	143	78	29	29	7

Quadro 18 – Distribuição de vagas e Código de inscrição  
Fonte: COTEC/UNIMONTES - 2008

Das 250 vagas ofertadas no processo seletivo para o curso de Pedagogia nos polos Carlos Chagas, Janaúba, Januária, Pedra Azul e Pompeu, 03 vagas foram preenchidas pelos estudantes nas categorias Afrodescendente Carente (1,2%) 06 Egressos de Escola de Pública Carentes (2,4%); 10 candidatos aprovados no PARFOR (3,2%) e 233 vagas foram preenchidas pelos aprovados no Sistema Universal, ou seja (93,2%). O quadro 19 demonstra a proporção de estudantes ingressantes por cotas, para Afrodescendente Carente, Egresso de Escola Pública Carente, em relação ao total de ingressantes sem cotas, no curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB – 2008:

POLO	AFRODESCENDENTE CARENTE		EGRESSO DE ESCOLA PÚBLICA CARENTE		SISTEMA UNIVERSAL		PARFOR		TOTAL
	Total de Inscrição	Aprovados	Total de Inscrição	Aprovados	Total de Inscrição	Aprovados	Total de Inscrição	Aprovados	
Carlos Chagas	-	-	3	2	139	48	-	-	50
Janaúba	1	1	2	1	265	47	1	1	50
Januária	1	1	-	-	315	49	-	-	50
Pedra Azul	1	1	1	1	334	48	2	1	50
Pompeu			1	1	280	41	14	8	50
Total	3	3	7	6	1.333	233	17	10	250

Quadro 19 – Quantitativo de inscrição e aprovação, por modalidade, no Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB

Fonte: Secretaria Geral/UNIMONTES – 2008/2009

No quadro 20, pode-se constatar a relação entre os níveis de notas dos candidatos cotistas e não cotistas e do PARFOR. Em comparação às notas mínima e máxima, obtidas pelos estudantes cotistas e não cotistas, do curso de Pedagogia a distância, pode-se verificar que a nota máxima, obtida pelos cotistas aprovados no curso de Pedagogia, foi 115,920, enquanto que, no Sistema Universal, a nota máxima foi de 163,237, perfazendo uma diferença de 47 pontos e a nota máxima, dos candidatos do PARFOR, 118,159 pontos. A nota mínima dos cotistas foi 79,078 e a nota mínima, do Sistema Universal, foi 94,604, perfazendo uma diferença de 23 pontos. A nota mínima do PARFOR foi 81,841 pontos.

POLO	AFRODESCENDENTE CARENTE		EGRESSO DE ESCOLA PÚBLICA CARENTE		PARFOR		SISTEMA UNIVERSAL	
	Nota Mínima	Nota Máxima	Nota Mínima	Nota Máxima	Nota Mínima	Nota Máxima	Nota Mínima	Nota Máxima
Carlos Chagas	-	-	99,870	115,396	-	-	94,604	146,685
Janaúba	-	98,870	-	82,370	-	81,841	117,896	163,237
Januária	-	99,607	-	-	-	-	112,896	161,448
Pedra Azul	-	-	-	79,078	-	103,156	115,133	163,948
Pompeu	-	-	-	115,922	98,156	118,159	123,159	158,948

Quadro 20 - Notas mínima e máxima obtidas pelos estudantes, no Sistema de Reserva de Vagas, por categoria e Sistema Universal - Pedagogia /UAB- 2013

Fonte: COTEC/UNIMONTES 2013

Em comparação ao primeiro processo seletivo do Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB, observa-se que o número de inscritos na Modalidade de Reserva de Vagas foi inferior ao número de vagas ofertadas pela universidade, sendo que, apenas 3,6% das vagas ofertadas no curso, foram preenchidas pelos estudantes cotistas, e, na primeira oferta do curso de Pedagogia, 6,3% das vagas foram preenchidas pelos estudantes cotistas. Verifica-se um decréscimo de 2,7% no número de candidatos aprovados no curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB, no ano de 2013, em relação a primeira oferta no ano de 2008. Apenas um candidato inscrito, no Sistema de Reserva de vagas, foi reprovado no vestibular e não houve inscrição na Categoria Portador de Deficiência e Indígena.

No segundo processo seletivo, das 107 vagas ofertadas pelo PARFOR, foram preenchidas (3,2%); dos 17 candidatos inscritos, 10 foram aprovados. As vagas que não foram preenchidas na Modalidade Sistema de Reserva de Vagas e PARFOR foram acrescidas às vagas da Modalidade Sistema Universal, o que possibilitou o acesso de candidatos do Sistema Universal que não conseguiram ingressar na universidade, caso todas as vagas destinadas ao Sistema de Reserva de Vagas e PARFOR fossem preenchidas pelos cotistas e professores em exercício.

Nos dois processos seletivos do curso de Pedagogia, na Modalidade Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB na UNIMONTES, os candidatos inscritos no Sistema de Reserva de Vagas e no PARFOR não tiveram nenhuma concorrência na disputa por uma vaga na universidade, enquanto que os candidatos inscritos no Sistema Universal concorreram, em média, com 05 candidatos por vaga. Verifica-se um acréscimo de candidatos por vagas no Sistema Universal e um decréscimo de candidatos no Sistema de Reserva de Vagas, em relação ao vestibular realizado no ano de 2008, cabendo, aqui, o questionamento quanto ao baixo índice de inscrição de candidatos na Modalidade de Reserva de Vagas e PARFOR, nos cursos de licenciatura a distância da UNIMONTES e o alto índice de inscritos no Sistema Universal. Candau (2004) considera que as ações afirmativas são políticas públicas temporárias que objetivam a promoção da igualdade entre grupos sociais. Nesse sentido, devem ser avaliadas sistematicamente, para verificação de seus resultados, no combate às desigualdades sociais e raciais e redimensionadas para que possam não gerar mais desigualdades. As Políticas de Ações Afirmativas devem vigorar enquanto existirem as condições de desigualdade que motivaram sua elaboração.

O Sistema de Reserva de Vagas possibilitou o acesso dos candidatos inscritos nas categorias Afrodescendentes Carentes; Egressos de Escola Pública Carentes e professores em exercício em escolas públicas na educação básica, porém, a abrangência do Sistema de Reserva de Vagas e sistema UAB não é suficiente para garantir o acesso dos

demais estudantes inscritos no processo seletivo da UNIMONTES. Dos 1.133 inscritos, no Sistema Universal, no Curso de Pedagogia, 20,56 % conseguiram ingressar na universidade, ou seja, um remanescente de 1.100 excluídos do processo educacional, no ensino superior, na região do norte de Minas Gerais, Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O que requer uma discussão mais aprofundada quanto aos impactos sociais das políticas de ações afirmativas e políticas de democratização e interiorização dos cursos de licenciatura a distância, frente à necessidade de expansão do número de vagas ofertadas na universidade.

### 3.5.1 O Curso de Pedagogia na UNIMONTES-UAB: uma análise da estrutura e dinâmica do curso na modalidade a distância

Os Projetos Político Pedagógicos, dos cursos de licenciatura, nas universidades, constituem, no discurso destas, um elemento essencial na efetivação de uma gestão democrática da educação e, ao mesmo tempo, um instrumento que define a identidade dos cursos, explicitando os objetivos, os fundamentos filosóficos e epistemológicos, o perfil profissiográfico, a metodologia de ensino, a organização curricular e as estratégias de avaliação. Tais projetos devem ser elaborados mediante a observância dos princípios norteadores da legislação vigente e as necessidades da sociedade contemporânea, favorecendo a formação inicial dos professores que atuarão na educação básica.

Para Veiga (2004), a abordagem do Projeto Político Pedagógico deve explicitar os pressupostos filosóficos e sociológicos que consideram a educação como compromisso político do Poder Público para a população. Os pressupostos epistemológicos levam em conta que o conhecimento é construído e transformado coletivamente e os pressupostos didático metodológicos contemplam a sistematização do processo de ensino e aprendizagem. Os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação, nas universidades, expressam a visão que se tem sobre a sociedade, o homem e a educação. Leal (2000) argumenta que o ensino superior tem características muito próprias porque objetiva a formação do cidadão, do profissional que o habilite ao trabalho e à vida.

Uma das exigências do Conselho Nacional de Educação/CNE para reconhecimento dos cursos de graduação de uma universidade é a elaboração dos Projetos Político Pedagógicos, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais/DCN que estabelecem princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados no planejamento e avaliação, específicos de cada curso, que integram o projeto institucional. As diretrizes curriculares dos cursos de graduação devem contemplar a Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002, que estabelece um conjunto de

princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino, enfatizando a flexibilidade necessária, para que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

Art. 6º- Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes serão consideradas:

I – as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II – as competências referentes à compreensão do papel social da escola;

III – as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

IV – as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V – as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI – as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional (BRASIL, 2002).

O Projeto Político Pedagógico do Curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil/UNIMONTES apresenta, em sua estrutura, dados da instituição, identificação do curso, projeto pedagógico, objetivos, perfil do egresso, fundamentos básicos, a metodologia, organização curricular, avaliação, descrição dos recursos humanos, infraestrutura e planilha orçamentária. A análise do Projeto político-pedagógico do Curso de Pedagogia Brasil/UNIMONTES possibilitou a identificação dos princípios norteadores do currículo, o perfil do profissional que o curso pretende formar e, concomitantemente, a discussão e análise dos conceitos, dos elementos constitutivos dos projetos políticos pedagógicos e da formação dos profissionais da educação básica, na modalidade à distância, bem como as possíveis adequações do currículo no atendimento às especificidades dos estudantes cotistas e desafios da modalidade a distância.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB (2008), a implantação do Curso pela UNIMONTES, justifica-se:

- pela necessidade de ampliar o atendimento à expressiva e crescente demanda por conhecimento, tornando possível sua aquisição por amplos segmentos da sociedade;
- por ser a Educação a Distância um meio relevante para a consecução dos objetivos do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, mantendo o padrão de qualidade e excelência da Universidade;
- pela possibilidade de tornar mais acessível o conhecimento da Universidade para o aperfeiçoamento de professores e demais profissionais do ensino;
- pela oportunidade de integração às redes nacionais e internacionais dedicadas à Educação a Distância.

- pela necessidade da formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais de Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, com vistas a elevar a qualidade da educação nestas etapas de ensino especialmente nos municípios atendidos pelo projeto.
- pela oportunidade de formação de professores em nível superior para exercer funções de magistério na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam demandados conhecimento pedagógicos. (PPP DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIMONTES-UAB, 2008)

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB (2008) estabelece que o graduado em Pedagogia trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Para a formação do licenciado em Pedagogia, é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania. Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica. A participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática visa garantir a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade. O processo formativo do licenciado em Pedagogia sustenta a conexão entre sua formação inicial, o exercício da profissão e as exigências de educação continuada.

O perfil do egresso, constante do Projeto Político Pedagógico (2008), contempla as competências e habilidades a serem desenvolvidas na modalidade, conforme a Resolução CNE/CP nº 01, de 14 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia. O egresso deverá estar apto a atuar com ética; compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento, nas dimensões física, psicológica, intelectual e social; fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; trabalhar em espaços escolares e não escolares, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar; relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação; participar da gestão das instituições, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico, projetos e programas educacionais; realizar pesquisas sobre processos de

ensinar e de aprender, propostas curriculares; organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, dentre outras.

Veiga (2004) afirma que à instituição formadora cabe dar direção ao processo formativo, pautado no seu projeto pedagógico, levando em consideração princípios da unicidade, da relação teoria e prática, da articulação entre formação inicial e formação continuada. A estrutura curricular pode ser organizada em torno dos seguintes núcleos: conhecimentos específicos ou da área de referência, conhecimentos pedagógicos apoiados em componentes curriculares, que dizem respeito às políticas e finalidades educacionais, conhecimentos que são objetos de ensino, componentes curriculares da educação básica, conhecimentos da prática profissional, incluindo o estágio supervisionado, outras formas de atividades complementares e acadêmico-científico-culturais e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Em relação à organização curricular, o PPP propõe que o currículo deve possuir uma função humana e sociocultural, constituir-se de espaços privilegiados de produção, conservação e transmissão do saber, do exercício da reflexão, do debate e da crítica. Para tanto, o projeto distribui sua carga horária total (3.920 h/a = 3.266 horas e 40 minutos) entre os Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-culturais, Prática de Formação, Estágio Supervisionado e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais e Trabalho de Conclusão de Curso. Como requisito necessário para a graduação à distância, cada cursista deverá apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso, acerca de qualquer tema na área específica do Curso, podendo ser artigo ou relatório técnico científico a ser definido em regulamento próprio, aprovado pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso.

As atividades do Estágio Supervisionado estão condicionadas ao princípio da ação-reflexão-ação, buscando proporcionar uma formação de qualidade no momento de refletir a profissão. Nesta proposta, a concepção de estágio, baseia-se em novas formas lógicas para discutir e entender, no seu bojo, o processo educativo que ele deverá incorporar à sua prática, os conteúdos e as atividades focalizadas nos estudos individuais e coletivos e à dimensão investigativa. O Estágio Curricular Supervisionado será obrigatório e as orientações relacionadas ao planejamento do estágio comporão, ao final, uma carga horária de 480 horas-aula e serão realizadas a partir do 5º período. O estagiário será orientado pelo professor de estágio e acompanhado pelo tutor presencial.

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, integrantes do currículo pleno dos cursos de Educação à Distância, correspondem a 240 (duzentas e quarenta) horas, carga horária que pode ser cumprida pelo acadêmico durante todo o curso de graduação. A escolha das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais é de responsabilidade exclusiva do acadêmico, considerando-se que a sua finalidade é o enriquecimento do currículo pleno do

curso. As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais são divididas em quatro blocos: atividades científicas, atividades socioculturais, atividades acadêmicas e atividades diversas. A Prática de Formação ocorrerá do 1º ao 8º períodos do Curso e estará sob a responsabilidade dos professores de cada período, na medida em que as disciplinas carregam uma dimensão prática em sua organização pedagógica.

A organização curricular do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB é composta por um Eixo Transversal e por Eixos Integradores em cada período e Núcleos/Dimensões Formadoras. O curso será desenvolvido em 08 períodos, sendo um por semestre. Cada período contemplará, preferencialmente, os três Núcleos/Dimensões: Formação Humanística/Artística/Científica, Organização do Processo Educativo e Organização do Processo Social:

- O Núcleo de Formação Humanística, Artística trata da criação e produção crítica do conhecimento humano, objetivando resgatar a produção criativa da ciência, da arte e da cultura como potencial articulador tecnológico e estético (e também econômico) na criação de redes de solidariedade intercultural. Contempla as seguintes disciplinas: Iniciação Científica, Língua Portuguesa, Qualidade de Vida (esporte, saúde, meio ambiente e consciência ecológica), Metodologia Científica, Lógica Formal e Ética, Ciências da Religião, Pesquisa em Educação, Tecnologia Aplicada a Educação, Estatística Aplicada à Educação, Arte e Educação e Atividades Físicas, Recreação e Jogos.
- O Núcleo de Organização do Processo Educativo trata da construção dos domínios, competências e habilidades necessárias à formação de um profissional que compreenda as relações e mediações decorrentes da organização social. Neste núcleo estão inseridas as disciplinas: História da Educação, Psicologia da Educação I, Didática I e II, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Psicologia da Educação I e II, Currículo e Diversidade Cultural, Fundamentos e Metodologia da Geografia, Fundamentos e Metodologia da História, Fundamentos e Metodologia da Língua Portuguesa I e II, Fundamentos e Metodologia da Matemática I e II, Fundamentos e Metodologia da Alfabetização, Fundamentos e Metodologia de Ciências, Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil, Fundamentos e Metodologia da Educação Especial, Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso- TCC e disciplinas eletivas (Pedagogia Hospitalar; Pedagogia Empresarial; Pedagogia Carcerária; Pedagogia do Campo) sendo escolhida e ministrada a disciplina Pedagogia Empresarial.

- O Núcleo de Organização do Processo Social relaciona-se à possibilidade de intervenção social, subsidiada pela reflexão que tem como partida a prática, buscando desenvolver suas potencialidades para exercer sua profissão. O núcleo aborda as disciplinas: Sociologia Geral, Antropologia e Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Estado, Política e Sociedade, Política Educacional Brasileira, Psicologia Social, Gestão dos Sistemas e Instituições de Ensino, Gestão dos Processos Formativos na Educação Básica, Gestão dos Processos Formativos em espaços não escolares e Língua Brasileira de Sinais.

Em relação à avaliação, o PPP do Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB (2008) propõe que a avaliação do rendimento do acadêmico para fins de promoção, certificação ou diplomação realizar-se-á no processo, por meio de exames presenciais. A avaliação da aprendizagem terá por objetivo verificar o desenvolvimento do acadêmico nas competências previstas em cada período. Será processual e baseada em atividades individuais e coletivas, buscando a interdependência das modalidades diagnóstica, formativa e somativa, com ênfase na sua continuidade e respeitando o ritmo de aprendizagem. As atividades produzidas serão acompanhadas e avaliadas pelos tutores, com apoio da equipe de professores. O PPP do curso apresenta os critérios de avaliação da aprendizagem dos cursistas, mas não define critérios da avaliação Institucional. A proposta de avaliação de um Projeto de educação à distância deve contemplar processo de aprendizagem e a avaliação institucional, considerando que aprendizagem do acadêmico está diretamente relacionada às condições de ensino da instituição.

A avaliação constitui um elemento importante na construção do PPP e deve ser um processo formativo e contínuo. Para Veiga (2004) a avaliação é vista com ação fundamental para a garantia do êxito do projeto. As relações de planejamento e avaliação do PPP implicam que as decisões das várias etapas do planejamento se apoiam na avaliação. A avaliação é o ponto de partida e o ponto de chegada. Para Luckesi (2009, p 172) “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória, nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva”

Quanto aos polos de apoio presencial devem estar devidamente equipados e apresentar uma infraestrutura adequada para a realização do curso, sendo solicitada em cada polo uma sala para apoio administrativo e apoio acadêmico, sala da coordenação do Polo, laboratório de informática, sala de Multimeios, sala de aula para 50 acadêmicos, sala da biblioteca, além de mesas, cadeiras, computadores com gravador de CD e DVD, multimídia com acesso à internet, impressora multifuncional, *scanner*, máquina reprográfica, aparelho de telefone e fax, *webcam*, *nobreak*, aparelho de som, linha telefônica com ramais,

câmeras de vídeo digital, 01 câmera digital de fotografia, projetor multimídia com TV, DVD, Vídeo, retroprojetor, antena parabólica. Os acervos da biblioteca serão constituídos de livros, periódicos, dissertações e teses, obras raras, fotografias, além de outros materiais, como disquetes, mapas, Cd rom, *slides*.

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior à distância (2007), além de mobilizar recursos humanos e educacionais, um curso a distância exige infraestrutura material, proporcional ao número de estudantes, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançada. O número de estudantes, para cada curso, deve apresentar-se em completa consistência com o Projeto Político Pedagógico, os meios que estarão disponibilizados pela instituição, o quadro de professores, de tutores e da equipe técnico-administrativa, que trabalharão no atendimento aos cursistas.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil/UNIMONTES contempla os princípios e diretrizes definidas nas políticas públicas de formação docente, na modalidade à distância, possibilitando aos futuros profissionais o acesso aos conhecimentos específicos ou da área de referência, conhecimentos pedagógicos apoiados em componentes curriculares. No entanto, o PPP não apresenta estratégias de ensino diferenciadas para atender as necessidades e especificidades dos cotistas Afrodescendentes, Carentes; Egressos da Escola Pública, Carentes; Portador de Deficiência e Indígena. Pode-se observar que não houve mudança de natureza pedagógica, no desenvolvimento dos conteúdos disciplinares, em função dos estudantes cotistas e/ou propostas de ações afirmativas que promovam, além do acesso, a permanência dos estudantes no ensino superior, sendo que os estudantes devem se adaptar às normas e regras da universidade

Os cursos de Pedagogia, ofertados a distância, pelas universidades, devem estabelecer estratégias de ensino-aprendizagem que valorizem as diferenças individuais e a realidade sociocultural dos estudantes, possibilitando aos futuros profissionais o acesso aos instrumentos necessários para a efetiva participação no desenvolvimento social, político e econômico do país.

### 3.6 Educação e Tecnologias: uma análise da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem no Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB

Nas últimas décadas, transformações sociais, políticas, culturais e econômicas têm ocorrido no cenário nacional e mundial. Para atender às novas demandas da sociedade, inúmeras mudanças têm ocorrido, principalmente, no campo educacional. O uso das

tecnologias, nos últimos anos, mostrou-se relevante, no contexto educacional, no sentido de buscar estratégias de ensino que realmente promovam a inclusão digital e a efetivação de uma educação de qualidade. Para Moran (2009), as mudanças constantes na sociedade nos obrigam a reaprender, construir modelos diferentes dos que conhecemos até hoje. As tecnologias da informação não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções e formação.

Com o objetivo de obter informações sistematizadas, referentes a autoavaliação do acadêmico quanto a sua rotina de estudos e acesso ao ambiente Virtualmontes, a avaliação do polo de apoio presencial, atividades dos coordenadores de polo, tutores presenciais, tutores a distância e cadernos didáticos, a Equipe de Avaliação da UNIMONTES-UAB realizou, entre os meses de outubro de 2009 a março de 2010, uma pesquisa de avaliação institucional com os acadêmicos de todos os polos dos cursos de graduação da UNIMONTES-UAB. As avaliações foram quantitativas e qualitativas, nas quais os acadêmicos puderam opinar sobre os temas em foco, sendo disponibilizado um questionário de avaliação no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Neste estudo, fizemos um recorte das informações obtidas na pesquisa, analisando os dados específicos do curso de Pedagogia, conforme figura 05

www.virtualmontes.unimontes.br/login/index.php

Você ainda não se identificou (Acesso)

**Unimontes**  
Universidade Estadual de Montes Claros

**VIRTUALMONTES**  
Ambiente Virtual de Aprendizagem - Unimontes

Virtualmontes ▶ Acesso ao site

**Retornando a este site?**

Acesse aqui, usando seu Nome de Usuário e a sua Senha.  
(O uso de Cookies deve ser permitido no seu navegador) ?

Nome de usuário

Senha

---

Alguns cursos podem permitir o acesso a visitantes

---

Esqueceu o seu nome de usuário ou a sua senha?

**Esta é a sua primeira vez aqui?**

Olá!

Para o acesso completo aos cursos, você precisa se cadastrar como usuário do site. Além disso, cada curso pode ter um código de inscrição específico, fornecido apenas aos participantes inscritos no curso. Siga os seguintes passos:

1. Preencha o [Formulário de Cadastramento](#) com os seus dados.
2. Uma mensagem de confirmação da inscrição será enviada imediatamente ao seu endereço de email.
3. Visite o endereço web indicado na mensagem para confirmar o seu cadastramento automaticamente e começar a navegar.
4. Acesse o seu curso clicando o nome correspondente na lista de cursos disponíveis.
5. Se for pedido um código de inscrição use a senha que foi fornecida pelo administrador ou pelo professor. Esta senha é reservada aos usuários do site inscritos no curso e será necessária apenas na primeira vez que você entrar no curso.
6. Quando você retornar ao site, para entrar no curso basta usar o seu nome de usuário e a sua senha nesta página de acesso.

Você ainda não se identificou (Acesso)

Virtualmontes - Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Estadual de Montes Claros  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro - Vila Mauricida - Montes Claros - Minas Gerais - Brasil  
Caixa Postal 126 - CEP 39401-089 - Fone: +55(38)3229-8000 - Fax: +55(38)3229-8002

Figura 05 – Virtualmontes: Ambiente Virtual de Aprendizagem da UNIMONTES  
Fonte: <http://www.virtualmontes.unimontes.br>

A partir da análise dos dados do Relatório Técnico (2009), pode-se observar que 83,7% dos estudantes do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB são do sexo feminino

e apenas 17,2%, do sexo masculino. Não foi possível obter mais informações sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Curso de Pedagogia, uma vez que dados apresentados no relatório contemplam todos os estudantes, sem discriminação do Curso e do sistema de acesso à universidade.

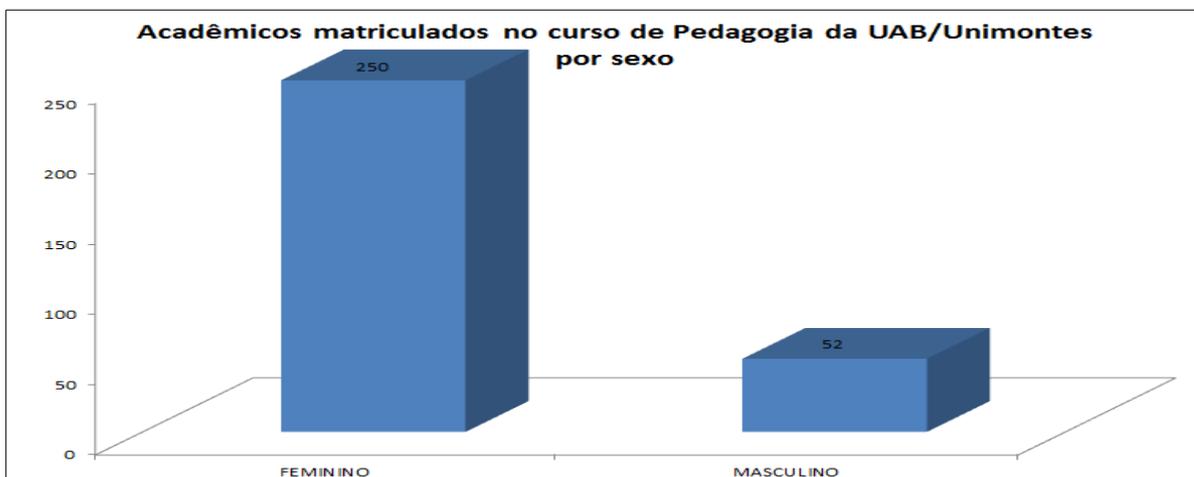


Gráfico 05 – Acadêmicos matriculados no curso de Pedagogia/por sexo  
 Fonte: Adaptação do Relatório Técnico de Avaliação Institucional UNIMONTES-UAB - 2010

Em relação ao Curso de Pedagogia, 31,4% dos estudantes do curso responderam ao questionário online. Quando questionados sobre o número de vezes que acessam o ambiente Virtualmontes, por semana, pode-se verificar, no gráfico 06, que 37,9% dos estudantes responderam que acessam todos os dias; 20,0% 3 dias por semana e 18,8%, dois dias por semana. O gráfico 06 apresenta a análise realizada sobre o número de horas que os estudantes se dedicam ao estudo por semana, 35,8% entre 2 a 5 horas semanais; 33,7% dos alunos estudam entre 6 a 9 horas por semana e 06,3% estudam 18 horas ou mais horas por semana.

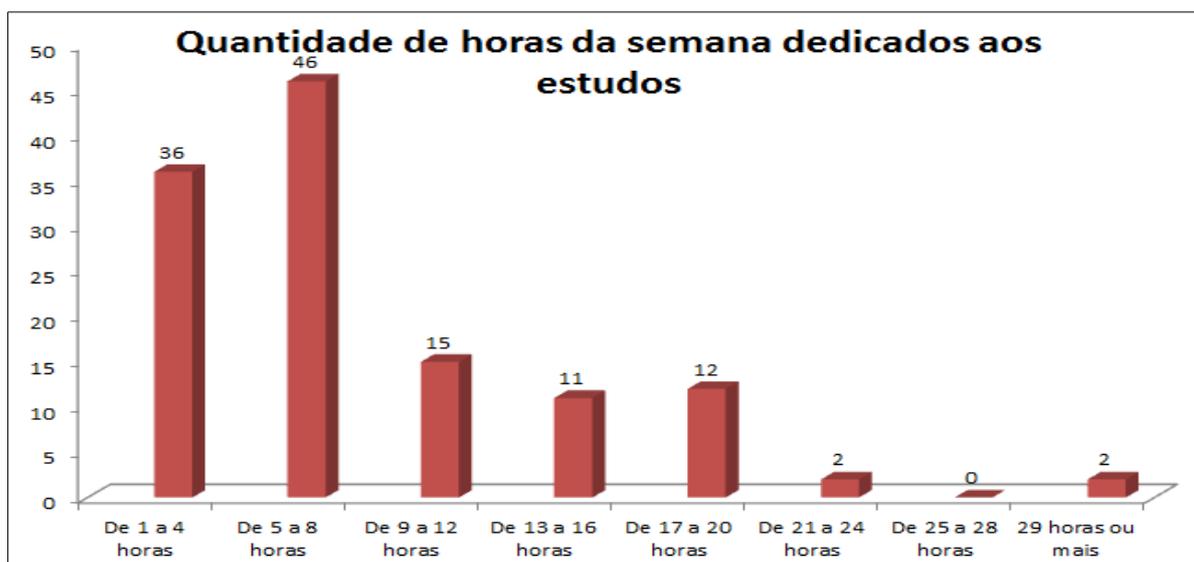


Gráfico 06 – Quantidade de horas da semana dedicadas aos estudos  
 Fonte: Adaptação do Relatório Técnico de Avaliação Institucional UNIMONTES-UAB - 2010

Ao serem questionados se possuíam computador em casa, 34,7% afirmaram que não possuíam; 13,7% computador sem internet e 51,6% possuem computador com internet banda larga e via rádio. Quanto ao local onde acessam o Virtualmontes, com maior frequência, para executar as tarefas e atividades referentes ao curso, o gráfico 07 demonstra que 45,3% dos estudantes acessam o Virtualmontes em casa; 17,9% nos laboratórios do polo de apoio presencial; 9,5% em *lan house* e 21,1% em escritório ou local de trabalho.

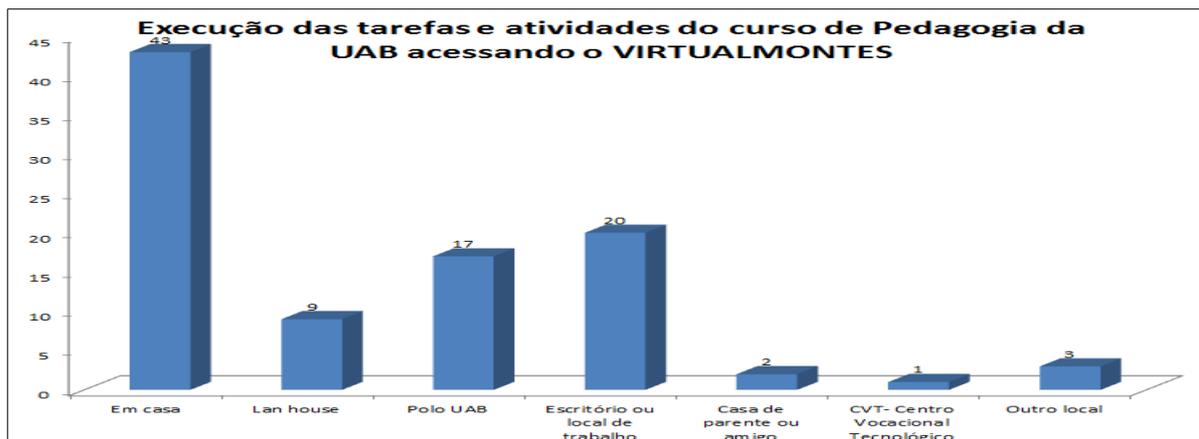


Gráfico 07 - Execução das tarefas e atividades do curso de Pedagogia no Virtualmontes

Fonte: Adaptação do Relatório Técnico de Avaliação Institucional UNIMONTES-UAB - 2010

Quanto à adaptação dos estudantes ao uso do ambiente Virtualmontes, para estudos e realização de atividades, 46,3% tiveram pouca dificuldade; 3,2% tiveram grandes dificuldades; 50,5% responderam que não tiveram nenhuma dificuldade. Observa-se que a maioria dos estudantes não tiveram dificuldades de adaptação ao uso do Ambiente de Aprendizagem. Quando solicitados a avaliar se o ambiente Virtualmontes proporciona facilidade de navegação e acesso a informações, 9,5% deram o conceito regular; 60,1% o conceito Bom; 26,7% avaliaram com o conceito Ótimo. Ao avaliarem os horários de funcionamento dos Polos, 50,9% dos alunos conceituaram como bom; 23,1% como regular; 18,1% como ótimo; 6,5% como fraco e 1,4% não opinaram.

Para Mill (2012), a criação e manutenção de um curso de EAD exige um adequado gerenciamento, a fim de se garantir o pleno desenvolvimento das atividades dos cursos. No planejamento e organização das práticas pedagógicas, na educação a distância em espaços virtuais, o professor deve ter o domínio de conhecimentos necessários para a utilização das ferramentas disponíveis nos ambientes virtuais. Após o planejamento ou concepção do curso, as atividades de desenvolvimento de uma disciplina são agrupadas em duas fases: planejamento e oferta da disciplina. Um bom programa de formação, pela modalidade de Educação a Distância, tem o estudante como centro do processo de ensino e aprendizagem.

## 4 RESULTADOS DA ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA

### 4.1 As opiniões dos egressos do curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB sobre as Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior a distância

No levantamento de dados sobre o perfil socioeconômico dos egressos do curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB e suas opiniões sobre o Sistema de Reserva de Vagas nesta Universidade, foi utilizado um questionário composto de questões de múltipla escolha e questões abertas. O universo da pesquisa contemplou 250 (duzentos e cinquenta) egressos dos polos de apoio presencial. O questionário foi enviado para o endereço eletrônico dos egressos, sendo que 12% participaram da pesquisa, sendo respondidos 30 questionários. Para preservação da identidade dos participantes da pesquisa, na apresentação dos dados, os egressos foram identificados com a letra “E” acrescida do número do questionário.

#### 4.1.1 Dados de identificação

As questões referentes aos dados de identificação dos egressos do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB demonstram que 87% são do sexo feminino e 13% do sexo masculino. Em relação a faixa etária, 3 % dos egressos estão na faixa etária entre 18 e 24 anos, 17 % entre 25 a 29 anos de idade, 33% entre 30 a 38 anos e a maioria, 47%, tem idade superior a 39 anos. Quanto ao estado civil, 60% são casados ou com união estável; 33% solteiros e 7% são divorciados. Quanto a etnia<sup>31</sup>/cor, observa-se, que 70 % dos egressos se autodeclararam como pardos; 7% amarelos, 13 % negros, 10 % brancos, não sendo contabilizado nenhum indígena. A maioria dos egressos se declarou pardo.<sup>32</sup>

#### 4.1.2 Informações sobre a família

---

<sup>31</sup> O termo etnia é definido por (CARNEIRO, 2003:p. 15) como conceito que engloba as ideias de nação, povo e raça; diz respeito a um grupo com traços físicos e culturais, cujos membros se identificam com grupo, ou seja, sentem que pertencem ao grupo.

<sup>32</sup> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD (2009)são consideradas cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça), ou indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia). Informação disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad\\_sintese\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf) . Acesso em 20/05/2013.

Em relação às informações referentes à família dos egressos, 77 % afirmaram que tem filhos, numa média de dois filhos por família. Quando questionados sobre quem é o principal mantenedor da família, 47% dos egressos afirmaram que o principal mantenedor é o cônjuge; 43% declararam que a mãe é a principal mantenedora; 3% o pai e 7% dos egressos afirmaram ser ele mesmo o principal mantenedor da família.

Quanto à moradia, a maioria dos egressos, 60% possui residência própria quitada, 17% própria financiada, 20% residência alugada e 3% residência cedida. Pode-se constatar, no gráfico 08, que 50% possui nível de renda familiar mensal, incluindo a renda do egresso, de até 3 salários-mínimos, 33% estão na faixa salarial de 4 a 5 salários-mínimos e 17 % de 06 a 10 salários-mínimos, sendo que a maioria possui renda familiar mensal de até 03 salários-mínimos, o que demonstra a baixa renda familiar dos egressos.

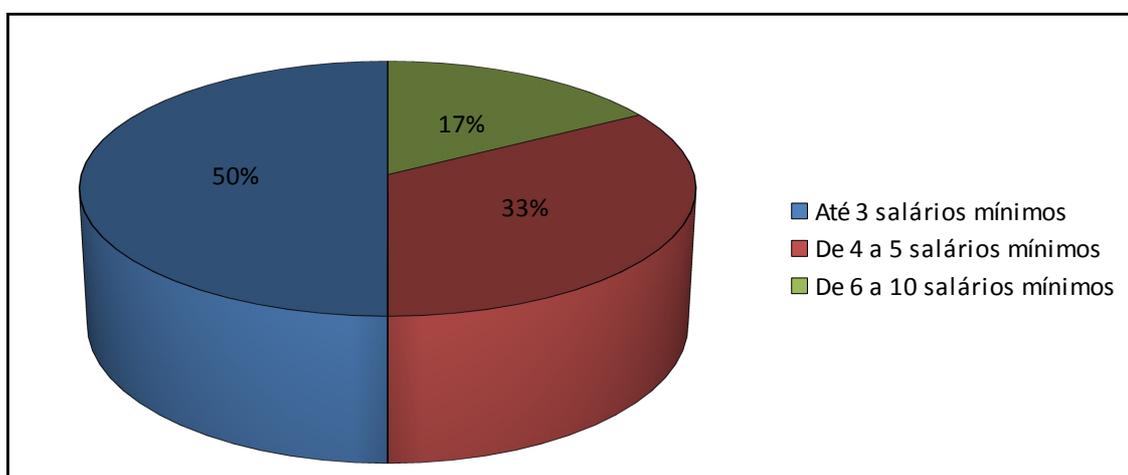


Gráfico 08 Renda mensal familiar dos egressos do curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB  
Fonte: Arquivo pessoa da autora

Quanto à escolaridade dos pais dos egressos participantes da pesquisa 80% dos pais possuem o ensino fundamental incompleto; 7% concluíram o ensino fundamental; 10% cursaram o ensino médio; 3% possuem curso superior. Em relação às mães, 78% delas possuem o ensino fundamental incompleto, 11% cursaram o ensino fundamental completo, 3% concluíram o ensino médio, 4% possuem curso superior e 4% pós-graduação (especialização).

A análise do nível de escolaridade dos pais dos egressos demonstra que a minoria dos pais, 7%, são graduados e 4% realizaram curso em nível de pós-graduação. No gráfico 09 observa-se que 82% das profissões exercidas pelos pais dos egressos não exigem a certificação de curso de graduação, sendo que 30 %, são trabalhadores e/ou empregadores rurais, dentre outras ocupações relacionadas aos setores de educação, saúde, serviços e comércio.

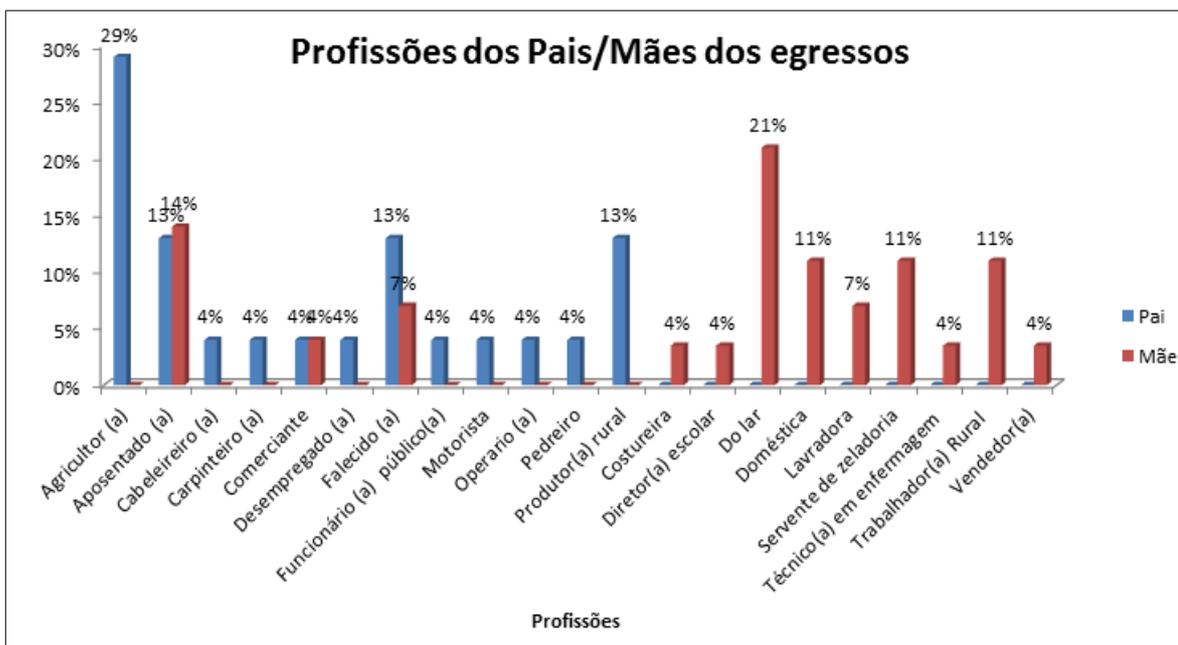


Gráfico 09 Profissões dos pais e mães dos egressos  
 Fonte: Arquivo pessoal da autora

#### 4.1.3 Atividades econômicas dos egressos

Nas questões referentes às atividades econômicas dos egressos, pode-se constatar que 87% dos egressos trabalham e 13% não trabalham, sendo que a maioria, 47% trabalham há mais de 10 anos; 13% entre 06 a 08 anos; 17% trabalham entre 01 a 05 anos, 23% há menos de 03 anos. Quanto à jornada de trabalho, 61% dos egressos trabalham em torno de 40 a 44 horas semanais; 31% trabalham em média 30 horas semanais e 8% trabalham 25 horas semanais. Verifica-se no gráfico 10 que 73% dos egressos trabalham no setor público; 19% em empresa privada ou estatal e 8% por conta própria.

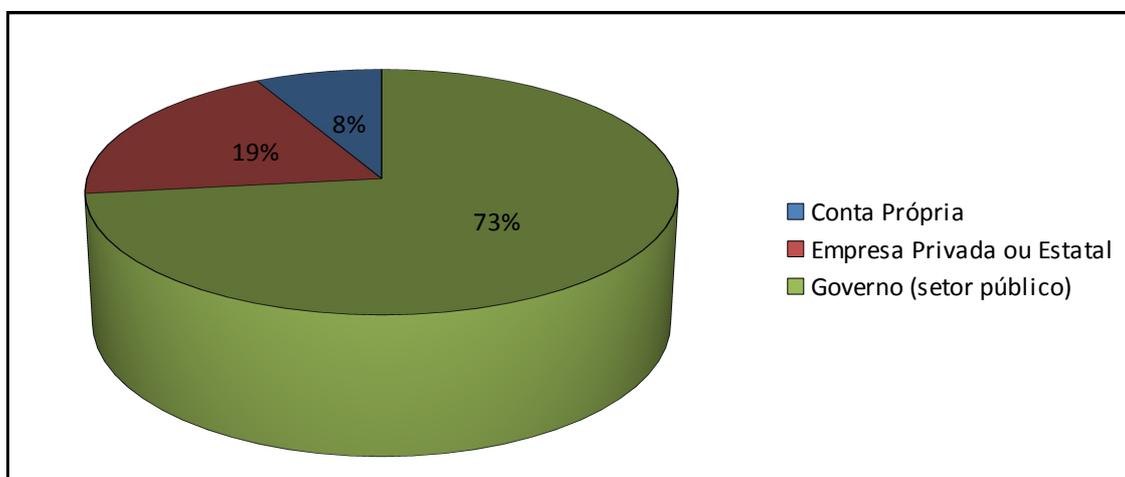


Gráfico 10 Atividades econômicas dos egressos  
 Fonte: Arquivo Pessoal da autora

Verifica-se no gráfico 11 que o emprego público e a educação concentram o maior número desses egressos: 48% exercem a função de professor, dentre outras ocupações relacionadas aos setores de serviços e indústria. A maioria dos egressos exercem profissões que exigem a certificação do curso de graduação em nível de ensino superior.

Carnoy (1987) considera que quanto mais anos de escolaridade, as pessoas esperam cada vez mais que os cargos que obtenham correspondam a seu *status* de educação superior, que implicariam em diferenças de renda entre ocupações, benefícios adicionais, estabilidade no emprego, condições de trabalho e independência. Após a conclusão do curso, 33% dos egressos afirmaram que mudaram de profissão e/ou emprego, enquanto que 67% permaneceram no mesmo emprego e/ou profissão.

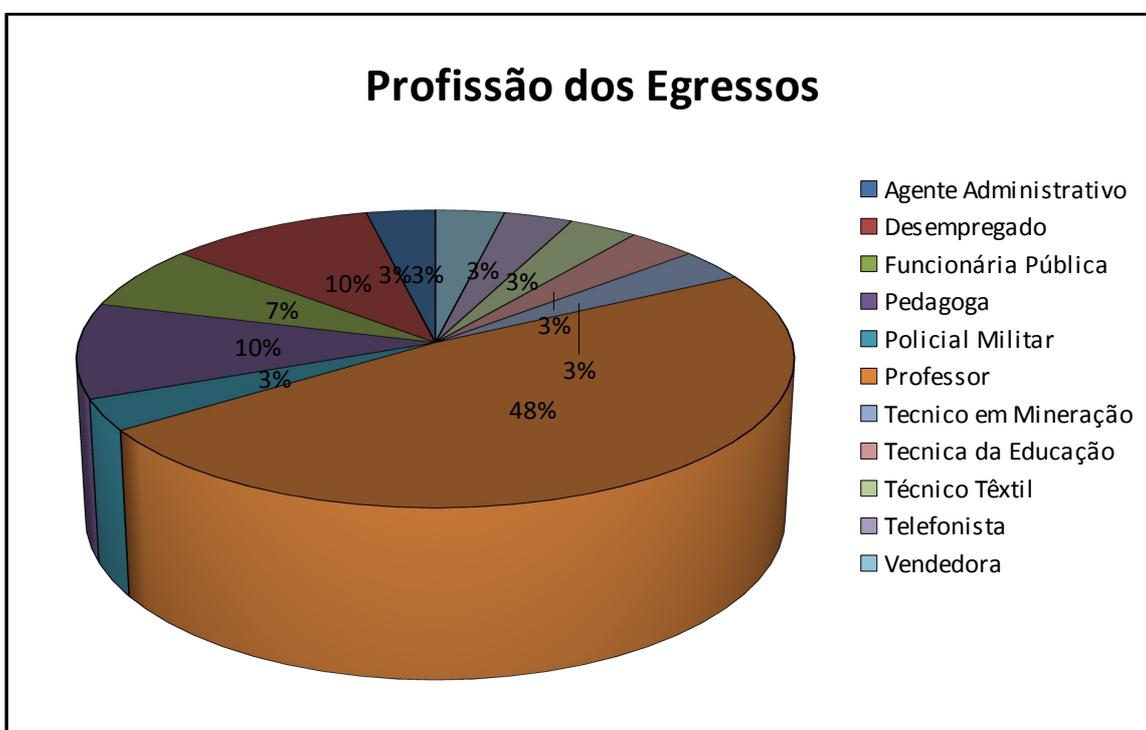


Gráfico 11 Profissão dos Egressos  
 Fonte: Arquivo pessoal da autora

Quanto à renda mensal individual dos egressos, o gráfico 12 demonstra que, antes do ingresso na universidade, 26% dos egressos tinha uma renda mensal individual menor que um salário-mínimo; após a conclusão; houve um decréscimo deste percentual para 4%. Antes do ingresso na universidade, 48% recebia de 01 a 02 salários-mínimos e, após a conclusão, 54%. Não houve mudança na renda dos egressos que recebiam de 06 a 08 salários e 4% permaneceram sem trabalhar.

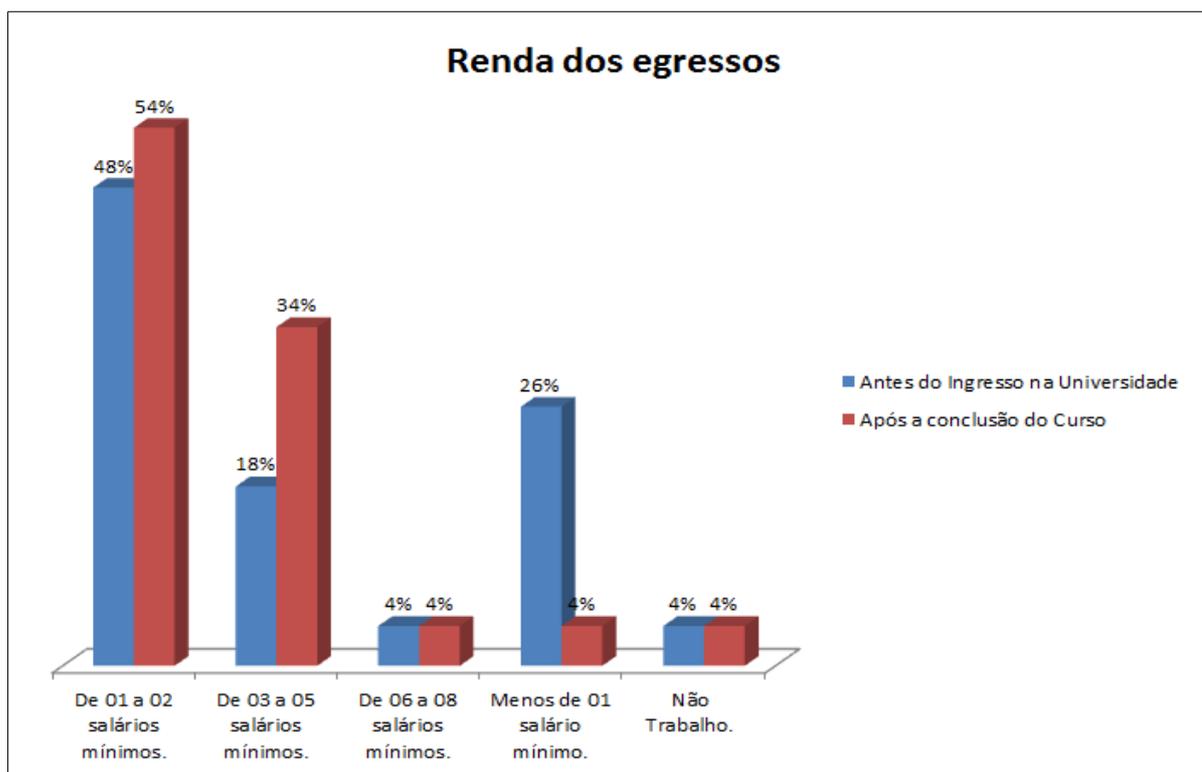


Gráfico 12 – Renda dos Egressos  
 Fonte: Arquivo pessoal da autora

Observa-se, ainda, que houve um aumento de renda individual dos egressos, após a conclusão do curso, sendo que 18% recebiam de 03 a 05 salários antes do ingresso e, após a conclusão, houve um acréscimo desse percentual para 34%, o que demonstra que o acesso a educação superior possibilita o aumento das chances dos egressos conseguirem um emprego ou mudar de profissão; permite ganhos adicionais no salário e aumenta as chances de inclusão e mobilidade social.

Segundo Crawford (1994), o investimento em educação pode indicar um aumento de renda futura, aliada ao progresso profissional e desenvolvimento da sociedade. Quanto mais conhecimentos, habilidades, as pessoas adquirem, maior a sua inserção no mercado de trabalho ou sua empregabilidade. Os governantes investem em educação prevendo retorno em forma de índices mais elevados de emprego. Schwartzman (1994) considera que a “educação superior é um componente fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, para a qualificação da mão de obra e para melhoria do sistema educacional como um todo.” (SCHWARTZMAN, 1994, p.14)

#### 4.1.4 Nível de escolaridade dos egressos

Em relação ao nível de instrução dos egressos na educação básica a maioria 90% cursou todo o ensino fundamental em escolas públicas e 10% a maior parte em escola

particular. Pode-se constatar, no gráfico 13 que 73% dos egressos cursaram todo o ensino médio em escola pública; 3% cursou esse nível de ensino em escola particular; 10% em escola particular com bolsa; 10% estudou a maior parte do ensino médio em escola particular e 3% a maior parte em escola pública.



Gráfico 13 – Tipos de escola onde os egressos frequentaram o ensino médio.

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Observa-se que no ensino médio, há uma migração dos egressos da escola pública para a escola particular. Dentre os tipos de ensino médio, ofertados no sistema educacional, 53% dos egressos cursaram o ensino médio padrão, 27% cursaram o magistério, 17% o supletivo (Educação de Jovens e Adultos) e 3% curso técnico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em seu Art. 22, estabelece os fins da educação básica: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. No entanto, na maioria das escolas de educação básica, as relações entre grupos e classes sociais são reproduzidas pelo sistema de ensino, o que provoca a migração de estudantes de escolas públicas para as instituições de ensino particulares, em busca de uma educação de qualidade que possibilite o “sucesso” em estudos posteriores e progressão no trabalho. A LDB /96 estabelece que

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996)

De acordo com a LDB/96, O ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Quanto a esse aspecto, Kowarick (1976) ressalta que

a competição que marca a trajetória escolar não é igualitária. Ao contrário, está marcada por diferentes *handicaps* que transcendem de muito as potencialidades individuais. [...] não são sempre os mais aptos que chegam ao final da corrida, mas são, em grande parte, os que possuem determinadas condições econômicas e socioculturais. Os favoritos, aqueles que poderão percorrer a trajetória educacional até os níveis altos, já estão, em grande parte, de antemão escolhidos. O *background* de uma criança jovem, isto é, a posição social que ocupa sua família, em termos de renda, ocupação, educação, prestígio, acesso a informação etc., condiciona fortemente a probabilidade do seu sucesso educacional. (KOWARICK, 1976, p. 134)

A LDB/96 estabelece, ainda, que o ensino deve ser ministrado com vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Segundo Carvalho (2003), a escola deve garantir o acesso dos trabalhadores a educação formal, como forma de assegurar um conjunto de conhecimentos tecnológicos, científicos e filosóficos que lhe possibilitem uma melhor inserção no mercado de trabalho e a constituição de uma cidadania efetiva que lhe instrumente para compreensão crítica e transformação do mundo do trabalho. A escola, numa sociedade de classe, reproduz as contradições que caracterizam esse tipo de sociedade. O desenvolvimento das contradições da escola atual é o único caminho de estabelecimento de uma nova escola. Compreender que a educação é um instrumento para a transformação da sociedade significa compreender que a educação não acontece apenas na escola. Para Carnoy (1987), as escolas devem preparar os jovens para participação política democrática e produzir trabalhadores que correspondam às necessidades da produção capitalista:

No entanto, as escolas são, ao mesmo tempo, responsáveis pela produção de cidadãos que conheçam e se preocupem com os direitos democráticos e a igualdade de oportunidades, e sejam capazes de participar integralmente da vida econômica, social e política da sociedade. O resultado é que as escolas geram uma série de funções contraditórias com a reprodução eficiente de trabalhadores capitalistas. Identificamos cinco dessas funções que favorecem o lado democrático da educação: (1) participação democrática; (2) igualdade social; (3) mobilidade social; (4) desenvolvimento cultural; e (5) independência da burocracia educacional. Cada uma delas propicia que as escolas se desviem da preparação de trabalhadores adequadamente socializados, pela inculcação nos alunos de várias características que estão em conflito com as exigências do trabalho. (CARNOY, 1987, p. 173)

A educação e o trabalho constituem práticas sociais que promovem a formação dos cidadãos para a vida em sociedade, fazem parte do modo de produção da existência humana, a partir das relações do homem com a natureza e com os demais homens, em determinados contextos históricos e culturais. O trabalho se processa sob o ponto de vista histórico, econômico, social, cultural, político e pessoal.

A vinculação entre educação e trabalho é um dos desafios das políticas públicas educacionais. Para Marx (1982), o trabalho é o modo pelo qual seres humanos produzem a sua humanidade, ou seja, produzem e reproduzem a sua existência, considerando os três elementos constituintes do processo de trabalho: a atividade adequada a um fim, referente ao próprio trabalho, o objeto de trabalho, que consiste na matéria a que se aplica o trabalho e os meios de trabalho, que é o seu instrumental. Segundo Marx (1989, p. 28),

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1989, p. 28).

É dever do Estado implementar políticas educacionais que possibilitem a superação das desigualdades sociais e raciais e que favoreçam o acesso dos estudantes, independente de raça/cor e renda, a uma educação básica gratuita de qualidade, que garanta o acesso aos conhecimentos necessários sua progressão no trabalho e em estudos posteriores em nível superior em diferentes modalidades de ensino.

Em relação ao nível de instrução na educação superior, dos egressos pesquisados, 13% já iniciaram um curso de graduação, mas abandonaram; 13% estão

cursando outra licenciatura, 30% já concluíram outro curso de graduação e 43% cursam apenas Pedagogia. Verifica-se que 87% dos egressos que declararam ter iniciado ou concluído outro curso de graduação optarem por uma segunda licenciatura e 13% por bacharelado. Quanto aos cursos de pós-graduação, 30 % dos egressos já concluíram Especialização *Lato Sensu* e 10% estão cursando, 3% estão cursando mestrado na linha de Políticas Públicas e 57% não iniciaram curso de pós-graduação em nível de especialização ou mestrado.

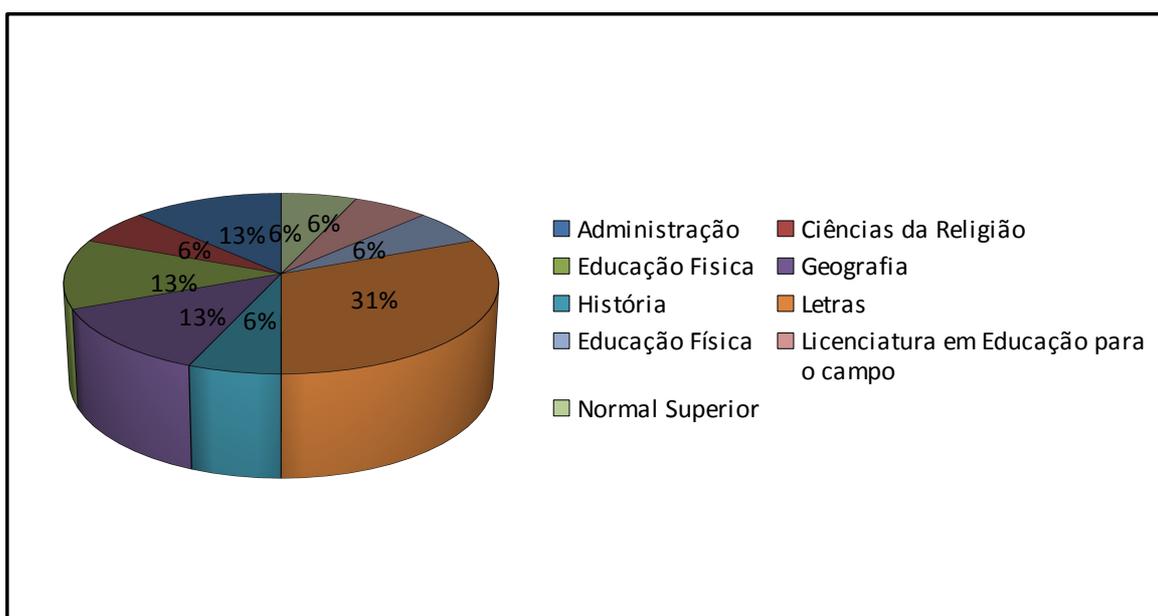


Gráfico 14 Cursos de Graduação concluídos ou em curso

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Pode-se constatar que os egressos superaram o nível de escolaridade dos pais, o que representa uma possibilidade de ruptura com o ciclo de reprodução dos interesses das classes dominantes e da manutenção das relações de poder entre as classes sociais e a garantia de acesso aos bens sociais, culturais e econômicos aos diferentes segmentos da sociedade, numa perspectiva de transformação da realidade social. Martins e Neves (2013) ressaltam que

numa formação social, há uma interação dialética constante entre as relações sociais e as atividades humanas que promovem mudanças significativas. Assim, na história, os homens constituem experiências de classe e, por meio da luta de classes, definem o seu lugar na sociedade. No embate da luta de classes, além das questões econômicas e políticas, também se estabelecem ideias, valores, normas e sentimentos que são fundamentais para a constituição de uma formação histórica e social. (MARTINS; NEVES, 2013, p. p.344)

Para Cury (1986), “uma visão dialética do homem e de seu mundo histórico-social implica conceber a realidade social como efetivo espaço de luta de classes, no interior

da qual se efetua a educação, rejeitando a impositividade da dominação, como o espontaneísmo das classes dominadas”. (CURY 1986, P. 13-19). O autor considera que a educação, com as suas contradições, pode ser um instrumento da superação da sociedade capitalista:

A educação, enquanto instrumento de disseminação de um saber mais abrangente, entra em contradição com a sociedade capitalista. O saber enquanto intenção pode vir a ser apropriado (tornar próprio) pelas classes subalternas. Ao incorporá-lo à sua prática, o tornam instrumento de crítica das armas, pois, na sua prática (no conjunto das relações sociais), reside a contradição da intencionalidade dominante: a oposição entre o saber do dominante e o fazer do dominado. Nesse sentido, a ação pedagógica, enquanto apropriação pelas classes dominadas de um saber que tem a ver com os seus interesses, concorre para o encaminhamento da modificação das condições sociais. Na medida em que explicita aquelas condições que determinam o caráter da dominação, a ação pedagógica conflita com o sistema capitalista. Conflita porque a falsa consciência cede espaço à consciência mais totalizante. Como esse conflito é, pelo menos, latente, as relações de dominação, tornadas principais no conjunto das relações de produção, tentam colocar coesão acima da contradição. (CURY, 2000, p. 71).

Almeida (1973) argumenta que a melhoria do nível de educação ou de habilidades dos trabalhadores são fatores importantes para o crescimento econômico do país.

A educação pode contribuir positiva ou negativamente para o crescimento econômico, dependendo do que se considera como qualidade do trabalhador; se é uma função dependente da extensão e reprodução do sistema de remuneração do trabalho, isto é, função de sua produtividade; ou é a sua capacidade para alterar a taxa de acumulação de capital. À medida que o aumento da escolarização pode levar a maior consciência de classe e fortalecer a organização de trabalhadores, a sua contribuição para o crescimento capitalista pode resultar em balanço negativo. (ALMEIDA, 1973, p. 08)

#### 4.1.5 Formas de ingresso na Universidade

Em relação às questões que abordam às formas de ingresso na UNIMONTES, 73% dos egressos afirmaram que, para se preparar para a seleção do vestibular, fizeram cursinho pré-vestibular. No processo seletivo, 83% dos pesquisados ingressaram na universidade pelo Sistema Universal e 17% pelo Sistema de Reserva de Vagas na categoria egresso de escola pública carente.

No item “forma de ingresso na universidade”, o questionário apresentou questões especificadas direcionadas aos egressos cotistas. Ao serem questionados se não existisse o Sistema de Reserva de Vagas seria mais difícil o seu ingresso na universidade, 90% afirmaram que sim, justificando que, “com o Sistema de Cotas, temos mais chance para

passar no vestibular”. (E 15) e 10% dos egressos consideraram que não teriam dificuldade para ingressar na universidade sem o Sistema de Cotas.

Quanto à adaptação ao ambiente acadêmico, 60% afirmaram que não tiveram nenhuma dificuldade para se adaptarem, enquanto que 40% afirmaram que tiveram dificuldades na adaptação, justificando que “por ser virtual e na época morava em uma comunidade rural sem acesso à internet.” (E 14) e que “Sou de escola pública, no começo foi difícil acompanhar o ritmo dos estudos e adaptação de estudar a distância.” (E 20). Dos egressos cotistas, 60% não apresentaram dificuldades de aprendizagem durante o curso e 40% declararam que tiveram dificuldades de aprendizagem, justificando que “Tive no começo dificuldade de entender as apostilas mas depois adaptei.” (E 20) e que “Achei o curso um pouco difícil.” (E 14).

Quando questionados se enfrentaram algum tipo de preconceito, por ingressarem na universidade pelo Sistema de Reserva de Vagas, os cotistas afirmaram que não enfrentaram nenhum tipo de preconceito. Em relação às dificuldades financeiras, enfrentadas pelos cotistas para assumir as despesas com alimentação, transporte e hospedagem necessárias para sua manutenção no curso, 80% reponderam que não enfrentaram dificuldades financeiras, pois moravam no mesmo município do polo de apoio presencial e 20% afirmaram que tiveram dificuldades para custear as despesas com transporte e hospedagem, pois residia em outro município.

No item assistência estudantil, 80% dos cotistas afirmaram que não participaram de nenhum programa e/ou ação de assistência aos estudantes cotistas (moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico) durante o curso e 20% afirmaram que participaram de programa de inclusão digital na universidade.

Quando questionados se a universidade utilizou diferentes estratégias para garantir o acesso, permanência e sucesso do estudante cotista, no curso de Pedagogia a distância, 60% afirmaram que a universidade utilizou estratégias diferenciadas, justificando que “Várias reclamações nossas foram analisadas e resolvidas”. (E 20) e que “Tivemos várias oportunidades de recuperar a nota” (E14). As questões específicas para os cotistas foram finalizadas com o questionamento sobre a organização do Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB, sendo que a maioria 80% afirmou que a organização do Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB e a sua estrutura curricular permitem atender as especificidades dos estudantes cotistas e 20% afirmam que são necessárias mudanças na organização do Curso e sua estrutura curricular no atendimento às especificidades dos estudantes cotistas.

#### 4.1.6 Sobre o Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB

Nas questões referentes ao Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB, pode-se verificar que 20% dos egressos precisaram de capacitação prévia, em informática, para cursar uma licenciatura na modalidade a distância, sendo que a maioria dos egressos, 80% afirmaram que não precisaram dessa capacitação, pois já possuíam o conhecimento básico necessário para realização do curso a distância.

Quanto aos principais motivos que levaram os egressos a escolher o curso de Pedagogia a distância, na UNIMONTES, pode-se verificar, na tabela 05, que os motivos considerados mais relevantes pelos egressos foram a qualidade dos cursos, o recebimento de um diploma em nível superior reconhecido pelo MEC, por oferecer ensino gratuito e oferta de Cursos com atividades presenciais aos finais de semana.

Tabela 05 Os principais motivos da escolha do Curso de Pedagogia a distância na UNIMONTES

<b>Indicadores</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Pela qualidade dos cursos	3%	97%
Recebimento de um diploma em nível superior reconhecido pelo MEC	3%	97%
Por oferecer ensino gratuito	3%	97%
Oferta de cursos com atividades presenciais aos finais de semana	10%	90%
Pela possibilidade de continuar em cursos de pós-graduação	13%	87%
Por ser a única universidade pública na região	33%	77%
Disponibilidade de vagas no mercado de trabalho	23%	67%
Pela proximidade com a residência de família	23%	67%
Complementação de formação profissional que já exerce	50%	50%
Influência de familiares e/ou terceiros	60%	40%
Baixa concorrência	87%	13%

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Em relação aos motivos predominantes, na escolha do curso de Pedagogia, na tabela 6, observa-se que os egressos consideram, como principais motivos para escolha do curso, a possibilidade de realização pessoal, emprego, renda, a possibilidade de poder contribuir com a sociedade, possibilidade de emprego, amplas expectativas salariais e formação profissional voltada para o mercado de trabalho.

Tabela 06 Os motivos predominantes da escolha do Curso de Pedagogia

<b>Indicadores</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Possibilidade de realização pessoal	0%	100%
Possibilidade de poder contribuir com a sociedade	3%	97%
Curso adequado à aptidão pessoal e vocacional	10%	90%

Formação profissional voltada para o mercado de trabalho	10%	90%
Possibilidade de emprego	13%	87%
Flexibilidade da EAD	13%	87%
Prestígio social da profissão	33%	67%
Amplas expectativas salariais	47%	53%
Já trabalha na área	60%	40%

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Quanto ao desempenho acadêmico dos egressos, 33% declararam que foram reprovados em algumas disciplinas durante o curso, dentre elas: Lógica formal e ética, Sociologia, Filosofia, didática, Língua Portuguesa II e Estágio Supervisionado I, II e III e Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, enquanto que 73% foram aprovados em todas as disciplinas do curso. Dentre os egressos que responderam ao questionário, 70% concluíram o curso e 10% ficaram em dependência; 10% desistiram do curso, o que denota um índice de evasão de 10% do total dos participantes da pesquisa.

Favero (2006) define evasão como a desistência do curso. São considerados estudantes evadidos aqueles que, após terem se matriculado, não iniciaram os cursos ou os que abandonaram de uma forma ou outra. Para o autor, os principais motivos da evasão, nos cursos a distância, são: a falta da tradicional relação face a face entre professor e alunos, insuficiente domínio técnico do uso do computador, principalmente da Internet, ausência de reciprocidade da comunicação e a falta de um agrupamento de pessoas numa instituição física.

Na UNIMONTES, os egressos que não concluíram o curso alegaram que desistiram devido a “dificuldades financeiras, na época não tive como participar dos encontros, doença na família” (E27) e “na época viajava muito a trabalho, impossibilitando a frequência nos encontros presenciais”(E29). Dentre os cotistas pesquisados, 60% concluíram o curso, 20% em dependência, justificando que “não consegui apresentar o artigo para a banca examinadora ainda” (E14) e 20% desistiram devido a “despesas de transporte, alimentação e hospedagem” (E 19).

Ao analisar os documentos referentes a situação acadêmica de todos os estudantes do Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB, disponibilizados na Secretaria Geral da UNIMONTES, pode-se constatar que, nos polos de apoio presencial em Almenara, Buritizeiro, Cristália e São João da Ponte, inicialmente foram matriculados, no primeiro período do curso, 250 estudantes. No último período, foram matriculados 145 estudantes, totalizando 58% da matrícula inicial do curso, com a desistência de 150 estudantes, totalizando um índice de evasão de 42% no decorrer do curso.

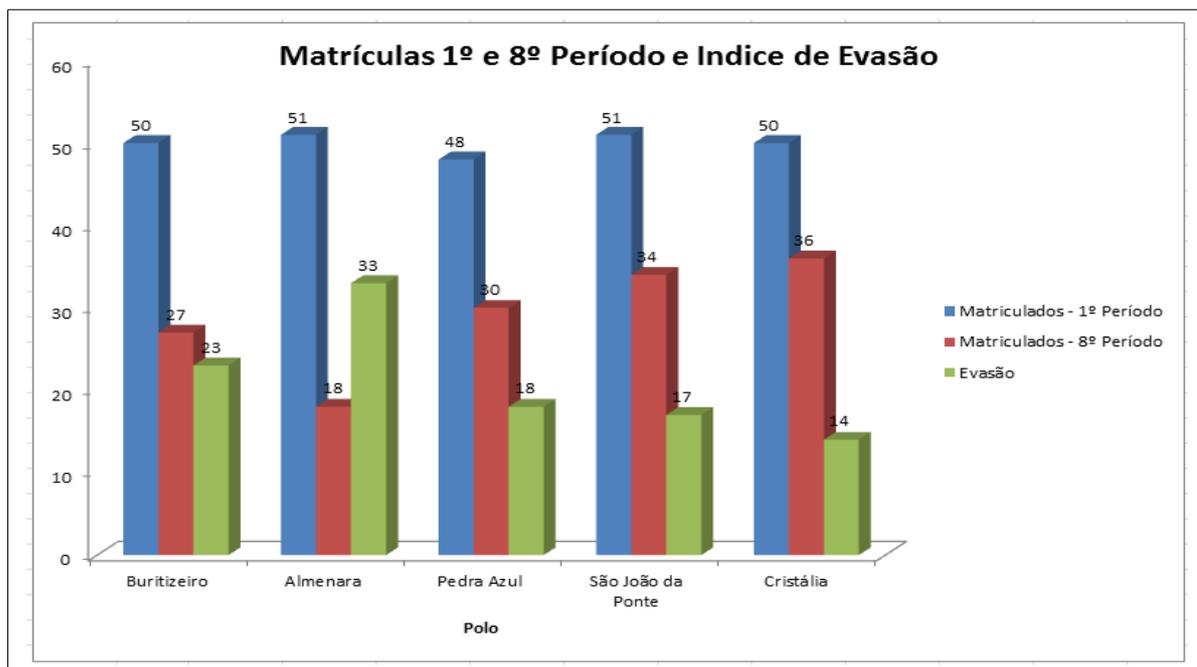


Gráfico 15 Quantitativo de matrículas/índice de evasão do curso de Pedagogia  
 Fonte: Web Professor- Virtualmontes/ Secretaria Geral da UNIMONTES 2013

Observa-se, no gráfico 15, que o polo de Almenara apresenta o maior índice de evasão com 66% de desistências, seguido do polo de Buritizeiro, que apresenta um índice de evasão de 46%, o polo de Pedra Azul, que apresentou um índice de evasão de 37,5% e o polo São João da Ponte 33%. O polo de Cristália apresenta o menor índice de evasão, com a desistência de 28% dos estudantes.

Dos 145 alunos matriculados no oitavo período, 128 (51%) acadêmicos concluíram o curso e 17 (7%) estudantes não concluíram devido às dependências em disciplinas. A primeira oferta do curso ocorreu no período de 2008 a 2012, com o tempo de integralização mínimo de 08 semestres e máximo de 10 semestres, nos quais os estudantes puderam cursar as dependências e concluir o curso.

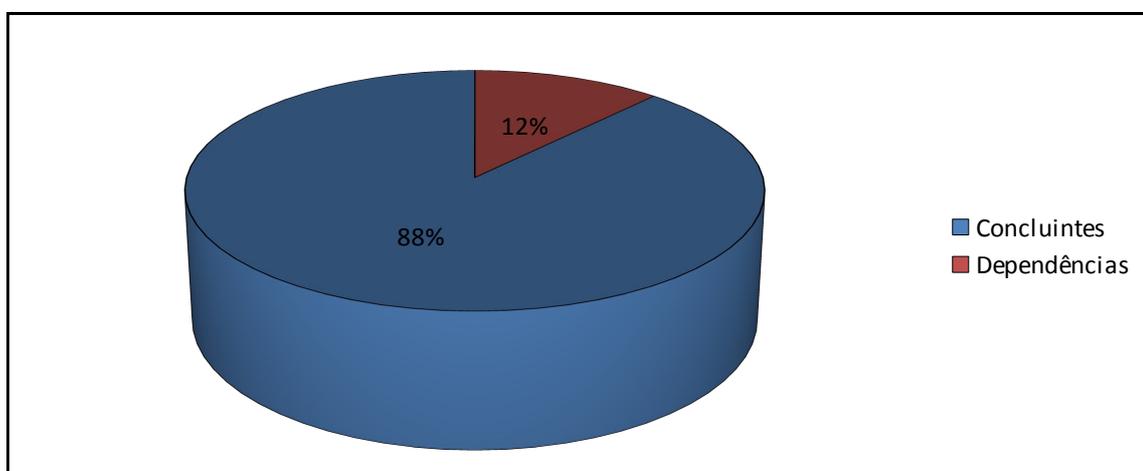


Gráfico 16 Situação final dos alunos matriculados no 8º Período do Curso de Pedagogia  
 Fonte: Web Professor- Virtualmontes/ Secretaria-Geral da Unimontes (2013)

A evasão é um dos desafios dos cursos a distância e efetivação das políticas de ação afirmativa voltadas para o acesso, permanência e sucesso dos estudantes no ensino superior. Pode-se constatar que o curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB apresenta um índice de evasão de 42%, no total geral de desistências de estudantes cotistas e não cotistas do curso. Observa-se que o índice de evasão dos estudantes cotistas é menor (35%) do que o índice de evasão dos estudantes não cotistas (49%).

Dos 21 estudantes aprovados no processo seletivo da UNIMONTES /2008, no Sistema de Reserva de Vagas, 5,5% não efetuaram a matrícula, 52 % concluíram o curso, 9,5% ficaram em dependência e 33% desistiram do curso. Dos estudantes cotistas matriculados no curso, 10% desistiram no 1º período, 10 % desistiram no 2º período, 10% no 3º período, 5% desistiram no 6º período do curso e 10% não colaram grau no 8º período, devido as dependências em disciplinas do curso.

Dentre as justificativas, apresentadas pelos egressos para a desistência do curso, destacam-se a falta de recursos financeiros para custear as despesas com a alimentação, a hospedagem, transporte e outros itens relacionados a vida acadêmica, dificuldades de adaptação à metodologia do curso e na utilização do tempo de estudo individual, necessário nos cursos a distância; distância entre a residência e polo de apoio presencial; dificuldade para conciliar trabalho e estudo; dificuldade de acesso à internet, considerando que muitos estudantes residem na zona rural dos municípios; falta de computador e internet na residência e dificuldades no cumprimento das horas de Atividades Acadêmicas, científicas e culturais-AACC, do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC.

Ao serem questionados sobre a qualidade da formação acadêmica do curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB, 3% consideraram o curso ruim e a maioria, 97%, consideraram o curso excelente.

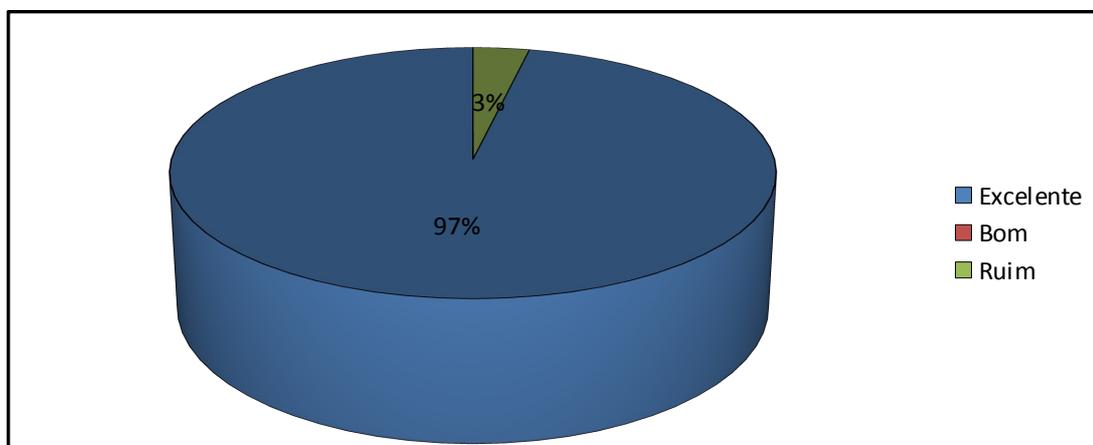


Gráfico17 Opinião dos egressos quanto a qualidade da formação acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB  
Fonte: Arquivo pessoal da autora

#### 4.1.7 Sobre o Sistema de Reserva de Vagas na UNIMONTES

Quanto à implantação do Sistema de Reserva de Vagas na universidade, 57% dos egressos concordaram com a adoção de cotas, 30% discordam e 13 % se posicionaram-se indiferentes. No questionário, os egressos justificaram as suas respostas quanto a adoção do Sistema de Reserva de Vagas nas Universidades:

- Discordo. A UNIMONTES é entidade de formação educacional e produção de conhecimento lotada numa região de índice IDH baixo, onde os cursos mais concorridos como Medicina Direito são cursados por acadêmicos provenientes de famílias de classes média Alta e Alta. Até que ocorra um equilíbrio no modelo educacional que equipare a concorrência nos vestibulares. Até que a educação pública de qualidade chegue para as classes mais necessitadas. Mas penso que aquele acadêmico que tem condições de pagar faculdade particular, deve pagar quando fizer uso de instituição educacional pública o valor que seria equivalente se estivesse numa instituição privada.(E 3)
- Discordo. O fato de existir Sistema de Reserva de Vagas já constitui fator de exclusão social.Cria-se um certo desconforto e há também possibilidade de recrutar pessoas que atuarão aquém às expectativas do curso. (E 4)
- Discordo. A maioria dos brasileiros são vítimas da desigualdade social. (E 8)
- Concordo. Acho justo e algumas pessoas realmente precisam.(E 10)
- Concordo com ressalvas. Entendo que por muito tempo os negros, portadores de deficiências, indígena, estudantes de escolas públicas tiveram dificuldades em frequentar ou concorrer a uma vaga na s Universidades por diversos motivos, mas é necessário que a educação melhore e atenda a todos para que essas pessoas não necessitem mais desse recurso para frequentarem a educação superior. A educação é um direito do cidadão e esta tem que ser gratuita e de qualidade para todos (E 11)
- Concordo. É uma oportunidade de reduzir as desigualdades sociais e raciais. (E 12)
- Concordo. Se todos somos iguais perante a Deus, todos nos temos direitos em lutar por um objetivo a favor do nosso profissionalismo sem nenhuma diferença. (E 20)
- Concordo. Creio que todos têm o direito de fazer valer seus direitos. Particularmente, vejo uma nação miscigenada e que todos necessitamos de uma educação de qualidade. (E 21)
- Indiferente. Penso que não é a cor da pele, raça que define a inteligência de uma pessoa. Quotas para quem estudou a vida inteira na escola pública ou tem baixa renda, mesma que cursou escola particular sou a favor, (as vezes foi um parente que pagou a escola, ou o grande esforço da família), mas quotas por ser índio, negro, etc, não.(E 22)
- Indiferente. Creio que todos têm o direito de fazer valer seus direitos. Particularmente, vejo uma nação miscigenada e que todos necessitamos de uma educação de qualidade. (S 23)

- Concordo. E uma oportunidade para os menos beneficiados (E 24)
- Concordo. Uma forma de acesso aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de um ensino básico de qualidade capaz de concorrer em igualdade com concorrentes que tiveram a oportunidade de ensino em estabelecimentos que ofertavam um ensino de qualidade. (27)
- Concordo. Porque aumenta a possibilidade de um aluno da rede pública ingressar no ensino superior. (E 28)
- Discordo. Não concordo com os que passam com baixa nota apenas pelo Sistema de Cotas. Deveria ter um mínimo de pontuação. (E 29)
- Discordo. Eu acho que tem que melhorar o ensino fundamental e médio das escolas públicas, para que os alunos cheguem à universidade sem precisar do Sistema de Cotas e tenham mais conhecimentos para enfrentarem um curso superior. (E 30)

Observa-se que um dos egressos, ao justificar a sua opinião quanto a implantação do Sistema de Reserva de Vagas na universidade, afirmou que *“considero que o fato de existir Sistema de Reserva de Vagas já constitui fator de exclusão social. Cria-se um certo desconforto e há também possibilidade de recrutar pessoas que atuarão aquém às expectativas do curso”*. (E 4). Essa afirmativa nos remete à questão do mérito acadêmico. Veloso (2007) considera que a visão de que o vestibular aprovaria os melhores candidatos, distinguindo os detentores do mérito acadêmico, desqualifica o Sistema de Cotas e *“desconsidera-se que a universidade pública é uma questão de direito, enquanto que a defesa do mérito conduz à construção de discursos democratizantes que, no entanto, negam qualquer possibilidade de intervenção no problema do acesso imediato à universidade*. (VELOSO, 2006, p.89).

Para a autora, o Sistema de Cotas pode romper com as práticas excludentes no sistema, podendo criar possibilidades para a garantia do direito ao ensino superior. Para Gomes (2004), não se deve reduzir o acesso à universidade a uma questão de mérito *“como se o vestibular classificatório fosse uma competição em que todos os concorrentes participassem em condições de igualdade.”* (GOMES, 2004: p.40).

O Sistema de Reserva de Vagas na universidade constitui-se uma possibilidade de ampliação de oportunidades aos discriminados e excluídos, desmitificando a questão do mérito no vestibular. Para Júnior e Zoninsein (2008), *“nos nossos dias de hoje, só é meritório, digno de prêmio e reconhecimento, aquilo que é conquistado quando os competidores são razoavelmente iguais, ou melhor, metaforicamente, partem da mesma linha de largada. Vantagens desproporcionais e desigualdades agudas cancelam o mérito de qualquer vitória”*. (FERES JUNIOR; ZONINSEIN, 2008, p.17)

Em relação à adoção das cotas, no cursos de licenciatura a distância na UNIMONTES, o gráfico 18 demonstra que na opinião de 40% dos egressos, o Sistema de

Reserva de Vagas é uma forma eficiente de reduzir as desigualdades sociais e raciais, enquanto que 23% afirmam que o Sistema de Reserva de Vagas não resolve o problema da desigualdade social e racial e 23% acreditam que a adoção de políticas de cotas é desnecessária, sendo fundamental uma reestruturação e fortalecimento da educação básica. Para 7% dos egressos, o Sistema de Reserva de Vagas reforça o preconceito social e racial e 7% consideram que as pessoas deveriam entrar na universidade somente por seus próprios méritos e esforço próprios, sem a imposição de políticas de cotas para qualquer segmento da sociedade.

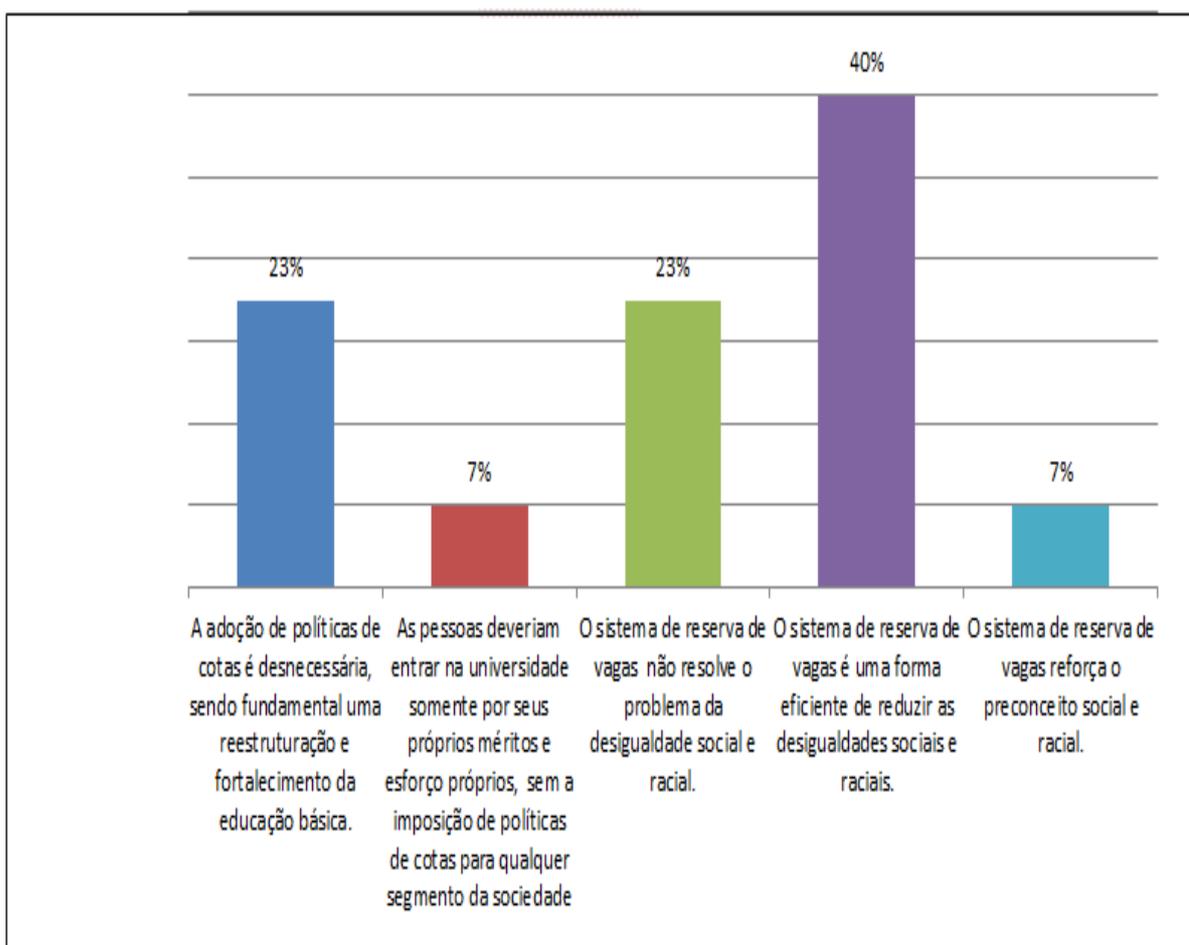


Gráfico 18- Opinião dos alunos em relação a adoção das cotas no cursos de licenciatura a distância na UNIMONTES

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Ao serem questionados quanto aos grupos que deveriam ser contemplados no Sistema de Reserva de Vagas, o gráfico 19 demonstra que a maioria dos egressos, 50%, acreditam que todos os alunos egressos das escolas públicas, independente da renda e cor deveriam ser contemplados, 20% apenas os alunos carentes das escolas públicas, 3% os indígenas, negros e portadores de deficiência e 23% afirmam que não deveria existir a reserva de vagas para nenhum grupo social.

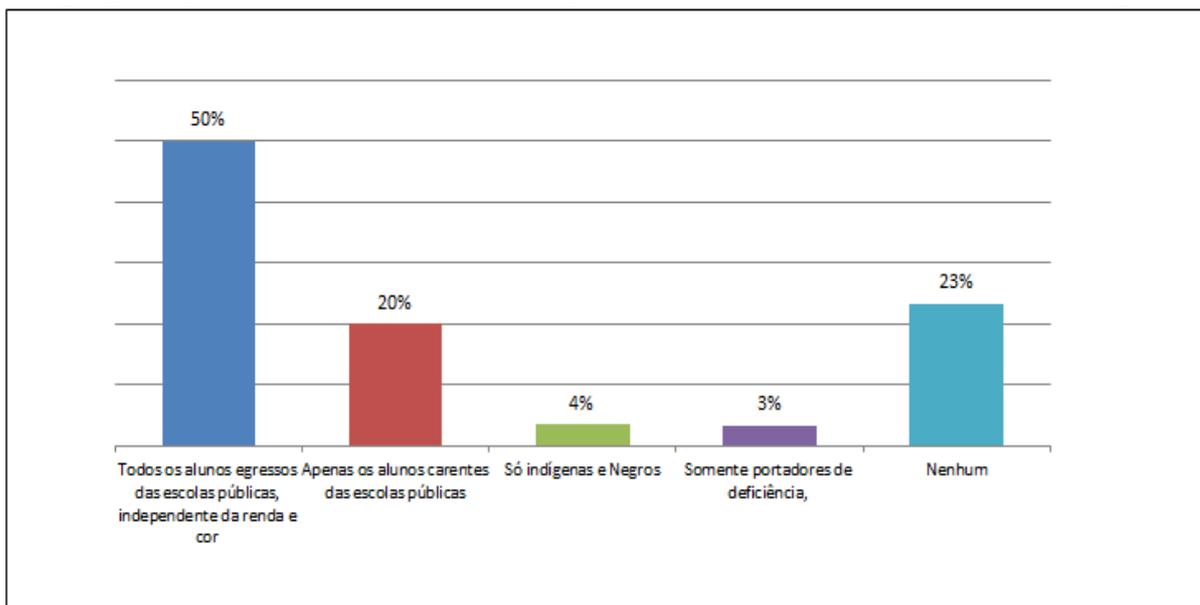


Gráfico 19 Grupos que deveriam ser contemplados no Sistema de Reserva de Vagas  
 Fonte: Arquivo pessoal da autora

Pode-se constatar que, a maioria dos egressos, 50% concordam que o Sistema de Reserva de Vagas deve contemplar os alunos negros carentes e egressos de escola públicas carentes, geralmente considerando que os mesmos têm menos chances na concorrência por uma vaga na universidade, devido a alta seletividade do processo e que muitos não tiveram acesso a uma educação básica de qualidade, em escolas públicas e precisam conciliar estudo e trabalho, não tendo disponibilidade de tempo para se dedicar aos estudos. 23% acreditam que não deveria existir o Sistema de a Reserva de Vagas nas universidades, considerando que todos os candidatos deveriam concorrer em “igualdade de condições” no processo seletivo nas universidades. A adoção do Sistema de Reserva de Vagas constitui uma possibilidade de superação das desigualdades sociais e raciais. Para Veloso (2007)

a adoção da reserva de vagas na universidade pode provocar mudanças na estrutura social, produzir deslocamentos de poder, criar condições para a participação de segmentos excluídos na dinâmica da mobilidade social – por um processo em que a democracia deixa de ser meramente simbólica, transformando-se em possibilidade real e garantia de acesso aos bens sociais, culturais e econômicos. (VELOSO, 2006, p.89)

Quando questionados sobre a existência de programa e/ou ação de assistência estudantil, voltada para os cotistas, na universidade, os estudantes afirmaram que desconheciam ou julgavam não existir ações que favorecem a permanência dos estudantes cotistas na UNIMONTES. Finalizando o questionário, os egressos apresentaram sugestões

de outras políticas educacionais para incentivar o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes cotistas e não cotistas nos cursos de licenciaturas a distância na UNIMONTES:

- Disponibilidade de trabalho remunerado para aqueles que iniciam no curso de licenciatura proporcionando condições de sobrevivência durante o curso e aprendizado com familiarização no ambiente educacional: ambiente de sala de aula, supervisão, inspeção, orientação, direção para todo e qualquer curso de licenciatura. (E3)

- Sugiro que seja investido fundamentalmente na educação básica. Enfrentamos situações absurdas de egressos nos cursos superiores sem nenhum preparo para tal, a título de exemplo cito o grande comércio dos trabalhos de TCC que muitos acadêmicos não são capazes de construir e consolidar (E 4)

- É importante que o ensino seja de qualidade, portanto deveria melhorar a estrutura física, humana, melhor direcionamento para os estágios, um acompanhamento melhor em relação ao aprendizado dos alunos, não para a reprovação mas sim para o conhecimento. (E 11)

- Avaliar a ação do aluno como o sujeito a partir de um novo sistema de aprendizagem, estimulando a autocrítica e mensurando as expectativas, o potencial e as carências do aluno. Ver o aluno como agente e não simplesmente como coadjuvante de em um processo ou como simples elemento de um conjunto. E para que isso aconteça é importante um novo conceito de avaliação – A avaliação Formativa e não somativa. (E 13)

- Assistência Estudantil. (E 20)

- Implantação de novos cursos superior e pós-graduação nos polos e campus já existentes. (E 22)

- Estágio com possibilidade de futuro emprego (E 25).

- Oferecimento de bolsas de estudo e incentivo à escolarização. (E 27)

- Políticas que incentivasse mais o aluno a continuar no curso evitando assim a evasão. (E 28)

- Intercâmbio entre os alunos de Educação a Distância, para trocas de conhecimento, entretenimento e vivências escolares, como forma de fortalecimento para a permanência no curso. Pois, cada aluno estuda autonomamente de modo individual, desconhecendo as dificuldades dos demais, principalmente com o ambiente virtual e noções de informática, que é um dos principais problemas de evasão escolar. (E 29)

- Sugiro que o vestibular tenha uma pontuação mínima fixa, que haja cursos de aperfeiçoamento para os alunos. (E 30)

A adoção de políticas de democratização e interiorização do ensino superior, aliada às ações afirmativas, constitui um instrumento para o desenvolvimento econômico e social, necessário na superação das desigualdades sociais e raciais e desnaturalização da hegemonia das classes dominantes na sociedade, visando a transformação da realidade social.

## **4.2 A Educação a Distância e o Sistema de Reserva de Vagas na perspectiva da Coordenação Geral da UAB / Unimontes**

Neste estudo, no levantamento de dados, além do questionário, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Coordenadora Geral da UAB na UNIMONTES. A transcrição da fala da Coordenadora expressa a sua opinião quanto à implantação do Programa Universidade Aberta do Brasil na UNIMONTES, o Sistema de Reserva de Vagas nos cursos de licenciatura, o desenvolvimento de programas e ações de assistência e a utilização de estratégias adotadas pela universidade para assegurar, além do acesso, a permanência e aprendizagem dos estudantes cotistas.

A Coordenadora Geral da UAB na UNIMONTES é graduada em Pedagogia, especialista em Avaliação a Distância e Metodologia do Ensino Superior, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação. Atua há 18 anos como professora do ensino superior e, atualmente, coordena a Universidade Aberta do Brasil/UNIMONTES e os projetos do Centro de Educação a Distância/CEAD-UNIMONTES que incluem: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Pronea, Pró-Licenciatura, Licenciaturas UAB (Letras/Português/Espanhol/Inglês, Geografia, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, História, Pedagogia, Artes/Visuais), Planos de Ações articuladas/PAR (Educação Física, Ciências da Religião e Pedagogia), Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos/PNAP (Graduação em Administração Pública, Especialização Lato Sensu em Gestão Pública, Gestão em Saúde e Gestão Pública Municipal).

Na entrevista, o primeiro tópico abordado contemplou o questionamento quanto aos motivos que contribuíram para a adesão da UNIMONTES ao Sistema Universidade Aberta do Brasil. A coordenadora afirmou que

o objetivo da UNIMONTES em aderir ao Sistema UAB é que a Educação a Distância pautou-se na responsabilidade desta Universidade com a interiorização do conhecimento acadêmico, nas grandes distâncias geográficas da sua área de abrangência e com o compromisso com a população sem acesso ao ensino público de qualidade. (Coordenadora UNIMONTES-UAB)

A Educação a Distância torna-se, em seu discurso, um agente de democratização e interiorização do acesso ao ensino superior. O Sistema Universidade Aberta do Brasil, aliado às políticas públicas educacionais, tem se configurado uma possibilidade de inclusão de diferentes segmentos da sociedade, excluídos do sistema educação. Segundo o MEC (2011), o Sistema UAB constitui-se como um instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior:

O Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal,

estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Funciona como um instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades (MEC, 2011).

Um sistema de Educação a Distância, segundo Moore (2008, p. 9) “é formado por todos os processos componentes que operam quando ocorre o ensino e o aprendizado a distância. Ele inclui aprendizado, ensino, comunicação, criação e gerenciamento”. As organizações de Educação a Distância devem ser estudadas e avaliadas como sistema. Rumble (2003, p.15) registra que a gestão pode ser entendida como “um processo que permite o desenvolvimento de atividades com eficiência e eficácia, a tomada de decisões com respeito às ações que se fizerem necessárias e a escolha e a verificação da melhor forma de executá-las”.

O autor ressalta que um sistema de gestão precisa priorizar elementos, tais como: o Planejamento que comporta a definição de objetivos, elaboração de estratégias e execução dos planos de coordenação de atividades; a Organização que compreende a determinação e atribuição de tarefas a cumprir, a maneira como devem ser agrupadas as tarefas; a Direção que implica na motivação do pessoal envolvido e direção de pessoal e resolução de conflitos; o Controle que comporta o acompanhamento sistemático das atividades; a Concepção e organização de processos administrativos; o Planejamento e execução de sistemas de avaliação; o Controle sobre os problemas nos sistemas de apoio ao estudante; e a Organização de recursos humanos, financeiros, contábeis e transportes, com vistas à melhoria da qualidade. No planejamento do sistema de ensino a distância, ao se conceber os objetivos do projeto, precisa-se levar em conta as necessidades do mercado, as características dos alunos, a escolha das tecnologias que serão utilizadas, considerando o número de alunos e o custo, à filosofia de ensino, o quadro institucional e financiamento.

Enquanto que Mill (2010) considera que outros aspectos precisam ser observados pela coordenação da instituição de ensino, como: a Gestão Pedagógica em sistemas de Educação a Distância; a Gestão do Sistema de Tutoria; a Gestão Acadêmica dos alunos: acesso e permanência/evasão; a Gestão tecnológica e processos comunicacionais; a Gestão das atividades presenciais e dos Polos de Apoio Presencial; a Gestão da sustentabilidade e rentabilidade financeira do sistema; a Gestão dos espaços e tempos do ensino-aprendizagem; a Gestão dos aspectos legais do sistema; Gestão de pessoal e relações trabalhistas e a Gestão da sala de aula virtual.

No questionamento sobre a adoção do Sistema de Reserva de Vagas, no processo seletivo dos cursos de licenciatura a distância, ofertado pela UAB na UNIMONTES, a Coordenadora posicionou-se favorável, declarando que “Sou a favor do Sistema de Cotas, mesmo reconhecendo, na política atual, algumas falhas.” As Políticas de Ações Afirmativas nas universidades representam um instrumento de manutenção ou de promoção social dos diversos segmentos da sociedade. No entanto, para que alcancem os objetivos para os quais foram criadas essas políticas, precisam ser acompanhadas, monitoradas e avaliadas sistematicamente, pelos órgãos gestores, para que possam contribuir efetivamente para a transformação das relações sociais. Para Souza; Brandalise (2012),

a política de cotas se caracteriza como uma possibilidade de superação das desigualdades. O sistema social tenta limitar essa superação, reproduzindo desigualdades de outras formas, no entanto, a política de cotas, mesmo fazendo parte de um sistema que sofre violência simbólica, contribui para a promoção de modificações na estrutura da pirâmide social e educacional, pois uma vez que proporciona a elevação dos níveis sociais, tais políticas abrem possibilidade para que aquelas pessoas que vivem em condições socioeconômicas menos favoráveis também sejam elevadas socialmente. (SOUZA; BRANDALISE, 2012, p. 4)

O Sistema de Reserva de Vagas, na universidade, constitui uma possibilidade de ampliação do acesso de minorias raciais e grupos sociais economicamente desfavorecidos ao ensino superior, desmitificando o ingresso na universidade, restrito ao mérito no vestibular e ressaltando o direito a educação. Nesse processo, César (2013) alerta que

a decisão pelo mérito agrada não só o senso comum, que ignora a exclusão promovida pelo sistema cego de vestibular, mas também é apoiada por alguns educadores, para os quais a elitização do conhecimento é tão natural quanto a desigualdade do país. Por isso, eles defendem que só quem tem a capacidade formal requerida nos vestibulares deve ter direito à educação superior, devido às próprias dificuldades de aprendizado dos alunos sem capacitação e ao elevado nível científico do ambiente universitário. A antítese está na defesa da oportunidade aos discriminados e excluídos e na importância da diversidade educacional. (CESAR, 2003: 30-31).

Em relação à assistência estudantil, ao ser questionada se a Universidade desenvolveu algum programa e/ou ação de assistência estudantil (moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico), voltada para os cotistas do Curso de Pedagogia, a Coordenadora afirmou que a universidade não desenvolveu programas e ações de assistência estudantil específicas para os cotistas. Em relação à utilização de estratégias diferenciadas para garantir o acesso, permanência e sucesso do estudante cotista, no Curso de Pedagogia a distância, a coordenadora afirmou que

especialmente ao cotista não, mas algumas ações foram feitas visando a permanência e o sucesso de todos os alunos tais como disponibilidade de computadores com internet nos polos, o calendário de aulas que seria durante a semana foi modificado e condensado nos finais de semana para atender ao aluno trabalhador e de localidades distantes, facilitando o acesso às aulas e diminuindo as despesas dos estudantes com estadia e alimentação no período de aulas, etc. (Coordenadora UNIMONTES-UAB)

Na solicitação de sugestões de outras políticas educacionais, para incentivar o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes cotistas e não cotistas, nos cursos de licenciaturas a distância na UNIMONTES, a Coordenadora sugeriu a concessão da “Bolsa estudantil”. A implantação de políticas públicas de acesso ao ensino superior deve ser acompanhada de Políticas de Ações Afirmativas que garantam a permanência e a sobrevivência dos estudantes cotistas na universidade.

A questão da adoção de programas de assistência estudantil, dos cursos de graduação na modalidade a distância, tem sido tema de debates no cenário nacional. É premente a necessidade de formulação e efetivação de políticas educacionais que garantam a permanência dos estudantes nas universidades. Na atualidade, os programas de assistência estudantil, implementados pelo Governo Federal nas universidades federais e estaduais, só contemplam os estudantes matriculados nos cursos de graduação na modalidade presencial.

Na gestão da educação a distância nas universidades devem ser priorizadas a adoção de políticas públicas que não se limitem a garantir o acesso, mas a permanência e sucesso dos estudantes na universidade e a sua inclusão e mobilidade social. Para tanto, faz-se necessário uma avaliação sistematicamente destas políticas para diagnosticar as falhas, verificar se os objetivos estão sendo alcançados mediante a produção de análises sobre a realidade universitária, bem como a reformulação de políticas concernentes aos estudantes, considerando as especificidades dos estudantes que residem em municípios distantes dos polos de apoio presencial e os novos desafios da modalidade de ensino a distância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por objetivo geral investigar o impacto social das Políticas de Ações Afirmativas, em relação ao Sistema de Reserva de Vagas, no Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB. Para tanto, foi realizada pesquisa junto aos egressos cotistas e não-cotistas do curso, traçando o perfil socioeconômico dos egressos e suas opiniões quanto à adoção das Políticas de Ações Afirmativas, o Sistema de Reserva de Vagas e formação de professores na modalidade a distância na UNIMONTES. Buscou-se, ainda, verificar, junto à gestão da UAB nesta Universidade, se as ações afirmativas, adotadas por esta universidade, têm assegurado, além do acesso, a permanência e aprendizagens dos estudantes.

A utilização do questionário, para o levantamento de dados, foi um dos desafios desta pesquisa, pois muitos egressos não receberam o questionário por problemas na grafia incorreta do endereço eletrônico ou porque não acessavam mais o e-mail criado para atender a uma exigência formal do curso a distância. A maioria dos egressos utilizava o Ambiente Virtual de Aprendizagem para comunicação e realização das atividades solicitadas no Virtualmontes. Dos 250 egressos, trinta participaram da pesquisa.

Durante a pesquisa, na fundamentação teórica, foram caracterizadas as categorias de conteúdo referentes às Políticas Educacionais, Ações Afirmativas no ensino superior, Sistema de Reserva de Vagas, Educação a Distância, Sistema Universidade Aberta do Brasil e Formação de Professores na modalidade a distância, em âmbito geral e na UNIMONTES, em particular.

Na categoria Políticas Educacionais foi dada ênfase às políticas públicas de democratização e interiorização do ensino superior, implementadas pelo Governo Federal, nas últimas décadas, nas instituições públicas e privadas, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento das questões relativas ao desenvolvimento econômico e desigualdades sociais e raciais no Brasil. A educação superior constitui um instrumento de desenvolvimento econômico e social do país. Para tanto, torna-se premente a necessidade de analisar e repensar o processo de tomada de decisões na elaboração de políticas públicas educacionais, construção dos projetos institucionais das universidades e, concomitantemente, os investimentos do Estado nos processos formativos dos docentes que atuam na educação, visando a qualidade do ensino nos diferentes níveis e modalidades.

Em relação às categorias Educação a Distância, Sistema Universidade aberta do Brasil e Formação de Professores na modalidade a distância pôde-se constatar que a Educação a Distância, enquanto política pública, desponta como um meio para reduzir significativamente as dificuldades de acesso à educação superior aos diversos segmentos

da sociedade.

Para Mill (2010) para se implantar a EAD, numa instituição, deve ser considerada a relação custo e benefício, as questões pedagógicas e o conteúdo. Os gestores e educadores devem estar atentos a aspectos a serem observados para uma boa gestão, no sentido do maior controle de qualidade do sistema de EAD:

- obter apoio institucional,
- a Institucionalização efetiva da educação a distância, com mudanças de mentalidade da comunidade acadêmica e incorporação das atividades de educação a distância na vida cotidiana da universidade;
- consultar e orientar se pelos Referenciais de qualidade para EAD do MEC;
- compreender que a gestão se baseia na administração;
- ter claro que a educação é composta por elementos complementares: gestão, docência, discência e tecnologias;
- reconhecer que a produção de materiais didáticos para EAD traz consigo desafios e dificuldades que a Educação presencial desconhecia,
- definir a composição adequada da equipe multidisciplinar e formação profissional dos recursos humanos para a realização de atividades específicas de EAD,
- a avaliação do sistema de EAD ou a avaliação institucional (nível macro) quanto a avaliação do ensino-aprendizagem (nível micro) são essenciais para uma formação de qualidade pela EAD
- o sistema logístico em EAD é demasiadamente complexo e costuma ser o responsável por diversos transtornos no processo de ensino-aprendizagem.

Quanto a demanda para a formação de professores, o discurso oficial é que a educação a distância contribui significativamente para a formação de profissionais em regiões afastadas dos grandes centros, possibilitando a flexibilização do tempo e do espaço. Os dados da pesquisa demonstram, no entanto, que há controvérsias na questão da formação inicial de professores na modalidade a distância. Freitas (2007) considera que a maioria dos cursos de formação na modalidade a distância se apresenta como uma forma de aligeirar e baratear a formação. As iniciativas atuais de massificação, por intermédio da UAB, cumprem as metas estatísticas e conformam os professores a uma concepção de caráter meramente instrumental, em contraposição à concepção de educador de caráter sócio-histórico.

Para Scheibe (2006), a oferta de cursos de formação docente à distância afirma-se mais como educação compensatória do que como processo de efetiva qualificação. A

autora considera que a educação a distância não é uma modalidade de ensino que possa substituir uma formação inicial presencial. O documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010) ratifica essa afirmativa e recomenda que a formação inicial de professores ocorra preferencialmente na modalidade presencial e excepcionalmente na modalidade a distância.

A formação inicial deverá se dar de forma presencial, inclusive aquelas destinadas aos/às professores/as leigos/as que atuam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, como aos/às professores/as de educação infantil e anos iniciais do fundamental em exercício, possuidores/as de formação em nível médio. Assim, a formação inicial pode, de forma excepcional, ocorrer na modalidade de EAD para os/as profissionais da educação em exercício, onde não existam cursos presenciais, cuja oferta deve ser desenvolvida sob rígida regulamentação, acompanhamento e avaliação. Quanto aos/às profissionais da educação em exercício, sua formação continuada pode, de forma excepcional, ocorrer na modalidade de EAD, nos locais onde não existam cursos presenciais. A oferta de formação deve ser ampliada e contar com a participação dos conselhos estaduais e municipais de educação, a fim de garantir as condições de acompanhamento dessa formação. (CONAE, 2010, p. 83)

A educação a distancia constitui-se uma alternativa no atendimento a demanda de formação inicial de professores possibilitando o acesso ao ensino superior a diversos segmentos da sociedade. No entanto, deve ser pensada numa perspectiva que possibilite a articulação dos aspectos filosóficos, sociológicos, epistemológicos e didático metodológicos que permeiam uma formação inicial.

Neste processo, torna-se necessário repensar a tomada de decisões quanto aos processos formativos nos cursos ofertados a distancia, a necessidade de implementação de uma política interna de valorização dos profissionais envolvidos no processo e a avaliação sistemática do processo de produção de conhecimentos que possibilite uma formação emancipatória.

Na UNIMONTES, a pesquisa apontou que 97% dos egressos consideraram excelente a qualidade do curso de Pedagogia na modalidade a distância. No entanto, pode-se verificar que o curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB apresenta uma evasão de 42% no total geral de desistências do curso. Dos 250 estudantes matriculados, em todos os polos de apoio presencial, verifica-se que 58% dos estudantes concluíram o curso colocando em dúvida a afirmação de que seja um curso de excelência quando um pouco mais da metade (58%) o concluiu. Em relação aos cotistas, dos 21 estudantes aprovados no processo seletivo da UNIMONTES/2008, no Sistema de Reserva de Vagas, 52% concluíram o curso e 33% dos cotistas desistiram do curso.

Dentre as justificativas apresentadas pelos que desistiram do curso e que responderam ao questionário, por e-mail, destacam-se: a falta de recursos financeiros para

custear as despesas com a alimentação, ausência de hospedagem e transporte, dificuldades de adaptação à metodologia do curso e à utilização do tempo de estudo individual, distância entre a residência e polo de apoio presencial, dificuldade para conciliar trabalho e estudo e dificuldades no cumprimento das horas de Atividades Acadêmicas, científicas e culturais- AACC, do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso -TCC.

Esses dados são importantes na avaliação das políticas públicas de democratização e interiorização do ensino superior, pois não basta garantir o acesso, sendo necessário garantir, concomitantemente, a permanência e aprendizagem dos estudantes na universidade. “A avaliação de política pública é um dos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do Estado que visam ao desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população” (BELLONI, 2001, p. 14).

Quanto à categoria Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior este estudo constatou que tais ações vão além da dimensão redistributiva, “uma vez que elas podem prevenir que pessoas pertencentes a grupos com grande probabilidade estatística de serem discriminados ou indivíduos de certos grupos de risco tenham seus direitos alienados.” (GUIMARÃES, 1997, p.154).

Para Moehlecke (2002), as Políticas de Ações Afirmativas consistem em “ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica política e/ou cultural desses grupos durante um período limitado.” (MOEHLECKE, 2002, p.203).

Enquanto que para Gomes (2003) as ações afirmativas são instrumentos para a promoção da mobilidade social, na medida em que incentivam a escolaridade e o aprimoramento de qualificação para o mercado de trabalho de grupos excluídos. Confirmando esta afirmativa, os dados do questionário demonstram que os egressos pesquisados superaram o nível de escolaridade dos pais e exercem profissões distintas, em sua maioria, voltadas para a área de educação, o que requer uma formação em nível de ensino superior. Enquanto que a maioria dos pais dos egressos atua em profissões que não exigem a certificação de curso de graduação, as profissões exercidas por eles requerem um aprimoramento e qualificação para o trabalho e um nível de escolaridade mais elevado, o que representa uma possibilidade de ruptura com a reprodução estabelecida nas relações de poder, imposta pelos grupos hegemônicos da sociedade.

Numa perspectiva de inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais e raciais no país, o Governo Federal tem proposto programas e ações afirmativas específicas, visando a democratização e interiorização do acesso ao ensino superior, dentre elas: o

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior- FIES, Programa Universidade para Todos – ProUni, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais PNAEST, o Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC nas Ações Afirmativas – PIBIC Af, o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior -UNIAFRO e o Sistema de Reserva de Vagas (Cotas). Estes programas foram apresentando no primeiro capítulo desta dissertação.

No âmbito regional, a UNIMONTES desenvolve programas de ações afirmativas que visam a inclusão dos estudantes dos cursos de licenciatura e bacharelado nas modalidades presencial e a distância, conforme dados apresentados no terceiro capítulo, dentre eles: o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior – UNIAFRO, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC Af nas Ações Afirmativas e o Sistema de Reserva de Vagas. O apoio e a assistência estudantil são operacionalizados através da Coordenadoria de Apoio ao Estudante- CAE sendo disponibilizados o Balcão de Estágios, o Banco de Moradia, Programa Estudantil de Prestação de Serviços, Programa de Apoio Psicológico e Orientacional, Núcleo de Educação Inclusão, Núcleo de Estudos afro-brasileiros, Evento Unicalourada e Restaurante Universitário que atende a comunidade acadêmica no Campus sede da UNIMONTES.

Em relação à assistência estudantil, aos estudantes dos cursos de licenciatura a distância, ministrados nos polos de apoio presencial, *a universidade ainda não desenvolve programa de assistência à moradia, alimentação, transporte e saúde*. Os editais dos processos seletivos, dos cursos de licenciatura a distância da UNIMONTES-UAB, estabelecem que o estudante que residir em localidade que não seja o polo onde esteja matriculado, assumirá todas as despesas necessárias para a sua manutenção no curso, não se responsabilizando a UNIMONTES por tais despesas.

Pôde-se constatar a ausência de informações sistematizadas sobre as políticas de ações afirmativas nos cursos ofertados a distancia nos polos de apoio presencial da UNIMONTES, que contemplem o perfil dos estudantes cotistas, considerando as especificidades dos alunos atendidos pelas políticas públicas de inclusão social, suas representações sobre a política de cotas, as expectativas e dificuldades enfrentadas pelos estudantes ingressantes nos cursos de licenciatura da UNIMONTES-UAB pelo Sistema de Reserva de Vagas.

O Projeto político-pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Aberta do

Brasil/Unimontes não apresenta estratégias de ensino diferenciada para atender as necessidades e especificidades dos cotistas. Pode-se observar ainda, que não houve mudança de natureza pedagógica no desenvolvimento dos conteúdos disciplinares em função dos estudantes cotistas ou propostas de ações afirmativas que promovam além do acesso, a permanência e sucesso dos estudantes no ensino superior, sendo que os estudantes cotistas tiveram que se adaptar as regras e normas da universidade, sem distinção de forma de ingresso no curso.

A implementação de políticas públicas, que promovam a democratização e interiorização do acesso ao ensino superior a distância, devem ser articuladas com Políticas de Ações Afirmativas que garantam, além do acesso, a permanência e aprendizagem dos estudantes na universidade, considerando as especificidades dos estudantes e desafios enfrentados na modalidade a distância. A Universidade e o Governo não devem se eximir desta responsabilidade. Para tanto, torna-se premente a necessidade da efetivação de programas e ações que auxiliem os estudantes na sua trajetória acadêmica.

Quanto à categoria Sistema de Reserva de Vagas, objeto central deste estudo, pode-se verificar que a Política de Cotas constitui uma ação afirmativa que visa a redução das desigualdades sociais e raciais no país. Na UNIMONTES, pode-se constatar que a maioria dos egressos do curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB, que são 58%, considera que o Sistema de Reserva de Vagas é uma forma eficiente de reduzir as desigualdades sociais e raciais, 23% acreditam que a adoção de Políticas de Cotas é desnecessária, sendo fundamental uma reestruturação e fortalecimento da educação básica e 7% consideram que as pessoas deveriam entrar na universidade somente por seus méritos e esforço próprios, sem a imposição destas políticas para qualquer segmento da sociedade. A maioria dos egressos (50%) concordam que o Sistema de Reserva de Vagas deve contemplar os alunos negros carentes e egressos de escola públicas, priorizando as cotas sociais em detrimento das cotas raciais e 23% acreditam que não deveria existir o Sistema de Reserva de Vagas nas universidades, considerando que todos os candidatos deveriam concorrer em “igualdade de condições” em processos seletivos das universidades.

Observa-se que a discussão em torno da adoção da Política de Cotas na UNIMONTES apresenta fundamentos contrários e favoráveis no mesmo direcionamento desta discussão em âmbito nacional. O Sistema de Reserva de Vagas traz, em si, a possibilidade de reprodução e, ao mesmo tempo, de superação das desigualdades nas relações sociais, que configura a luta dos contrários em uma sociedade de classe e a possibilidade de transformação da realidade.

No primeiro Processo Seletivo para Cursos de Licenciatura em Educação A Distância – Sistema Universidade Aberta Do Brasil – UAB/2008, para o curso de Pedagogia,

verificou-se que o número de inscritos, na modalidade Reserva de Vagas, foi inferior ao número de vagas ofertadas pela universidade e não houve inscrições, no processo seletivo, na categoria portador de deficiência e indígena e, no polo do município Urucuaia, os candidatos concorreram as vagas somente no Sistema Universal.

O segundo processo seletivo Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB, em 2013, em comparação ao primeiro processo seletivo, pode-se constatar que o número de inscritos, na Modalidade de Reserva de Vagas, também foi inferior ao número de vagas ofertadas pela universidade, sendo que, apenas 3,6% das vagas ofertadas no curso foram preenchidas pelos estudantes cotistas. Na primeira oferta do curso de Pedagogia, 6,3% das vagas foram preenchidas pelos estudantes cotistas. Verifica-se uma decréscimo de 2,7% no número de candidatos aprovados no curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB, em 2013, em relação a primeira oferta em 2008.

A análise e descrição dos dados permitem concluir, sem a intenção de generalizar, que a implantação do Sistema de Reserva de Vagas, no curso de Pedagogia a distância na UNIMONTES, *representa um avanço na inclusão e mobilidade social de estudantes afrodescendente, carente, egresso da escola pública, carente, considerando a singularidade/totalidade dos estudantes beneficiados pela política de cotas.*

A título de recomendação, sugerimos que a Reserva de Vagas, na UNIMONTES poderia beneficiar um quantitativo maior de estudantes, considerando a realidade socioeconômica da região de abrangência desta universidade, com uma firme política de permanência dos afrodescendentes, indígenas, quilombolas, sem-terra e outros.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para a discussão e desenvolvimento de novas investigações sobre os impactos sociais das Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior a distância, tendo como foco central o Sistema de Reserva de Vagas e a necessidade de articulação de políticas públicas, voltadas para a melhoria das condições de ingresso, permanência e sucesso dos estudantes na universidade, em geral, e para a discussão e elaboração de políticas internas institucionais, que contemplem a necessidade de otimização do Sistema de Reserva de Vagas e o desenvolvimento de programas e ações de assistência estudantil que favoreçam a permanência e aprendizagem dos estudantes nos cursos de licenciaturas ofertados pela UNIMONTES, em parceria com o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. A. S.; AZEVEDO, J. M. L. **Políticas de Educação**: concepções e programas. Séries Estudos e Pesquisas, Brasília, v. 06, 1999.
- AIRES, C. J.; LOPES, R. G. de F. **A Gestão na educação a distância**. In: SOUZA et al. (Org.). **Educação superior a distância**: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Brasília: Universidade de Brasília, 2010, v. 1, p. 235-236.
- ANFOPE. (1998) Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Documento Final do IX Encontro Nacional**. Brasília, 2005.
- ALMEIDA, E. P. de.; PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano**: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação. Disponível em <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>>. Acesso em 10/02/2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Lisboa-Portugal, Edições 70, 2010. Ciências Sociais. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BARRETO, Raquel G.; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**, Set./Dez. 2008 v. 13 n. 39, p. 423-436.
- BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- BITTAR, Mariluce. **Universidade comunitária**: uma identidade em construção. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BONETI, L. W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social**: uma abordagem transnacional. Ijuí: Unijui, 2006.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº. 9.394 /96, Brasília (DF), MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lei n ° 13.465, de 12 de janeiro de 2000**. Estabelece o conceito de pessoa portadora de deficiência para fins de concessão de benefícios pelo Estado. Disponível em <[www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao.../leis/l13465\\_2000.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao.../leis/l13465_2000.htm)>. Acesso: 21/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.260, de 12 de Julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior na educação superior- FIES. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm)>. Acesso: 20/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000.** Estabelece o conceito de pessoa portadora de deficiência para fins de concessão de benefícios pelo Estado. Disponível em <[www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao/leis/l13465\\_2000.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao/leis/l13465_2000.htm)>. Acesso em 21/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006.** Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 08 jun 2006. Seção 1, p. 4.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/.../decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/.../decreto/D5622.htm)>. Acesso: 21/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7219, de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm)>. Acesso: 21/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Pedagogia,** licenciatura. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Brasília (DF), 2005.

\_\_\_\_\_. **Referenciais para Formação de Professores.** Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília (DF), 1999.

\_\_\_\_\_. **Documento final da Confêrencia Nacional de Educação 2010.** Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf)>. Acesso em 20 de jun. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.096,** de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 14/05/2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 6.096,** de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 03/01/2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução/CD/FNDE nº 44, de 29 de dezembro de 2006.** Estabelece orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos cursos e programas de formação superior, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Disponível em <[http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3119-resolucao\\_nº\\_44-de-29-de-dezembro-de-2006](http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3119-resolucao_nº_44-de-29-de-dezembro-de-2006)>. Acesso em 21/05/2013.

\_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas (PDE). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em 18/04/2013.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas –

PNAEST. Disponível em  
<<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo2886.pdf>>. Acesso:  
21/05/2013.

CANAU, Vera Maria Ferrão. Universidade e diversidade cultural: alguns desafios a partir da experiência da PUC-Rio. In: PAIVA, Ângela Randolpho (org.). **Ação afirmativa na universidade**: reflexão sobre experiências concretas Brasil- EUA. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Desiderata, 2004.

CASTEL, Robert. Classes Sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; WANDERELY, M. B., (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004, p. 9.

CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; WANDERELY, M. B. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004.

CARNEIRO, M. L. Tucci. **O racismo na História do Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.

CARNOY, M; LEVIN, H. M. **Escola e trabalho no estado capitalista**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

CARVALHO, O. F. **Educação e formação profissional**. Brasília: PLANO, 2003.

CASTEL, Robert. Classes Sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; WANDERELY, M. B., (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004, p. 9.

CESAR, R. C. L. Ações afirmativas no Brasil: e agora, doutor? **Revista Ciência Hoje**, v. 33, n. 195, julho 2003, p.26-32.

CRAWFORD, Richard. **Na Era do Capital Humano**. São Paulo: Atlas, 1994.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6 ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1987.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1995.

DOURADO, Luiz Fernandez. **Políticas e Gestão da Educação Superior a Distância**: Novos Marcos Regulatórios? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 104 – Especial, p.891-917, out.2009.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2000.

FAVERO, R. V. M. **Dialogar ou evadir**: Eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FETIZOM, B. A. M.; MINTO, C. A. Ensino a Distância: equívocos, legislação e defesa da formação presencial. In: Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **ANDES** / SN. Educação: prioridade nacional? Brasília, Ano XVI, nº 39, p. 8-165, fev, 2007.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber Livros, 2008.

FREITAS, H. C. L. **A (Nova) Política de Formação de Professores**: a Prioridade Postergada. Educ. Soc. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1203-1230, out., 2007.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GIOLO, Jaime. **Educação a Distância**: Tensões Entre o Público e o Privado. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out.- dez, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

\_\_\_\_\_. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

GOMES, Nilma Lino. “Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública”. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: UFMG Ed., 2004.

GONZALEZ, Mathias. **Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1982.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19 n. 2, p. 70-78, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e poder**: Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: EDUERJ/UCAM, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em 15/07/2012.

\_\_\_\_\_. **Resumo técnico**. Censo da educação superior 2010. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em:

<[http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo\\_tecnico2009.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf)> Acesso em: 05/02/ 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS AVANÇADAS EM EDUCAÇÃO.(IPEA). Estudo Técnico-**Considerações acerca do sistema de cotas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://www.ipae.com.br/et/32.pdf>>. Acesso em 20/06/2012.

KOWARICK. L. **Os favoritos**: a corrida rumo a universidade. São paulo: Ciência e Cultura. 1997.

LARANJEIRA. S. M. G. Fordismo e Pós-Fordismo. In: CATTANI. A. D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de, MIRZA. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2006.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, A. M. S.; NEVES, L. M. W. Materialismo Histórico, Cultura e Educação: Gramsci, Thompson e Williams. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 51, p. 341-359, jun. 2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, K. **O capital**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. (Livro 1, v. 1)

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.(2 vol.)

\_\_\_\_\_. O capital: Crítica da economia política. In: MARX, Karl. **O processo de produção do capital**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982. (Livro 1, v. 1)

\_\_\_\_\_. **O Capital**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (5 vol.)

\_\_\_\_\_. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1989a. p. 11-14.

MEC/SEED Ministério da Educação Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância**. Agosto de 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> acesso em 20/05/2012.

MEDEIROS, C. A. **Na lei e na raça**: legislação e relações raciais, Brasil – Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Coleção Políticas da Cor).

MENEZES, P. L. de. **A ação afirmativa (affirmative action) no Direito Norte-Americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara. (Org.). **Educação a Distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

MINAS GERAIS. Lei 15.259 de 27 de julho de 2004. Institui sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. **Diário Oficial**, Belo Horizonte, 27 jul. 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, 197-217, Nov. 2002.

MOORE, M; KEARSLEY, G. **Educação a Distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAES, R. C. C.. Educação a Distância e efeitos em cadeia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.140, p. 547-559, maio/ago. 2010.

MORAN, J. M.; MASSETO, J. M.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 16 ed. Campinas: Papirus, 2009.

MOTA, R.; CHAVES FILHO, H. A universidade aberta do Brasil: democratização do acesso à educação superior pela rede pública de educação a distância. In: CHAVES FILHO, Hélio (Org.). **Desafios da educação a distância na formação de professores**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação a Distância, 2006.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10 ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2004.

PEREIRA, E. W; MORAES, R. de A. História da educação a distância e os desafios na formação de professores no Brasil. In: SOUZA, A. M.; FIORENTINI, L. M.; RODRIGUES, M. A. M. (Org.). **Educação superior a distância**: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Universidade de Brasília, Brasília (DF), v. 1, p. 65-90, 2010.

OLIVEIRA, Adão. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: PUC/GO, 2010, p. 93-99.

PINTO, R. A representação do negro em livros didáticos de leitura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 88-92, nov. 1987.

PETERS, Othrs. **Educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortes, 1999.

PIMENTA, S. G.; LIBÂNEO, J. C. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: LIBÂNEO, J. C. (Org.). **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PRETI, O. **Educação a Distância**: uma prática educativa mediadora e mediatizada. Cuiabá: NEAD/ IE/UFMT, 1996.

RAMOS, W. M.; MEDEIROS, L. A Universidade Aberta do Brasil: desafios da construção do ensino e aprendizagem em ambientes virtuais. In: MARTINS, A. M. S.; FIORENTINI, L. M.; RODRIGUES, M. A. M. (Org.). Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR), **Universidade de Brasília**, Brasília (DF), v. 1, p. 37-64, 2010.

RISCAL, Sandra Aparecida. A educação solitária. In: SOUZA, Dileno Dustan Lucas de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FLORESTA, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Educação a distância: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2010, p. 53-75.

REZENDE, Maria Alice. A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 157-168.

RUMBLE, Greville. **A Gestão dos Sistemas de Ensino a Distância**. Brasília: UnB; UNESCO, 2003.

SÁ, Ricardo Antunes. Licenciatura em pedagogia- séries iniciais do ensino fundamental na modalidade de educação a distância: a construção histórica possível na UFPR. **Educar em Revista (UFPR)**, Curitiba, n. 21, p. 171-204, 2003

SALES, Augusto dos Santos. Ação afirmativa ou utopia possível. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. et. al. **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados**. Brasília: Movimento Nacional dos Direitos Humanos, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural de Direitos Humanos. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**. Governo e Direitos – CEDEC, n 39, p. 122, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 1994.

\_\_\_\_\_. **As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira**. Campinas: Histedbr, 2005.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e Educação, apresentado na **29ª Reunião da ANPED**, 2006, Caxambu.

\_\_\_\_\_. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SCAFF, Elisângela A. S. **Os organismos internacionais e as tendências para o trabalho do professor**. Campo Grande: UFMS, 2000.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores: dilemas da formação inicial a distância. In: Educere Et Educare. **Revista de Educação da UNIOESTE** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vol. 1, n. 2, jul./dez. 2006.

SEVERINO, A. J. Formação, perfil e identidade dos profissionais da educação: a propósito das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. In: **Formação de educadores: artes e técnicas, ciências políticas**. São Paulo: UNESP, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. O futuro do ensino superior no Brasil. In: PAIVA, Vanilda e WARDE, Mirian Jorge (Orgs.). **Dilema do ensino superior na América Latina**. Campinas: Papyrus, 1994.

SHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância**: implicações políticas e teóricas. Revista Brasileira de Educação. N. 24, p. 78-94, Set /Out /Nov /Dez 2003.

SOUZA, A. C. de; BRANDALISE, M. A. T. **A Política de Cotas da UEPG**: da implantação à implementação de uma política pública. In: IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em <[http://www.portalanpedsul.com.br/2012/home.php?link=grupos&acao=listar\\_trabalhos&nome=GT11PoliticaeeducaçãosuperiorSuperior&id=111](http://www.portalanpedsul.com.br/2012/home.php?link=grupos&acao=listar_trabalhos&nome=GT11PoliticaeeducaçãosuperiorSuperior&id=111)>. Acesso em 20/04/2013.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 20/10/2012.

TOMAZI, N. D. (Coord). **Iniciação a Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. **Resolução Nº 104 de 28 de setembro de 2004**. Regulamenta o sistema de reserva de vagas em cursos de graduação e cursos técnicos de nível médio, estabelece critérios e condições para participação e dá outras providências. Disponível em <<http://www.unimontes.br/index.php/cepex/2004?start=32>>. Acesso em 20/10/ 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009**. Disponível em: <<http://www.unimontes.br/arquivos/legislacao/PDI-UNIMONTES-V.2-2005-2009V3.pdf>>. Acesso em 20/10/2011.

\_\_\_\_\_. **Edital do Processo Seletivo para Cursos de Licenciatura Educação a Distância – Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB/2008**. Montes Claros: COTEC/UNIMONTES, 2008.

\_\_\_\_\_. Universidade Aberta do Brasil. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia, Licenciatura**. Montes Claros, 2008.

VALENTE, A. Educação a Distância: criando abordagens educacionais que possibilitam a construção do conhecimento. In: ARANTES, Valeria, A. (Org.). **Educação a Distância**. Pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, I. P. A. **Educação básica e educação superior**: projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

VELOSO, Geisa. Unimontes Científica. Revista Científica da Universidade Estadual de Montes Claros. V. 8, nº 2 (jul/dez. 2006), Montes Claros: Unimontes, 2007.

VIEIRA, F. M. S. **Ciberespaço e educação**: possibilidades e limites da interação dialógica nos cursos a distância, 2003.129f. Dissertação (Mestrado em Educação Faculdade de Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ZARIFIAN, P. **O Modelo da competência** : trajetória histórica, desafios atuais e propostas. Sao Paulo: SENAC, 2003.

ZONINSEIN, J.; FERES JÚNIOR, J. Introdução à consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (Orgs.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 200

## **ANEXO A – Questionário aplicado na coleta de dados**

Universidade de Brasília – UNB

Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

### **QUESTIONÁRIO**

#### **Prezado (a) acadêmico (a)**

Este instrumento destina-se à pesquisa de mestrado de Ivanise Melo de Souza, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Raquel de Almeida Moraes, junto ao Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil, no Distrito Federal, HISTEDBR-DF. Seu objetivo geral é investigar a efetividade das ações afirmativas na Unimontes em relação ao Sistema de Reserva de Vagas no Curso de Pedagogia ofertado pela UAB na Unimontes.

Solicitamos a gentileza de responder o questionário que segue. São questões de múltipla escolha e abertas. Não é necessária a sua identificação. Por uma questão de ética, os dados coletados não serão divulgados com o seu nome. Suas informações são muito importantes, por isso, antecipadamente, agradecemos sua atenção e colaboração.

POLO: \_\_\_\_\_

Data de Conclusão do Curso \_\_\_\_\_

**Instrução I.** Assinale uma das opções de seleção em cada questão.

#### **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

1) Idade

( ) Até 17 anos ( ) 18-24 anos ( ) 25-29 anos ( ) 30-39 anos ( ) Mais de 39 anos

2) Sexo

Masculino  Feminino

3) Etnia/cor:

Branco (a).  Pardo (a)  Negro (a).  Amarelo (a).  Indígena

4) Estado Civil

Solteiro(a)  Casado(a)  Divorciado/Separado  Viúvo(a)  União estável

5) Naturalidade: \_\_\_\_\_

6) Cidade onde reside: \_\_\_\_\_

7) Profissão: \_\_\_\_\_

### **INFORMAÇÕES DA FAMÍLIA**

8) Tem Filhos?  Não  Sim. Quantos? \_\_\_\_\_

9) Quem é o (a) principal mantenedor (a) de sua família? (a pessoa que mais contribui na renda):

Você mesmo (a);  Cônjuge;  Pai;  Mãe;  Outra. Especifique \_\_\_\_\_

10) Qual é a renda mensal de todas as pessoas que moram em sua casa, incluindo a sua renda?

Até 03 salários-mínimos  De 03 a 05 salários-mínimos  De 05 a 10 salários mínimo

De 10 a 15 salários-mínimos  Acima de 15 salários-mínimos

11) Sua residência é:

Própria - quitada  Própria - financiada  Alugada  Cedida

Outra situação. Especifique \_\_\_\_\_ -

12) Qual o nível de escolaridade de seu pai:

Fundamental Incompleto  Fundamental Completo  Nível Médio

Nível Superior  Pós-Graduação . Profissão: \_\_\_\_\_

13) Qual o nível de escolaridade de sua mãe:

Fundamental Incompleto  Fundamental Completo  Nível Médio  Nível

Superior  Pós-Graduação . Profissão \_\_\_\_\_

### **ATIVIDADE ECONÔMICA**

14) Trabalha?

Não.  Sim. Qual Atividade/Ocupação: \_\_\_\_\_

15) Carteira assinada  Não  Sim  Efetivo  contratado

16) Se trabalha, qual o Setor onde trabalha:

Governo (Setor Público)  Empresa (privada ou estatal)  ONG

Conta própria  Propriedade Rural

17) Há quanto tempo você trabalha?

Menos de 01 ano.  Entre 01 e 05 anos.  Entre 05 e 08 anos

Entre 08 e 10anos  mais de 10 anos.

18)Qual carga horária semanal do seu trabalho?

25 horas  30 horas  40 horas  44 horas  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

19) Renda Mensal do Trabalho antes do ingresso na universidade:

Menos de 01 Salário Mínimo  01 a 02 Salários Mínimo  03 a 05 Salários Mínimos  05 a 08 Salários Mínimos  Acima de 08 Salários Mínimos

20) Renda Mensal do Trabalho após a conclusão do Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB:

( ) Menos de 01 Salário Mínimo ( ) 01 a 02 Salários Mínimos ( ) 03 a 05 Salários Mínimos ( ) 05 a 08 Salários Mínimos ( ) Acima de 08 Salários Mínimos

21) Após a conclusão do Curso de Pedagogia, você mudou de profissão e/ ou emprego?

( ) sim ( ) Não. Se positivo

( ) Trabalha exclusivamente na área em que se graduou;

( ) Trabalha em outra área. Especifique\_\_\_\_\_

### **NÍVEL DE INSTRUÇÃO**

22) Onde você frequentou o Ensino Fundamental?

( ) Todo em escola pública. ( ) Todo em escola particular com bolsa

( ) Maior parte em escola particular. ( ) Maior parte em escola pública. ( ) Todo em escola particular.

Ano de conclusão:\_\_\_\_\_

23) Qual o tipo de Ensino Médio você cursou?

( ) Ensino médio padrão; ( ) Técnico; ( ) Magistério; ( ) Educação para Jovens e Adultos (EJA)/Supletivo; e ( ) Outro.Especifique\_\_\_\_\_

Ano de Conclusão:\_\_\_\_\_

24) Iniciou algum curso superior além do Curso de Pedagogia ?

( ) Sim, mas abandonei.Qual?\_\_\_\_\_

( ) Sim, estou cursando. Qual?\_\_\_\_\_

( ) Sim, mas já concluí. Qual?\_\_\_\_\_ Ano de Conclusão\_\_\_\_\_

( ) Sim, já concluí um e abandonei outro. Qual\_\_\_\_\_

( ) Não

25) Iniciou algum curso de pós-graduação: Especialização Lato Sensu

- ( ) Sim, mas abandonei. Qual? \_\_\_\_\_
- ( ) Sim, estou cursando. Qual? \_\_\_\_\_
- ( ) Sim, mas já concluí. Qual? \_\_\_\_\_ Ano de conclusão \_\_\_\_\_
- ( ) Sim, já concluí um e abandonei outro. Qual \_\_\_\_\_
- ( ) Não

### **FORMA DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE**

26) Fez cursinho pré vestibular para entrar na universidade? ( ) sim ( ) Não

27) No processo seletivo da Unimontes, você se inscreveu e foi aprovado em qual sistema?

- ( ) Sistema Universal.
- ( ) Sistema de Reserva de Vagas.

**Se você ingressou na universidade pelo Sistema de Reserva de Vagas, responda as questões de 28 a 36, exclusivas para cotistas.**

28) Em qual categoria do sistema de vagas você se inscreveu

- ( ) Afrodescendente -
- ( ) Egresso de escola pública – carente
- ( ) Portador de deficiência/indígena

29) você acredita que, se não houvesse o sistema de cotas, seria mais difícil o seu ingresso na universidade? ( ) sim ( ) Não. Justifique a sua resposta. \_\_\_\_\_

30) Já enfrentou algum tipo de preconceito por ingressar na universidade pelo sistema de reserva de vagas? ( ) sim ( ) Não Se positivo. Especifique \_\_\_\_\_

31) Teve alguma dificuldade de adaptação ao ambiente acadêmico?

- ( ) sim ( ) Não, Se positivo, especifique? \_\_\_\_\_

32) Teve alguma dificuldade de aprendizagem durante o curso?

( ) Sim ( ) Não. Se positivo, especifique\_\_\_\_\_

33) Enfrentou dificuldades financeiras ao assumir as despesas necessárias para a sua manutenção no curso?

( ) Sim ( ) Não. Se positivo, especifique\_\_\_\_\_

34) Participou de algum programa e/ou ação de assistência aos estudantes cotistas (moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico) durante o curso?

( ) sim ( ) Não. Se positivo especifique\_\_\_\_\_

35) Considera que a universidade utilizou diferentes estratégias para garantir o acesso, permanência e sucesso do estudante cotista no curso de Pedagogia a distancia?

( ) sim ( ) Não. Justifique a sua resposta \_\_\_\_\_

36) A organização do Curso de Pedagogia UNIMONTES-UAB e a sua estrutura curricular permitem atender as especificidades dos estudantes cotistas?

( ) Sim ( ) não. Justifique a sua resposta\_\_\_\_\_

### **SOBRE O CURSO**

37) Precisou de capacitação prévia em informática para cursar EAD? ( ) Não ( ) Sim

38) Dos indicadores abaixo relacionados, assinale 04 que você considera os principais motivos que o levaram a escolher o Curso de Pedagogia a Distancia na Unimontes. Escolha, no máximo, 04 opções

( ) Por ser a única universidade pública:

( ) Por oferecer ensino gratuito:

( ) Disponibilidade de vagas no mercado de trabalho:

( ) Pela proximidade com a residência da família:

- Recebimento de um diploma em nível superior reconhecido pelo MEC:
- Baixa concorrência:
- Pela qualidade dos cursos oferecidos:
- Pela possibilidade de continuar em cursos de pós-graduação:
- Influência de familiares e/ou terceiros:
- Complementação de formação profissional que já exerce
- Cursos oferecidos com atividades presenciais aos finais de semana
- outros. Quais \_\_\_\_\_

39) Quais os motivos predominantes da escolha do Curso de Pedagogia no qual você está matriculado? Escolha no máximo 04 opções

- Formação profissional voltada para o mercado de trabalho:
- Já trabalha na área
- Possibilidade de emprego
- Flexibilidade da EAD
- Possibilidade de realização pessoal:
- Prestígio social da profissão
- Curso adequada à aptidão pessoal e vocacional
- Possibilidade de poder contribuir com a sociedade
- Amplas expectativas salariais
- outros Quais \_\_\_\_\_

40) Você foi reprovado em alguma disciplina no Curso de Pedagogia?

- sim  não. Se positivo, especifique a(as) disciplinas(as) \_\_\_\_\_

41) Você conclui o Curso de Pedagogia?  sim  Não. Se negativo, especifique o(s) motivo(s)? \_\_\_\_\_

42) Quanto a qualidade da formação acadêmica do Curso de Pedagogia, você considera

- péssima  ruim  regular  bom  muito bom  Ótimo  Excelente

### **SOBRE O SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS NA UNIMONTES**

43) Quanto à implantação do Sistema de Reserva de Vagas na universidade

Concorda  Discorda  Indiferente. Justifique sua resposta \_\_\_\_\_

44) Quanto aos grupos que deveriam ser contemplados no Sistema de Reserva de Vagas

Todos os alunos egressos das escolas públicas, independente da renda e cor

Apenas os alunos carentes das escolas públicas

Somente portadores de deficiência

Só indígenas e Negros

Nenhum

Outros Especifique \_\_\_\_\_

45) Em relação à adoção das cotas no cursos de licenciatura a distancia na Unimontes

O sistema de reserva de vagas não resolve o problema da desigualdade social e racial.

O sistema de reserva de vagas reforça o preconceito social e racial.

O sistema de reserva de vagas é uma forma eficiente de reduzir as desigualdades sociais e raciais.

As pessoas deveriam entrar na universidade somente por seus próprios méritos e esforço próprios, sem a imposição de políticas de cotas para qualquer segmento da sociedade.

A adoção de políticas de cotas é desnecessária, sendo fundamental uma reestruturação e fortalecimento da educação básica.

46) Você conhece algum programa e/ou ação de assistência estudantil voltada para os cotistas do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB?

Sim  Não. Se positivo, especifique \_\_\_\_\_

47) Que sugestões de outras políticas educacionais você daria para incentivar o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes cotistas e não cotistas nos cursos de licenciaturas a distância na Unimontes? \_\_\_\_\_

---

---

Muito Obrigada!

## ANEXO B – Entrevista aplicada à Coordenadora Geral da UNIMONTES-UAB

Universidade de Brasília – UNB

Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**Prezada Coordenadora,**

Este roteiro de questões destina-se à pesquisa de mestrado de Ivanise Melo de Souza, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel de Almeida Moraes, junto ao Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil, no Distrito Federal, HISTEDBR-DF. Seu objetivo geral é investigar a efetividade das ações afirmativas na Unimontes, em relação ao Sistema de Reserva de Vagas no Curso de Pedagogia ofertado pela UAB na Unimontes.

- Qual é a sua formação e experiência no ensino superior e na educação a distância?

---

---

---

- A Educação a Distância torna-se, em seu discurso, um agente de democratização do acesso ao ensino superior. No contexto regional, quais motivos que contribuíram para a adesão da Unimontes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil?

---

---

---

- O processo seletivo dos cursos de licenciatura ofertado pela UAB na Unimontes facultou ao candidato fazer a inscrição no sistema universal e/ou por meio do sistema de reserva de vagas – instituída pela Lei Estadual nº 15.259/2004. Qual a sua opinião quanto a adoção do Sistema de Reserva de Vagas na Universidade?

---

---

•A Universidade desenvolveu algum programa e/ou ação de assistência estudantil (moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico) voltada para os cotistas do Curso de Pedagogia?

---

---

•A Universidade utilizou estratégias diferenciadas para garantir o acesso, permanência e sucesso do estudante cotista no Curso de Pedagogia a distancia?

---

---

•A organização do Curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB e sua estrutura curricular permite atender as especificidades dos estudantes cotistas?

---

---

•Que sugestões de outras políticas educacionais você daria para incentivar o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes cotistas e não cotistas nos cursos de licenciaturas a distancia na Unimontes?

---

---

Algo a acrescentar?

---

---

Muito Obrigada!